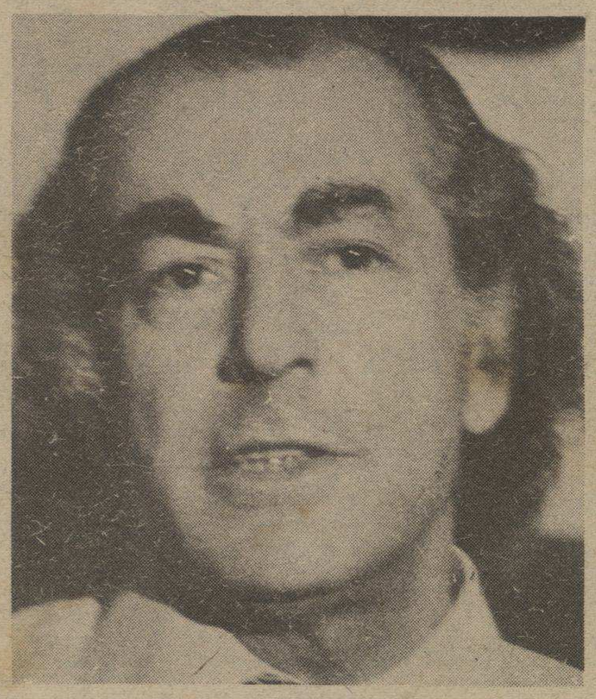
ANO VI Nº 62 CR$50,00 FEVEREIRO DE 1981

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

CORTESIA EDITOR



BRIZOLA REVELA inédito POR QUE NÃO RESISTIU EM 64

"Jango arrependeu-se de não ter lutado"

E mais: depoimentos exclusivos de Miguel Arraes, Prestes, Paulo Schilling, Almirante Aragão, Julião e brigadeiro Teixeira — No Rio Grande, todos queriam lutar
— Os militares de Jango afirmam: "Ele teria ganhado a guerra"

Delfim investe Cr$ 10 bilhões no otimismo

Caro leitor,

Muito já se escreveu e falou sobre os acontecimentos do dia 31 de março de 1964. Naquela noite, o general Olympio Mourão Filho, à época comandante da IV Divisão de Infantaria de Juiz de Fora, botou as tropas na rua, precipitando o desfecho de uma conspiração que se arrastava há vários anos contra o governo de João Goulart.

Foi principalmente através do trabalho jornalístico — apesar da sua conhecida limitação para o aprofundamento de discussões históricas — que a maior parte da história sobre 64 veio à tona. Ao longo destes últimos 17 anos, a imprensa brasileira realizou um notável trabalho de reconstituição histórica: reportagens, entrevistas, artigos e depoimentos foram publicados, proporcionando aos leitores a possibilidade de conhecer, minuciosamente até, os fatos e pessoas envolvidas nos acontecimentos de então.

• • •

Por circunstâncias óbvias, e como sempre acontece em qualquer disputa, o lado vitorioso, os militares que tomaram o poder em 64, consolidou primeiro a sua versão dos fatos. Conhecem-se em detalhes, hoje, quase todos os lances da conspiração que derrubou Goulart, desde seu início, muitos anos antes, até seus desdobramentos, incluindo-se aí as fissuras ocorridas dentro do movimento militar. Os vencidos, de certa forma, também forneceram uma primeira explicação — fragmentada, emocional, controversa. Nunca, porém, os principais personagens do lado derrotado puderam dar à Nação, de forma mais detalhada e serena, a sua visão daqueles acontecimentos, impedidos que foram pela distância do exílio e pela censura. Nossa intenção, ao fazermos a reportagem de capa desta edição, foi a de tentar encontrar resposta para uma pergunta que intrigou o País durante muito tempo: por que João Goulart não resistiu?

• • •

É provável que os mais jovens, aqueles que hoje contam menos de 30 anos de idade, achem o tema um pouco antigo. Afinal, depois que a censura à imprensa deixou de existir, abriram-se as comportas e uma enxurrada de matérias históricas desabou sobre o País. Tínhamos um passado recente cheio de lacunas e a imprensa cumpriu bem o seu papel, ao tentar preenchê-las. É provável, também, que o interesse desses leitores mais jovens cresça na medida em que forem lendo os depoimentos e sentindo o clima do Brasil naqueles dias agitados de 1964. Foi assim conosco. Os repórteres que trabalharam na reportagem tinham, em média, 12 anos de idade em 64 e, ao final do trabalho, mostravam-se entusiasmados com o resultado. Esperamos que essa seja também a sua reação, caro leitor.

• • •

De qualquer forma, agora que começa a tornar-se pública a versão dos vencidos, certamente novas revelações aparecerão. E competirá à História juntar os dois lados, esclarecer certos detalhes obscuros e produzir a síntese de todo esse processo.

O EDITOR

NR: No **Coojornal** nº 61, de janeiro passado, por um lapso deixamos de registrar que o levantamento sobre o trabalho de Carlos Alberto Luppi junto aos menores carentes foi realizado pela repórter Izilda Alves.

Tiragem desta edição: 27.500 exemplares

Os cariocas, vítimas da polícia e dos bandidos

"A cidade maravilhosa há muito tempo deixou de ser maravilhosa. O Rio de Janeiro hoje é definitivamente a cidade mais violenta do Brasil, senão do mundo. Nós que aqui vivemos é que podemos ter a boa medida do que significa ser a cidade mais violenta do mundo: o sentimento de insegurança. A população carioca não tem mais segurança nem dentro de sua própria casa. Tornou-se rotina abrir os jornais e contar os casos de morte, crimes, etc. Os assaltos já fazem parte do dia-a-dia, e não existe um local seguro no Rio de Janeiro. Qualquer um está sujeito a sofrer a violência da cidade. Uma violência que se reflete no cidadão, como aconteceu com o artista Iberê Camargo, reagindo à mínima provocação ou sensação de perigo.

A população carioca, além de ser vítima dos bandidos, é ameaçada pela ação da própria polícia, corrupta, que se vende a qualquer preço, e que faria inveja a Judas. Outro dia o secretário de Segurança aconselhou a população a se armar; talvez porque os órgãos de segurança, como admite o próprio secretário, são incompetentes para zelar pela segurança dos cidadãos, e porque estão comprometidos com a corrupção e a violência.

Coitado do povo. Foi regulamentada a Lei 383 que onera a Taxa Judiciária em 827% (de Cr$ 627,00 para Cr$ 5.190,00): uma extorsão, um absurdo. Todos se indignam e o Governador rouba impune. Essa nova Taxa Judiciária afasta definitivamente as classes menos favorecidas da Justiça. Como disse um advogado carioca: 'Agora só como réus'. Verdade seja dita, o povo nunca teve afinidade com a *justiça* dos homens. Há esperança pela Justiça Divina.

Não faz muito tempo esse mesmo governo corrupto aprovou por decurso de prazo, mesma artimanha largamente usada pelo Palácio do Planalto, uma nova Taxa de Lixo, mesmo depois que o Supremo Tribunal Federal declarou a antiga taxa inconstitucional. Interessante notar que os parlamentares que aprovaram essa taxa são os mesmos que dizem ter como bandeira de luta a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Em tempo, o governador e seus asseclas são do Partido Popular, o dos banqueiros.

Só nos resta esperar que a paciência do povo acabe, pois o sr. Chagas Freitas nunca vai tomar vergonha na cara."

Macdonald Medina dos Santos
Rio de Janeiro, RJ.

coojornal
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A cooperativa tem 385 sócios e é uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral para um mandato de dois anos. Cada associado, independente de sua participação no capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a cooperativa tem um Conselho de Edição para orientar a linha e a qualidade de suas publicações.

Editor
José A. Vieira da Cunha

Secretário
Manoel Canabarro

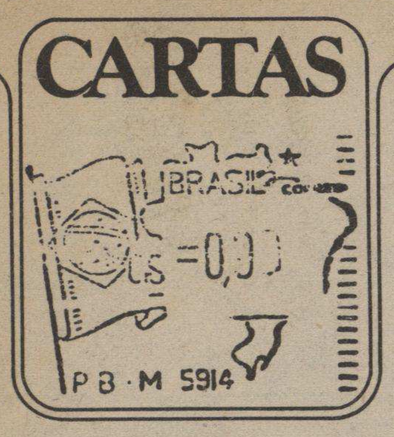
Redação
Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Gallina, Elaine Lerner, Osmar Trindade, Eduardo Bueno, Luis Afonso Franz, Valdir da Silva, Tomás Pereira, Eloisa Enck, Victor Hugo Sperb, Antonio Oliveira, Edgar Vasques, Eugênio Neves, Luis Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (**Brasília**), Geraldo Hasse (**São Paulo**), Marcelo Pontes (**Rio de Janeiro**), Paolo Marconi (**Salvador**), Zélia Leal (**França**) e Eva Dürr (**Alemanha**).

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90000 — Porto Alegre — RS
Fone 33-5099 (PABX) Telex (051)1605
Distribuição Exclusiva em todo o território nacional:
FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20563
Assinatura no País: Cr$ 550,00 por 12 edições
Assinatura no Exterior: 60 dólares por 12 edições
América Latina: 50 dólares
Números atrasados: à venda somente a partir da edição nº 13
Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca
Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA
ASSOCIADOS:
Osmar Trindade (**Presidente**), Antonio Oliveira (**Vice-Presidente**), Rafael Guimarães (**Secretário**), Affonso Ritter, Carlos Dornelles, Danilo Ucha, Luis Afonso Franz, Marcelo Lopes, Clarice Aquistapace, Jorge Polydoro, José A. Vieira da Cunha, Manoel Canabarro e Tomás Pereira (**Conselheiros de Administração**).
Elaine Lerner, Sérgio Batsow, Vladimir Ungaretti, Eugênio Neves, Francisco Daniel e Mauro Toralles (**Conselheiros Fiscais**).
Daniel de Andrade, Edgar Vasques, Fernando Goulart, João B. Aveline, João Borges de Souza, Jorge Gallina, José A. Pinheiro Machado, Juarez Fonseca, Luiz Carlos Merten e Valdir da Silva (**Conselheiros de Edição**).
Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Agnese Schiffino, Alberto André, Alberto Filgueiras, Alberto Blum, Alda Souza, Alfonso Abrahan, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Amélia Lemos, Ana Maria L. Riviello, Ana Maria Smidt, Ana Maria Magalhães, Anibal Bendati, André Jockyman, Ângela B. Ricordi, Antonio Britto Filho, Antonio Carlos Esteves, Antonio Firmo Gonzalez, Antonio Dreon Peres, Antonio Vargas, Ariosto Teixeira, Armindo A. Ranzolin, Artur Monteiro, Arthur Oliveira Filho, Ataídes Miranda, Avani Maenfeld, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernardete Viana.
Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Fruet, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Alfredo Simch, Carlos Alves Muller, Carlos Athanazio, Carlos Karnas, Carlos Mentz, Carlos Gerbase, Carlos Bastos, Carlos Fehlberg, Carlos Urbim, Carlos Mossmann, Carlos Rafael Guimaraens, Carlos R. Silveira, Carlos Salzano V. da Cunha, Carmen Silveira, Carmen Rita Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Claudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clea Motti, Cid Pinheiro Cabral, Cinara Lima, Clóvis Heberle, Clóvis Malta, Cristina Batista Pereira, Cyro Canabarro, Delmar Marques, Divino Fonseca
Edelberto Behs, Edgar Lisboa, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimaraens, Eleonora Canto de Lucena, Elio Falcão Vieira, Eloisa Enck, Elmar Bones da Costa, Elser Quintana, Enio Rocha, Ercy Torma, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Evilázio Oliveira
Fernando Lindote, Fernando Saes, Fernando Guedes, Fichel Davit Chargel, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Flávio Schubert, Floriano Correa, Francisco D. Lopes, Francisco Karam, Francisco Juska, F. Paulo Santana
Gabriel Matias, Geanoni Peixoto, Gecy Belmonte, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gilberto Leal, Glauco Cruz Brandão, Gomercindo Coitinho, Guisleno Baru Derquim
Heidy Gerhardt, Hélcio Pereira, Hélio Gama Filho, Helton Ricardo Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta
Iara Bendatt, Iara Schiling Pereira, Iaraporan Muller, Ilgo Wink, Ilza Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Egon Stigger
Jandira D'Ávila Feijó, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, João B. Scalco, João C.F. da Silva, João Paulo Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge O. Carvalho Leite, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio Severo, José A. Simch da Silva, José A. Pinto Netto, José Emanuel Mattos, José Enedir Francisco, José E. Nascentes, José Félix Valente, José G. Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José L. Prévidi, José Marcelo Pontes, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José R. Fontes, José Roberto de Alencar e Silva, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Judith Costa, Julieta Nunes, Julio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho
Laerte de Franceschi, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lea Aragon, Lenora Vargas, Leo Tavejhanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lilian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Alberto Arteche, Luiz Americano Vidal, Luiz Antonio Duarte, Luiz Kozminski, Luiz A. Pinheiro, Luiz Carlos Miranda, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Claudio Cunha, Luiz Achutti, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Flores, Luiz Fernando L. da Silva, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz F. Terra Junior, Luiz Fonseca, Luiz Gonzaga, Luiz Humberto Pereira, Luiz Matzenbacher, Luiz P. de Pilla Vares, Luiz P. Ruschel Daudt, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta
Manuel J. Lourenço, Mara Bernardes, Marco Antonio Schuster, Marcos Antonio Baggio, Marco T. de Rose, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Brancher, Maria Iara Rech, Maria Luiza Teixeira, Maria Regina Ferreira, Marina Wodtke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Arias Perez, Mário Rocha, Mário L. Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Bairros, Maroni da Silva, Marques Leonam Cunha, Mary Mezzari, Maureci Santos, Mauro C. Silveira, Milton Wels, Milton R. da Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Costa Correa, Miriam T. Timponi, Mirta Coelho Maron
Najar Tubino, Nelson M. Ferrão, Neltair R. Abreu, Nestor C. Fedrizzi, Neusa M. Ribeiro, Newton Peter, Nilson Figueiredo, Nilson Guimarães, Nirce Levin
Octacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olívio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar de Barros Filho, Orlando C. Brasil, Otilia Rieth
Paolo Marconi, Patrício Bentes, Paulo A. Fogaça, Paulo Burd, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo G. de Oliveira, Paulo Martimbianco, Paulo Cancian, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Vasconcellos, Pedro Macedo, Pedro Rosa, Pedro V. Maciel, Plínio J. Dotto, Porfírio Borba Netto
Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Lempek, Remi Baldasso, Renan A. Oliveira, Renato Kern, Renato P. Silva, Renato Canini, Ricardo I. Bolsoni, Ricardo Chaves, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Alves de Azevedo, Roberto Appel, Roberto A. Thomé, Roberto Franco, Roberto Manera, Rogério Fróes Monteiro, Rogério R. Ruschel, Rômulo Krafta, Ronaldo Westermann, Rosvita Saueressig, Rui Jorge Bender, Ruy Carlos Ostermann
Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Toniello, Severino de A. Góes, Sibila Rocha, Silmar Müller, Silvio Costa, Silvio Ferreira, Sílvio S. Correa
Tânia Carvalho, Tânia Krutscka, Tânia Failacce, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo
Ubirajara Silva Prates
Vera Daisy Barcelos, Vera Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaum, Valdoar Teixeira
Walter Firmo da Silva, Whalmir Anna von Koening, Wilmar Marques
Zélia D. Leal

Associado à AJOCOOP — Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

CARTAS



49 professores questionam "A Lição do Ano"

"Como leitores do **Coojornal**, questionamos a função deste como imprensa crítica. Na reportagem sobre a greve do magistério, edição nº 60, sob título *A Lição do Ano*, causou estranheza o enfoque parcial e personalista dado ao movimento.

A pujança e o grau inédito de mobilização e organização da categoria estavam bastante defasados das medíocres conquistas tanto econômicas como educacionais. Esse fato é caracterizado pelo descontentamento e frustração que existem efetivamente em amplas camadas da nossa categoria, não só pelos aproximadamente cinco mil professores que votaram contra a proposta, como também pela maioria dos que votaram a favor. Isso mostra o descontentamento e discordância generalizados com os caminhos tomados pelas nossas lideranças.

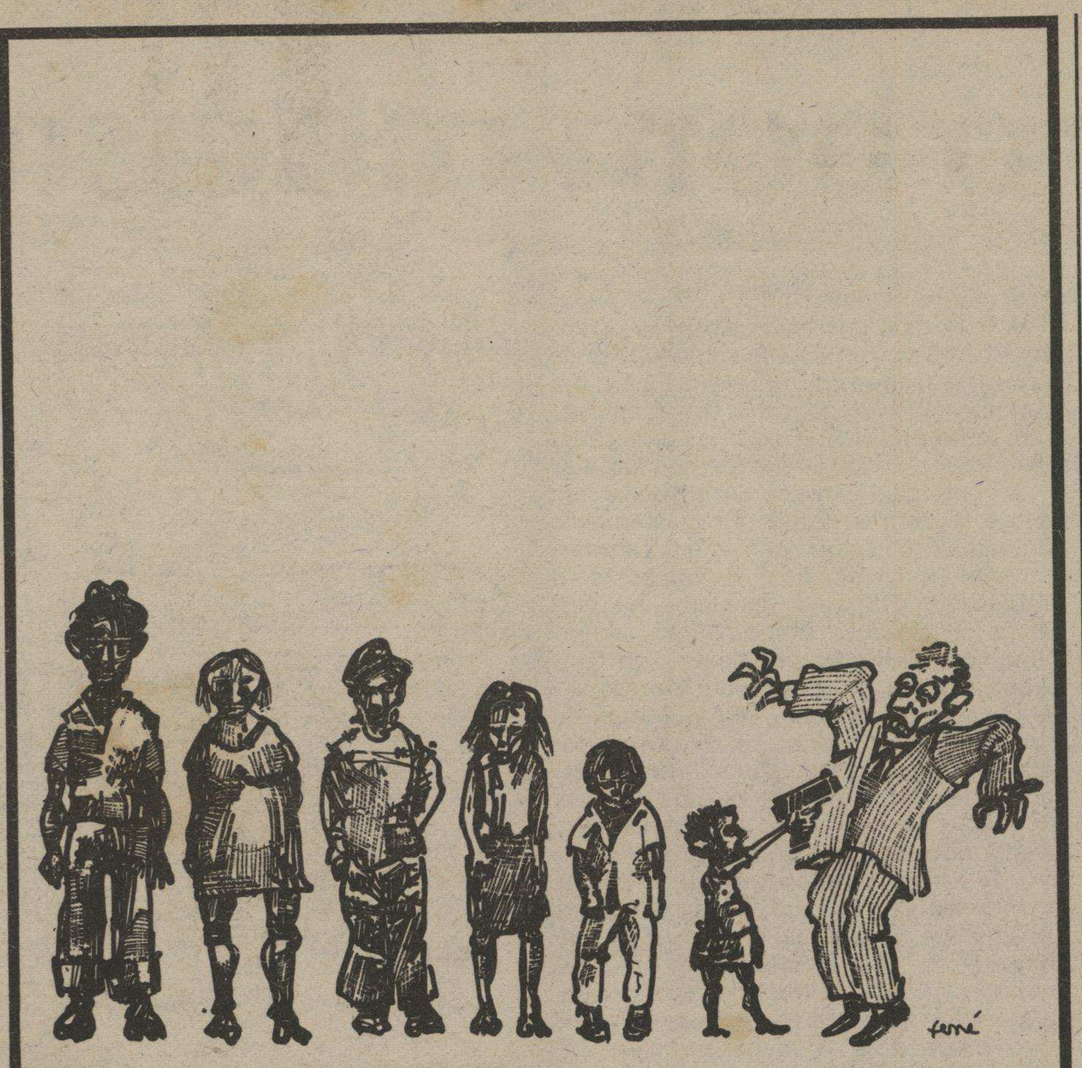
Nós somos o Cpergs. A nossa crítica é à diretoria, a nossa insatisfação é quanto ao encaminhamento dado pelas lideranças. Ser do Cpergs não significa delegar à diretoria as decisões dos nossos problemas. Não significa acatar passivamente as decisões tomadas por essa diretoria nos gabinetes governamentais. Nem significa deixar de criticar a atuação dos nossos dirigentes.

Significa saber a educação que queremos. Lutar pela dignidade de nossa profissão em todos os níveis. Criar condições para que nossas lutas não sejam distorcidas e conduzidas contra os nossos interesses.

Por essas razões é que estamos nos organizando, hoje, como oposição consciente, democrática e representativa. Consciente, porque lutamos por uma educação que corresponda às necessidades da maioria do povo brasileiro. Democrática, porque fazemos da crítica um instrumento de aperfeiçoamento, e do diálogo um meio de atuação. Representativa, porque expressamos o pensamento de significativos setores da nossa categoria.

Para concluir, expressamos a nossa indignação pelo fato de um jornal dito crítico promover e favorecer o populismo sindical. Não é fazendo carnavais e endeusando líderes que transformaremos as relações de oprimido-opressor vigentes em nossa sociedade. Por isso, a nossa expectativa em relação à função crítica do **Coojornal** é de que enfoque sem parcialidade os fatos que atualmente ocorrem em nosso cenário político-sindical."

Ivone Bengochea e mais 48 professores
Porto Alegre, RS



"Venho expressar minha repulsa e inconformidade..."

"Como professor que vive o dia-a-dia da escola, da sala de aula, não poderia deixar de manifestar-me frente à matéria publicada pelo **Coojornal** de dezembro (*A Lição do Ano*). Venho expressar a minha repulsa, a minha inconformidade e até mesmo a minha decepção pelo tipo de análise que este jornal fez do movimento de paralisação do magistério gaúcho. É evidente que o meu estado de espírito não se alteraria se este tipo de matéria fosse publicada por um jornal da grande imprensa. Mas em se tratando de um jornal da imprensa alternativa não dá para entender. Ou o **Coojornal** não seria mais tão alternativo assim?

Na realidade, o texto é faccioso e demonstra grande desconhecimento do assunto, chega ao absurdo de falar em 'aumento saudável', exatamente o ponto mais discutido do acordo conchavado entre um comando extremamente conchavador e o governo.

O articulista 'esqueceu' de dizer que quatro mil professores votaram contra o acordo e que um grande número retirou-se da assembléia inconformado com o encaminhamento dado pelo comando. É preciso que todos saibam que este foi um movimento de proporções gigantescas, que atingiu a toda a comunidade gaúcha, que conseguiu fazer com que os professores, pais e alunos discutissem a política educacional e os seus objetivos dentro do sistema. E que toda esta força foi jogada pela janela por uma liderança que não acreditou na categoria, que negociou a portas fechadas com o poder, que sonegou informações às lideranças de base, que convocou uma assembléia sem uma proposta e que na hora da assembléia surpreendentemente distribuiu uma proposta não conhecida pela categoria e não discutida nas escolas.

E o que é pior, distribuiu três mil folhas com a proposta denominada 'consenso comando e governo' para que 17 mil professores estudassem e deliberassem na hora. Isto causou uma enorme confusão na assembléia e acabou funcionando a manobra aliada à crença no mito.

Este, evidentemente, não é espaço suficiente para uma análise do movimento e da categoria. O objetivo central desta missiva é protestar frente à posição de um jornal considerado alternativo que se joga na tarefa de fortalecer lideranças que só se mantêm em cima do personalismo, do paternalismo, em cima do combate à organização da categoria pela base e da alimentação do mito, mas que também são, na atual conjuntura, a expressão mais viva do neopeleguismo, da linguagem reciclada, da recuperação do discurso da oposição para acobertar uma prática antidemocrática como garantia para que tudo continue como está.

O sistema tem seus mecanismos de cooptação e nós não podemos embarcar nesta canoa, é preciso que a prática das lideranças seja examinada a fundo, porque se isto ocorresse, tenho certeza, esta matéria teria obrigatoriamente outro teor.

Fica aqui o apelo para que este jornal rompa com a desinformação sobre este assunto e publique uma matéria que não seja facciosa, que não contribua para reforçar mitos, monstros sagrados que só se mantêm pela desinformação e pela ausência do debate.

Falo com a consciência tranqüila pois fui um daqueles que 'suou sangue' durante a greve, na busca de uma real organização e conscientização da categoria. Fomos nós que mantivemos o movimento, que sofremos as pressões das direções, que convocamos os pais para a discussão, que batemos nas portas das igrejas, que ampliamos a repercussão do movimento. E, sobretudo, fomos nós que nos sentimos traídos, manobrados e enganados."

José Clóvis de Azevedo
Cachoeirinha, RS

Uma edição de conteúdo, mas com restrições

"Melhor que de costume o nº 60, de dezembro, do **Coojornal**. Restrição feita à matéria *A Lição do Ano* (me pareceu alimentar um pouco o culto à personalidade de Hermes Zanetti, é algo superficial na análise do movimento grevista dos professores do RS e não analisa a não conquista do poder de escolha dos diretores de escola sobretudo pelos professores), a edição me parece de excelente e substancioso conteúdo.

Destaco: *Cantando a Mulher* e *Você Pode Fumar Maconha? Pais em Guerra contra Jesuítas* me parece um título equivocado. Alguns pais (não pela sua condição de pais) estão contra alguns jesuítas (não só jesuítas e não pela sua condição de jesuítas). Acompanhei pela *Folha da Tarde* toda a orquestração contra o que me parece uma diretriz correta atual do Colégio Anchieta. Pena que o Colégio e Centro de Professores tenham pago à Caldas Júnior tão elevadas quantias, que seriam melhor usadas em imprensa própria ou alternativa.

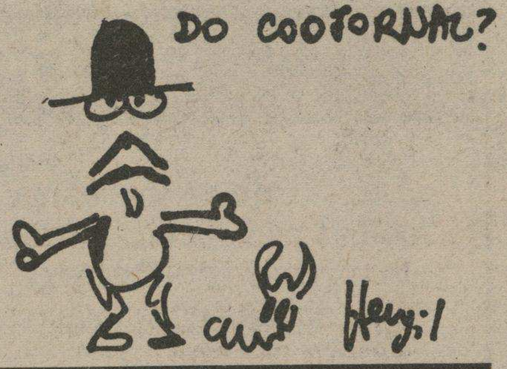
O artigo *A Direita em Ação* precisa ser conhecido de todos. Principalmente a quem interessa conhecer também 'como se coloca a Direita no Poder' no Rio Grande do Sul de hoje."

Ernesto Cassol
Erexim, RS

"Sucesso sempre maior a este órgão"

"Recebi, com satisfação, o exemplar que me enviaram do **Coojornal**, pelo que agradeço. Aproveito a oportunidade para desejar a este órgão sucesso sempre maior, abrangendo mais e mais setores com sua informação precisa."

Paulo Vellinho
Porto Alegre, RS



As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente. Enviar para: Rua Comendador Coruja, 372, Porto Alegre — 90.000, RS.

Tarso Fernando Genro OAB 5627
Luis Ulysses de Pauli OAB 7819

Advocacia Trabalhista de Empregados

Vig. José Inácio, 368 cj. 503
De segunda a quinta das 17:00 às 19:00 horas.
fone: 25-5996

Mario Chaves
Carlos Franklin Araújo
Vera Lucia Kolling

ADVOCACIA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 155 conj. 35/36
fone: 24-3159 Porto Alegre

Abaixo o bom-mocismo

Por ROBERTO BENEVIDES *

Falta um pouco de rebeldia na Seleção brasileira

Não sei o que o baiano Gilberto Gil está achando da seleção brasileira. Mas eu me lembro de um longo papo que a gente bateu com o Afonsinho, pouco depois que ele voltou do "verde também tão lindo dos gramados campos de lá". Afonsinho, o craque que tratava a bola com o mesmo prazer que punha no seu dia-a-dia, lamentava o que cartolas e técnicos estavam fazendo com o futebol que, dois ou três anos antes, nos enchera de alegria no México. Eu dava força e Gil parecia ir concordando, quase silencioso, até que fez uma observação:

— Mas o que salva o futebol é que, em última instância, ele é a relação entre o jogador e a bola. E isto só é decidido dentro do campo. É como na música: existem o empresário, a gravadora e as rádios, mas, na hora do jogo, estamos lá eu e meu violão.

Não sei também o que Gil acha do nosso técnico Telê Santana. Mas o baiano Gil é Fluminense porque, garoto ainda, era fã do Castilho e queria até ser goleiro. Tudo bem: deixemos cada um em paz com os seus pecados. Mas certamente Gil, no mínimo, sofreu bastante com a mediocridade daquele meia-direita franzino que o técnico Zezé Moreira inventou na ponta-direita do tricolor carioca — logo Zezé Moreira, o homem que queria porque queria ensinar Garrincha a jogar bola.

É claro que, para todos nós, que não somos pó-de-arroz, o futebol brasileiro é Garrincha e não Telê. Ou regionalizando: é Falcão e não Batista. Mas não vamos falar mal da CBF porque é o falso ponta Telê quem manda no nosso futebol e não, por exemplo, o meia-direita Didi, que maluco nenhum jamais ousou mandar para qualquer ponta. Deixemos a CBF em paz por uma razão simples: o Brasil foi campeão do mundo com Feola, com Aimoré Moreira e até com o Zagalo numa época em que ele curtia mais um 0x0 do que o professor e atual olheiro de Telê.

A hora é de falar mal de quem se comporta tão bem: os nossos craques. Nunca vimos, na história do futebol brasileiro, um grupinho tão *bem-educado*, tão *religioso*, com tanto *espírito de equipe*, tanto *desprendimento* e outros *elogios* que cartolas e técnicos não cansam de pespegar em nossos jogadores desde que passamos a não ganhar mais nada dentro dos campos. Entramos no Mundialito, empatamos com a Argentina, ganhamos da Alemanha, perdemos do Uruguai, ótimo, ótimo, aprendemos muitas lições, melhoramos a convivência dentro do grupo, adquirimos experiência internacional, quase fomos de novo campeões morais. E os nossos jogadores, como macaquinhos bem treinados, repetem o bom-mocismo oficial. A rebeldia fora do campo desapareceu, levando junto os dribles e o futebol ofensivo. E, assim, entramos nas eliminatórias — onde dar de cinco ou seis nas inválidas Venezuela e Bolívia não seria mais do que obrigação — preocupados com altitude, gramados ruins e outras tristes desculpas para o futebol três vezes campeão do mundo e ainda hoje o maior formador de craques em qualquer parte do planeta Terra onde role uma bola.

A saída? Um pouco de mau comportamento. É preciso se acabar com o "sim, senhor" fora e, principalmente dentro do campo. É indispensável que alguém se considere titular neste time brasileiro e tenha a coragem que foi de Didi, Nilton Santos e Bellini numa copa, e de Gerson, Carlos Alberto e Pelé noutra: impor a vontade e o futebol dos jogadores. Alguém tem de saber que é craque e dizer em bom português: "Se queremos ser de novo campeões do mundo, o Leão tem lugar aqui". E deve até arriscar um pouco: "Com Tita, não dá. Basta um Telê. No banco".

Aí, Gilberto Gil vai ter razão.

*** Roberto Benevides é jornalista, cearense trabalhando desde 1966 no Rio e em São Paulo, 32 anos, vascaíno.**

As cooperativas nos países subdesenvolvidos

O que uma cooperativa pode fazer na economia de um país do Terceiro Mundo? As cooperativas podem realmente contribuir para a mudança de estruturas econômicas? "Cooperação e Desenvolvimento" é um raro livro sobre o papel das cooperativas, analisando estes assuntos em profundidade. São 240 páginas de informação e análise sobre a importância deste sistema econômico para a estratégia de crescimento de um país como o Brasil.

Uma co-edição **COOJORNAL** e **ASSOCENE**

O autor, Dieter W. Benecke, aprofunda estudos sobre a economia dos países em desenvolvimento; o que se pode esperar das cooperativas neste processo; os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa; o Estado controlador da atividade cooperativa; a busca de novos caminhos para superar o fracasso da política de desenvolvimento nos países capitalistas e socialistas.

Preencha o cupom anexo e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — 90000 — RS

Solicito enviar.....exemplar (es) do livro "Cooperação e Desenvolvimento", ao preço unitário de Cr$ 350,00 cada.

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:..... Estado:..... CEP:.....

A campanha de Delfim: "produzir mais (otimismo) e poupar (críticas)"

Numa tentativa de calar a boca da crise, o Governo colocou nas ruas, em janeiro, uma campanha publicitária de um bilhão de cruzeiros, dinheiro bastante para diminuir críticas da imprensa — jornais, revistas, rádios e televisões — e espalhar um pouco de otimismo pelo País.

A campanha, feita por um *pool* de oito agências (a criação dos anúncios é da DPZ de São Paulo), foi bolada pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, que joga a última cartada para não perder a gestão da economia brasileira.

Mas o importante não é a campanha em si. Claro que o bilhão de cruzeiros chega em boa hora ao caixa das empresas de comunicação, preocupadas com a redução de verbas publicitárias nesta época de crise. A chave da campanha, porém, é que o Governo deseja criar um clima social mais respirável, despertando na população a confiança nas potencialidades do País e na solução de seus problemas.

Para atingir estes objetivos, Delfim Netto sabe que um bilhão de cruzeiros ajuda mas não resolve. Ele teve certa dificuldade para convencer os "ministros da Casa" — Golbery do Couto e Silva, Otávio Medeiros, Danilo Venturini, além de Heitor Ferreira de Aquino, secretário particular do presidente da República — de que a única saída a esta altura seria gastar todo este dinheirão na campanha paradoxalmente intitulada *A Única Saída: Produzir Mais e Poupar*.

Aprovada a idéia, Delfim ficou mais à vontade para executar as etapas seguintes e fundamentais da campanha: obter a adesão dos empresários que aplicam grandes verbas de propaganda e engajar as empresas estatais e órgãos públicos no "espírito" da nova mensagem.

Dia 12 de janeiro, Delfim chamou a Brasília os principais anunciantes brasileiros: banqueiros, fabricantes de veículos, grande varejistas — enfim, as 50 maiores contas de propaganda do País. O ministro mostrou a eles a campanha do Governo e pediu que a apoiassem, mandando fazer anúncios no mesmo tom.

ESTILO AERPIANO

Agora, falta a outra etapa da campanha: as empresas estatais, os órgãos federais devem também engajar-se na proposta da maior produção e maior poupança. Claro que nem todos os grandes anunciantes oficiais vão seguir ao pé da letra a palavra-de-ordem do ministro do Planejamento, mas assim mesmo a verba inicial vai ser várias vezes multiplicada. Calcula-se que as empresas estatais e os órgãos federais — desde Petrobrás e Embratel até os Correios e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — vão gastar 10 bilhões de cruzeiros com propaganda em 1981.

Com a extinção da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e a saída do ministro Said Farhat, que tentou criar um sistema e um estilo mais sofisticados na gestão da propaganda oficial, tudo indica que o Governo vai adotar novamente o estilo aerpiano (da extinta Assessoria Especial de Relações Públicas), que nos governos Médici e Geisel gastou rios de dinheiro.

Oficialmente, o objetivo da campanha é convencer a opinião pública brasileira a poupar e produzir mais. Porém, Delfim Netto e o Governo já se darão por satisfeitos se os donos da opinião pública calarem a boca da crise brasileira, que não pára de produzir manchetes e notícias negativas.

Se jornais, revistas, rádios e televisões passarem a amenizar o noticiário, evitando falar de problemas ou reduzindo as críticas ao Governo, é porque foi alcançado o objetivo de Delfim Netto: produzir mais (otimismo) e poupar (as críticas), pois a curto prazo a crise não tem solução.

GERALDO HASSE

Dez bilhões em anúncios, receita para a crise

O anúncio oficial e um da Souza Cruz: o mesmo "espírito"

No reino das mordomias, o arrocho dos barnabés

Nos últimos 15 anos, enquanto se alastravam as mordomias na alta administração pública, caía dramaticamente o salário dos funcionários de governo.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, publicado na revista *Conjuntura Econômica* de dezembro, demonstra que os salários do funcionalismo federal, que em 1965 representavam 20,7% das despesas totais da União, representam atualmente cerca de 11%.

Apenas nos últimos cinco anos (entre 1975 e 1980), o poder de compra dos salários do funcionalismo reduziu-se em um terço. Embora mais dramático na área federal, o achatamento salarial também atingiu os funcionários estaduais e municipais. Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), realizada em 1978, existem 1 milhão e 480 mil funcionários públicos no país (em todos os níveis da administração).

Os chamados barnabés não têm muito como sair do buraco em que se meteram. Não possuem direito ao 13º salário, não foram beneficiados pela lei salarial que instituiu os reajustes semestrais e, finalmente, estão proibidos de formar sindicatos. As leis que regem suas associações são naturalmente muito restritivas.

Apesar disso, algumas categorias, como os professores, estão começando a se movimentar e já realizam greves há dois anos. Como se viu no caso da greve dos professores universitários federais, no final do ano passado, o Governo não nega que as reivindicações salariais são justas. Afinal, qualquer tabela estatística mostra que nos últimos 15 anos os aumentos dos funcionários foram sistematicamente inferiores aos reajustes concedidos ao salário mínimo, que por muito tempo andou atrás do custo de vida e somente nos anos mais recentes começou a recuperar, lentamente, as perdas acumuladas anteriormente.

O arrocho salarial dos funcionários públicos tornou desinteressantes os empregos na administração federal, estadual e municipal, onde ganham bem apenas os contratados sob regime da CLT (sem concurso público), sobretudo nas grandes empresas estatais. No ano passado, inclusive, o presidente da República baixou um decreto que proíbe salários mais altos do que o seu na administração pública.

A queda relativa dos salários dos barnabés é uma das causas da ineficiência e da corrupção nos serviços públicos, pois quem ganha pouco não tem estímulo para produzir e acaba apelando para os *jeitinhos*, as *caixinhas* e as propinas.

Em face do arrocho que atingiu cerca de 1,5 milhão de barnabés, as mordomias em favor da elite do funcionalismo são um exemplo clássico das desigualdades suscitadas pelo modelo econômico em vigor no País. Enquanto uns poucos enchem o bolso, a maioria fica mais pobre do que era. Até no serviço público!

JOSÉ RAMALHO JR.

Para alguns, o milagre continua

Apesar da campanha oficial que tenta provar que o Brasil está cheio de problemas, alguns relatórios oficiais — portanto, insuspeitos — deixam claro que o "milagre econômico" não morreu e, se morreu, não foi para todos.

Há sérios indícios de que está acontecendo um novo milagre nas contas internacionais do Brasil. Apesar da crise em que mergulhou o país depois de 1973, quando os árabes multiplicaram por quatro o preço do petróleo, as remessas de lucros para o exterior não pararam de crescer na década de 70.

Em 1970, as remessas de lucros para o exterior somaram 119 milhões de dólares. Dez anos depois (em 1979), chegaram a 740 milhões de dólares, o que representa um aumento de 6,2 vezes. Nos anos intermediários, as remessas deram saltos inéditos, surpreendentes, milagrosos (ver a tabela), mostrando que as dificuldades energéticas do país não impediram que as empresas estrangeiras entrassem numa fase de grande prosperidade. Pelo contrário, numa prova consistente do milagre, parece estar provado que mesmo em crise a economia brasileira é capaz de multiplicar lucros.

NOÉ MESQUITA

REMESSA DE LUCROS

(US$ milhões enviados para o exterior)

1970	119	1976	383
1971	121	1977	458
1972	164	1978	564
1973	199	1979	740
1974	249	1980	402*
1975	237		

* Até setembro

Fonte: Banco Central do Brasil

Você sabia que deve 500 dólares?

É a sua parte na dívida externa brasileira

Você está devendo em Londres, Tóquio, Nova Iorque e outros centros financeiros a quantia de aproximadamente 500 dólares. Ou Cr$ 34 mil e 783, que é o valor exato ao câmbio de final de janeiro. E se você é daqueles brasileiros que têm mulher e três filhos e só o homem trabalha, saiba que a fatura em seu nome anda em Cr$ 173 mil e 915. Essa é a forma mais simples de tirar do economês o que significa a dívida externa dos brasileiros, a eterna discussão de cada janeiro, tal a dimensão do nosso débito no estrangeiro.

Se só isso não bastasse, entretanto, é preciso acrescentar que deveremos todos nos acostumar a conviver com números cada vez mais astronômicos sempre que falarmos em dívida brasileira nesta década de 80. Porque dificilmente o ministro Delfim Neto — ou qualquer outro que possa substituí-lo — descobrirá uma outra solução para pagar a dívida do País que não seja endividá-lo ainda mais. Pegar dinheiro emprestado para pagar o que estamos devendo. A não ser que o Brasil renegocie sua dívida externa, buscando prazos mais longos e condições melhores de pagamento.

A verdade toda sobre a dívida externa brasileira deve ser buscada em seu balanço de pagamentos, ou mesmo em sua balança comercial (a relação entre exportações e importações). Nesta é possível ver com clareza que o problema brasileiro está na estrutura de nossas compras e vendas ao exterior. Explicando melhor: é possível fazer duas balanças comerciais para o Brasil, sendo uma a relação de nossas compras e vendas aos países exportadores de petróleo, na qual somos altamente deficitários (compramos muito mais em petróleo do que conseguimos vender a eles em outros produtos); e a outra são as demais compras e vendas ao exterior, na qual somos altamente superavitários (exportamos muito mais do que importamos).

Todo mundo sabe que a curto prazo o Brasil não pode equilibrar a balança comercial com os países do petróleo, simplesmente porque não podemos parar de comprar um volume razoável desse óleo sob pena de sacrificar a economia do País, e, por outro lado, é difícil aumentar muito nossas vendas a esses países. Eles têm dinheiro, mas uma capacidade limitada, até mesmo física, de consumo.

Na outra balança comercial, os nossos parceiros são as nações industrializadas e as demais nações do terceiro mundo. Já fica muito difícil manter o atual superávit com eles, quanto mais aumentá-lo, pois as nações buscam todas uma relação de equilíbrio em seu comércio internacional. Se nós vendemos 100 milhões de dólares a uma nação, ela também vai querer nos vender 100 milhões de dólares.

Devido a este problema, a balança comercial do Brasil não tem solução a curto prazo. É preciso descobrir novos mercados e novas opções de venda, e isto não se faz de um momento para outro. Por isso mesmo fica muito difícil fazer prognósticos, como o do Governo, que espera em 81 até mesmo um superávit comercial de um bilhão de dólares. Para se ter uma idéia desta dificuldade, basta dizer que em agosto, num programa de televisão, Delfim Neto prognosticou um déficit de dois bilhões de dólares para 80, e sessenta dias depois todos já sabiam que a balança não fecharia com um buraco inferior a três bilhões de dólares. Ele acabou sendo de 3,4 bilhões.

A GUERRA AJUDOU

Como é através da sobra de dólares entre o total vendido ao exterior e o comprado que o Governo pode gerar recursos *novos* para pagar a dívida *velha,* e como temos tido déficit e será difícil inverter esta tendência no curto prazo, fica claro que para pagar a dívida e manter a economia funcionando para gerar os empregos que o País precisa, só há mesmo uma solução: endividar ainda mais o Brasil.

O Governo reduziu as importações de petróleo a 750 mil barris por dia (em 80 foram importados 950 mil barris diariamente) nos primeiros quatro meses de 81, ao mesmo tempo em que aumentou de 15 para 25% o IOF — Imposto sobre Operações Financeiras — incidentes sobre a maior parte dos produtos importados. O que o Governo pretende é evidente: buscar o equilíbrio ou quem sabe até superávit comercial nos primeiros meses do ano e, com isso, dizer à comunidade financeira internacional que pode administrar com sucesso sua balança comercial. Uma vez obtidos estes resultados favoráveis, aparentemente não será muito difícil ao Brasil conseguir lá fora os dólares que precisa para pagar sua dívida.

O mercado financeiro internacional está com boa liquidez, ou seja, tem dinheiro para emprestar. E dois fenômenos tendem a ajudar o Brasil, através da redução dos juros. Um é a perspectiva de queda da inflação americana e conseqüentemente das taxas de juros. O segundo é a guerra Irã-Iraque, uma monstruosidade que entra favorecendo os interesses atuais da economia brasileira: de forma direta, porque permite ao Brasil vender mais armas; e de forma indireta ao *queimar* aproximadamente 200 bilhões de dólares que estavam *sobrando* nos bancos internacionais. O dinheiro parado precisa ser remunerado e, para fazê-lo, os bancos aumentam os juros do dinheiro que conseguem emprestar. A guerra, ao *queimar* essa montanha de dinheiro, atua como redutor das taxas de juros internacionais.

Diante deste quadro, fica a observação de que o Brasil sobreviverá a mais esta. Certamente se endividará bastante ainda nos próximos quatro ou cinco anos, para só então começar a desfrutar de condições mais favoráveis, principalmente através da mudança da base energética do País (especialmente pela redução da dependência do petróleo importado) e de projetos como Carajás, altamente discutível na forma como está sendo negociado mas que serve aos atuais interesses dominantes. E, então, começar a pagar a dívida, hoje de 61,4 bilhões de dólares e não de 54,4 bilhões como foi oficialmente anunciado. Neste último número não estão computados os 7 bilhões da chamada dívida de curto prazo, que deve ser paga até 360 dias.

TOMÁS PEREIRA

Motores a álcool não correspondem

Depois de fechar o ano passado com o primeiro balanço negativo desde sua instalação no Brasil, a Volkswagen enfrenta agora a desconfiança oficial quanto à sua capacidade para lidar com motores a álcool. A Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, órgão responsável pela fiscalização desses motores (originais ou convertidos), deixou vazar a informação de que o Passat a álcool estaria apresentando um consumo de 30 a 35% a mais que os motores a gasolina, quando o máximo permitido pelo Governo é de 20% a mais.

O rendimento dos motores a álcool, dentro de padrões que ultrapassem pouco o consumo de um carro a gasolina, é um item considerado fundamental para que o Programa Nacional do Álcool ganhe credibilidade. O consumo maior admitido, de 20%, corresponde justamente ao menor poder calorífico do álcool em relação à gasolina.

Outro argumento para se fixarem parâmetros de rendimento para os carros a álcool é relacionado à sua comercialização. O bom rendimento desses motores serve de base para autorização de cotas anuais de produção e conversão que, por sua vez, levam em conta a produção de álcool e o consumo individual por veículo. Em 1980, o consumo médio mensal dos modelos exclusivamente a álcool ficou em 460 litros/carro/mês, quando o normal seria de 300 litros/carro/mês. Este dado, além de alertar para a venda ilegal de álcool, mostra que está havendo consumo excessivo pelos motores.

Esses fatos levaram o Governo a rejeitar o pedido da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) que pretendia produzir 700 mil carros a álcool este ano, contra os 300 mil previstos no protocolo. Foi autorizado um aumento bem menor, para 360 mil carros, e assim mesmo porque as retíficas autorizadas não cumpriram a cota de conversão de 1980, que era de 80 mil motores, convertendo pouco mais de 30 mil. O aperfeiçoamento tecnológico dos motores é uma das exigências do Ministério da Indústria e do Comércio para autorizar maior produção de carros. O argumento, neste sentido, é de que nos próximos dois anos a produção de álcool dependerá exclusivamente das destilarias já existentes, cuja capacidade está limitada.

Embora as montadoras e retíficas tenham assinado um protocolo com o Governo que prevê, entre outros itens, a pesquisa tecnológica para melhorar o rendimento dos motores, parece evidente que isso não está ocorrendo. O Ministério, apesar de admitir problemas de consumo excessivo, não confirmou o nome da empresa faltosa. E a Volkswagen, que teve seu Passat acusado informalmente, desmentiu. Mais uma vez quem perde é o consumidor. Poder ser por isso (também não houve explicação oficial) que no último aumento de combustíveis, em vigor a partir de 4 de fevereiro, o álcool tenha sofrido um reajuste inferior ao da gasolina, quando se esperava o contrário. Foi de Cr$ 27,50 para Cr$ 32,00 o litro (16,3% de aumento), enquanto a gasolina passou de Cr$ 51,00 para Cr$ 60,00 (aumento de 17,6%). Quem sabe, uma compensação ao consumidor.

SEVERINO GOES

CANINI

Luiz Carlos Calachi Moraes
Advocacia Trabalhista
P/Empregados
Andrade Neves, 159 sala: 64
fone: 33-5445
Edifício Amazonas

Omar Ferri
Advogado
OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

Luiz Goulart Filho
OAB 7182 CIC 183730030/53
Hélio Goulart
OAB 12.600 CIC 220083570/15
Advogados
Horário: Das 10,30 às 11,30 e
Das 17,00 às 19,00 hs
Demétrio Ribeiro, 1078 cj. "B"
fones: 25-8393 33-6476

Geraldo Nogueira da Gama
Advogado
OAB 5951 CPF 059035050/15
Rua Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-0154
Porto Alegre RS

Que saudade dos carnavais de antigamente!

Delfim, Maluf e as mordomias não escapariam a um bom samba

Eu me lembro, eu me lembro: era pequeno e corria na praia. Não, não é nada disso. Mas, de qualquer forma, eu me lembro: era pequeno e brincava o carnaval. Ao lado das eternas como *Jardineira, Chiquita Bacana, As Pastorinhas, Confete, Mamãe Eu Quero, Cidade Maravilhosa, O Teu Cabelo Não Nega, etcetera e tal, eu cantava as músicas do ano.* Sempre tinha umas três ou quatro que a gente decorava de tanto ouvir no rádio. De dezembro em diante, eu me lembro, ligava o rádio a qualquer hora e tinha carnaval.

Se você tem menos de 30 anos e este assunto não lhe motiva, pelo menos abra a possibilidade de receber a informação, de saber que antes era assim. Era antes dos anos 60, e os tais *grandes* da MPB estavam, cantavam no carnaval. Emilinha, Marlene, Ângela Maria, Chico Alves, Carlos Galhardo, Ciro Monteiro, Sílvio Caldas, todos eles eram astros do carnaval. Também havia caitituagem no período de Momo, rádios e gravadoras brigavam pelos lançamentos e a gente brincava.

Tinha lança-perfume, um cheiro gostoso no salão e, com perdão da caretice, o pessoal estava realmente mais ligado em lançar aquele jatinho gelado nas costas das meninas, do que em ficar cheirando a noite toda — havia os que já gostavam muito de cheirar, é claro, e a gente mesmo até fazia uma fezinha no lenço, mas legal mesmo era ver a menina se encolher arrepiada e voltar o olhar para trás. Aí a gente partia para o papo e ia batalhando o par da noite.

Era assim, antes, e não é que faça tanto tempo. Certo, sei que para quem tem 15 anos, 1955 é Idade Média. Só que tem uma coisa: na *idade moderna,* início dela, a lança foi substituída pela bisnaga de plástico. A turma vinha de casa com agüinha perfumada, e quando acabava a agüinha enchia a bisnaga de mijo ou refrigerante. Tá legal, hoje até isso é nostalgia, mas a verdade é que desde que acabou a lança-perfume, os cantores abandonaram o carnaval e todo mundo, no salão, continuou cantando aquelas velhas marchas. Lindas, mas antigas. Em termos de registro, o carnaval perdeu o seu presente. Perdeu assim, quero dizer, ao nível do que era antes.

Era tudo em cima: as águas vão rolar, Cauby, tem nego bebo aí, Dircinha e Linda Batistas, tomara que chova, Joel e Gaúcho, anda luzia, Nelson Gonçalves, pirata da perna-de-pau, Blecaute, Aurora, Nuno Roland, turma do funil, Jamelão, alá-lá-ô, e por aí vai. João de Barro, Alberto Ribeiro, Lamartine Babo, Jararaca e tantos, tantos que passavam o ano matutando o que fazer no carnaval. Caras que respeitavam o carnaval.

Cinco minutos de pausa para que você pense sobre a importância do carnaval. É a festa nacional, antes, durante e depois da ditadura. Os cães passam, e a caravana fica sambando. É a tal de História, e não tem quem a modifique. O carnaval, é. É.

"Ô CHICO!"

Tudo bem, os tempos mudaram, e com eles o carnaval. Mas agora, felizmente, os tempos mudaram um pouco mais e chegou a hora de a gente fazer voltar o carnaval com seu sentido crítico, pândego, esculacho, irreverente, debochado. A grande manifestação músico-dançante, coletiva, do povo brasileiro. Antes, na época da lança-perfume, os principais compositores e cantores acompanhavam o povo durante o carnaval. Hoje não mais. Chico, Gonzaguinha, João Bosco/Aldir, João Nogueira, Rita Lee, Jorge Ben, e outros tantos, trabalham tanto durante o ano, que não *lhes sobra tempo* para o carnaval. E no entanto precisamos deles para o carnaval. Para as marchas que falem do dia-a-dia, do Delfim, do Figueiredo, do Maluf, da inflação, do Lula, das mordomias, da vergonha.

Seria ótimo que todos eles saíssem de sua seriedade, de seu trabalho *objetivo*, e caíssem no samba por alguns dias. As marcas ficariam, ficariam como os carnavais de antigamente. Onde estão os cantores que fazem sucesso durante o ano e que desaparecem no carnaval? Que fim levam, que não carnavaleiam ao nível do disco e da massa? Por que ficam no Municipal do Rio, ou no *Sugar Loaf Carnival Ball,* apenas para se divertirem e ser fotografados pela *Manchete?*

O Brasil precisa ressuscitar seu carnaval, retomar seu carnaval. Como um todo, como era antes. Mesmo sem lança-perfume. Azar se não se gelam as costas das meninas ou se não se cheira mais; a gente transa outra. Mas o que não podemos é entregar o carnaval para eles. O carnaval é nosso. Não deixo por menos.

Não é à toa que os baianos estão na frente. E os pernambucanos. São eles, o Gil, o Caetano, o Moraes, o Trio Elétrico de Dodô & Osmar, o Carlos Fernando (*Asas da América*), essa gente, que mantém o carnaval vivo no momento. Carnaval, sacumé? Tipo povo. É quando todo mundo se junta na rua e no salão. Como é que vamos perder uma oportunidade dessas? Vamos fazer carnaval, porra!

Ô Chico, ô Aldir, ô Rita, ô todo mundo: vamos retomar a coisa. Vamos considerar o carnaval. Já há abertura suficiente para gozar o gordinho sinistro, as mordomias, as corrupções. Vamos ressuscitar o carnaval como manifestação de verdade e história. O carnaval é a festa do povo, e não há lugar melhor do que a festa do povo para se colocarem na roda as necessidades, a raiva e o humor do povo. Como antes. Vamos botar presente nesta história nova. Este ano não dá mais, eu sei, porque tudo já está pronto; então a gente considere 82: precisamos recuperar nossa festa, precisamos pressionar também no deboche. A caricatura é uma arma quente. E nada como unir o útil ao agradável.

JUAREZ FONSECA

Quando se trata a terra com carinho, ela retribui.

COTRIJUI
A FORÇA DA UNIÃO.

Policultura. Bom senso dá bons frutos.

Por LUIS RECENA GRASSI, de Brasília

O possível e o provável

Não bastam uma boa bandeira e um bom programa para Marinho vencer a eleição na Câmara dos Deputados

É possível que o deputado Djalma Marinho (PDS-RN), ganhe a eleição para presidente da Câmara dos Deputados, a ser disputada no próximo dia 26. O mais provável, no entanto, é que o vencedor desse pleito seja mesmo o candidato oficial, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS).

A eleição para a presidência da Câmara, biênio 81/82, está assim, quando escrevo, entre o possível e o provável, entre o sonho e a realidade. Há uma candidatura governista dissidente, isto é, um parlamentar do partido do Governo que resolveu não aceitar a candidatura preferida pelo Planalto e lançou seu nome, com o apoio de alguns deputados de seu partido e de muitos dos partidos de oposição. Melhor: os partidos de oposição encamparam a candidatura do dissidente governista e tiraram notas oficiais a seu favor.

Teoricamente, se todos os deputados oposicionistas e os poucos ainda sem partido votarem em Djalma Marinho, serão necessários três votos pedessistas para que o veterano parlamentar do Rio Grande do Norte seja o vencedor. Numericamente, explica-se: a Câmara tem 420 deputados, 213 são do partido do Governo, 207 se distribuem entre os partidos de oposição e a independência, não têm partido. Conseguindo três votos do PDS, o resultado seria um empate, ganhando Djalma Marinho por ser o mais velho dos dois.

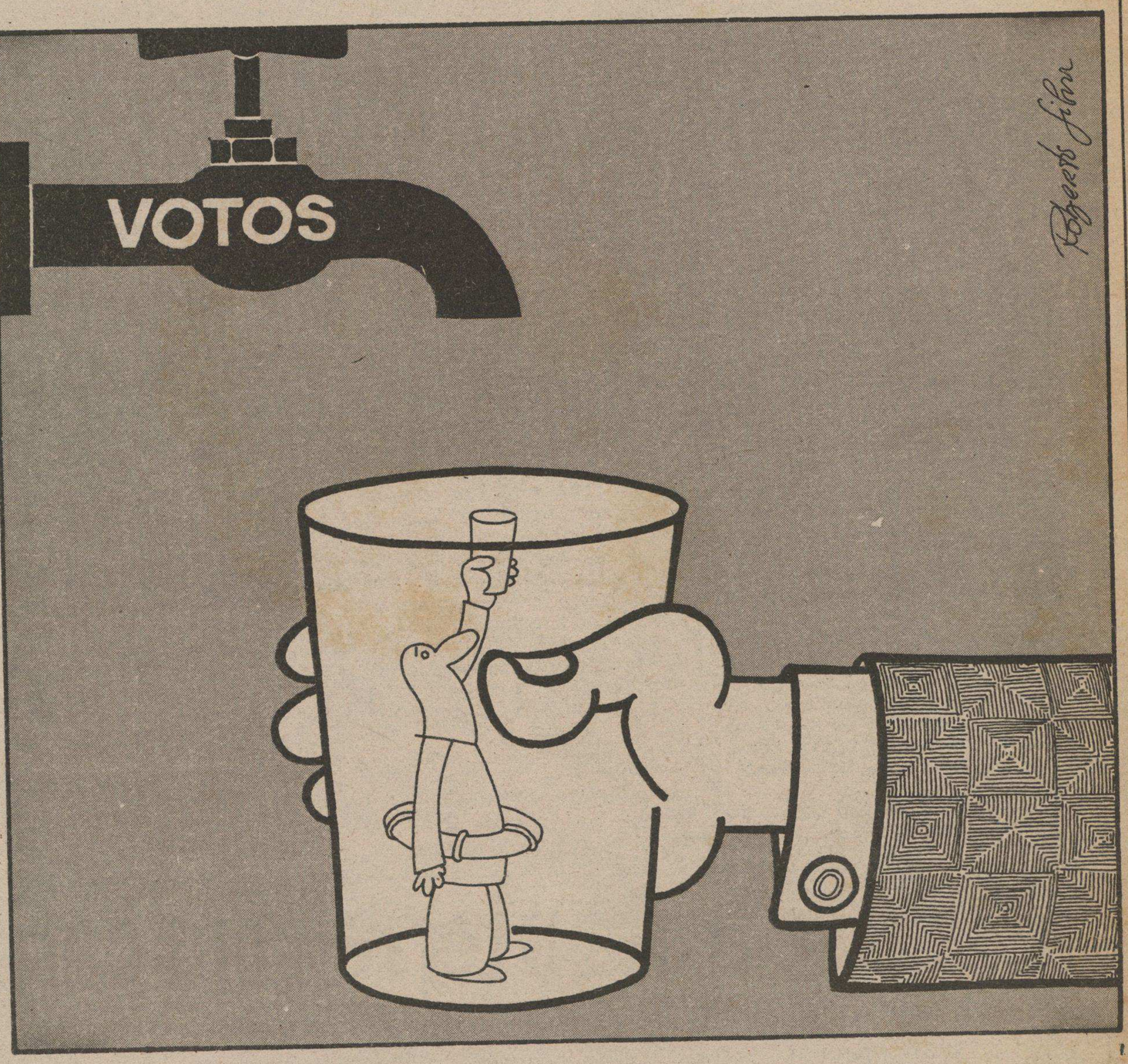
Garantidos, no PDS, o candidato dissidente tem cinco votos: o dele e os dos deputados Flávio Marcílio, Célio Borja, João Faustino e Wanderlei Mariz. Situação tranqüila, não fosse o fato de que os independentes, em torno de meia dúzia, não terem garantido nada ainda sobre seus votos e, na oposição, existirem três votos já garantidos para Marchezan, os dos deputados Rui Côdo, Aluísio Paraguassú e Juarez Batista. Os números, então, não são suficientes para suportar um raciocínio a favor deste ou daquele.

A favor de Marinho há outros argumentos. Aos 71 anos, com uma biografia de liberal pontilhada de lances de independência, o velho parlamentar desfraldou uma bandeira que, inegavelmente, tem muita capacidade de atração: a bandeira da independência do Legislativo, sua afirmação como poder diante do Executivo e da Nação. Membro do partido governista, ele recusa o adjetivo *dissidente* e diz-se candidato do projeto de abertura do governo de João Figueiredo. Uma vitória nesse pleito, para o velho liberal, significa o fortalecimento da democracia neste País. Como presidente da Câmara, ele seria um interlocutor à altura dos outros poderes e, também, um operoso agente do projeto político do Governo Central.

A candidatura de Nelson Marchezan, indiscutivelmente, foi urdida e proposta no Palácio do Planalto, o que, embora não sendo novidade na história política brasileira, não deixa de ser, igualmente, uma atitude de ingerência de um poder nos assuntos de outro. Marinho insurgiu-se contra isso, dizendo que tal atitude não cabia no projeto de abertura. Melhor argumento impossível, para justificar uma candidatura dissidente.

A partir daí, com a experiência de quem faz política há pelo menos 50 anos e a picardia de quem, apesar dos 70 anos, não deixou de amar a vida, Marinho foi construindo armadilhas para o candidato oficial, mais jovem, menos experiente. Auxiliado por velhas raposas da política nacional, como Flávio Marcílio, Ulysses Guimarães, Thales Ramalho e outros, Djalma Marinho infernizou a vida do candidato oficial e, também, a do grupo palaciano que indicou seu nome e faz sua campanha.

O Governo, acostumado a indicar nomes e obter triunfos sem contestação, perdeu um pouco de tempo, assustou-se com a força da candidatura dissidente.



Recuperando-se do susto, jogou tudo o que podia em favor de seu candidato. Então, realmente, a questão ficou complicada. Boatos de um lado e de outro apareceram com rara intensidade, da mesma forma que os desmentidos. Ao mesmo tempo, o poder entrou em jogo e, é sempre bom lembrar, por menos legítimo que seja esse poder, é ele quem nomeia, admite, demite, concede créditos e manda títulos para o Cartório de Protestos.

Enfim, o arsenal de mecanismos a favor de Nelson Marchezan é grande, incontestável. Seus efeitos, sob o mesmo ângulo de análise, têm tudo para ser igualmente proveitosos. Além disso, a presidência da Câmara é *um* dos cargos da Mesa. Há outros, que representam parcelas do poder e precisam ser preenchidos. As alianças se fazem em função disso. Mais triunfos para o candidato oficial Nelson Marchezan. Nas hostes oposicionistas, há muita gente sensível a este tipo de *canto da sereia*, o que facilita a melodia para os cantores do Palácio do Planalto.

Aqui o grande obstáculo a ser vencido pela candidatura do deputado Djalma Marinho: a constatação de que não basta uma bandeira, a nível político. É preciso vencer sobretudo as fraquezas ideológicas de seus companheiros de viagem.

A distância maior a ser vencida pela candidatura do velho liberal potiguar, portanto, é a mesma que costuma separar o sonho da realidade. Quer dizer, não bastam ao deputado Djalma Marinho sua história independente, seu liberalsimo corajoso, o fato de ter uma bandeira empolgante e sua disposição de cumprir com dedicação os postulados do cargo a que almeja. O candidato dissidente tem boa bandeira e bom programa, mas não fez promessa maior além da de segui-los, nem ofereceu nada a ninguém em troca do voto em seu nome. Não tem, em resumo, nenhum doce para dar.

Do lado oficial, o panorama é outro, é diverso. As conseqüências desse trabalho de aliciamento em favor de Nelson Marchezan não podem ser desprezadas na hora dos prognósticos. Não que o candidato oficial não tenha méritos pessoais. Marchezan tem trabalhado com muito afinco nos últimos anos, tem sabido responder aos apelos do Governo, tem cumprido com eficiência as tarefas recebidas. Nem mesmo o fato de ser candidato indicado pelo Executivo lhe pode ser tão criticado. Há muitos anos neste país o Executivo escolhe e joga tudo em seus candidatos à direção das casas legislativas. Isso não é privilégio dos governos pós-64. Aconteceu muitas vezes antes.

Particularmente, torço pela vitória do deputado Djalma Marinho. Com a mesma clareza com que não acredito que ela venha a se concretizar. Lembro sempre da distância existente entre o sonho e a realidade. Marinho é o primeiro, a realidade é o outro.

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____

End: _____ Nº: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

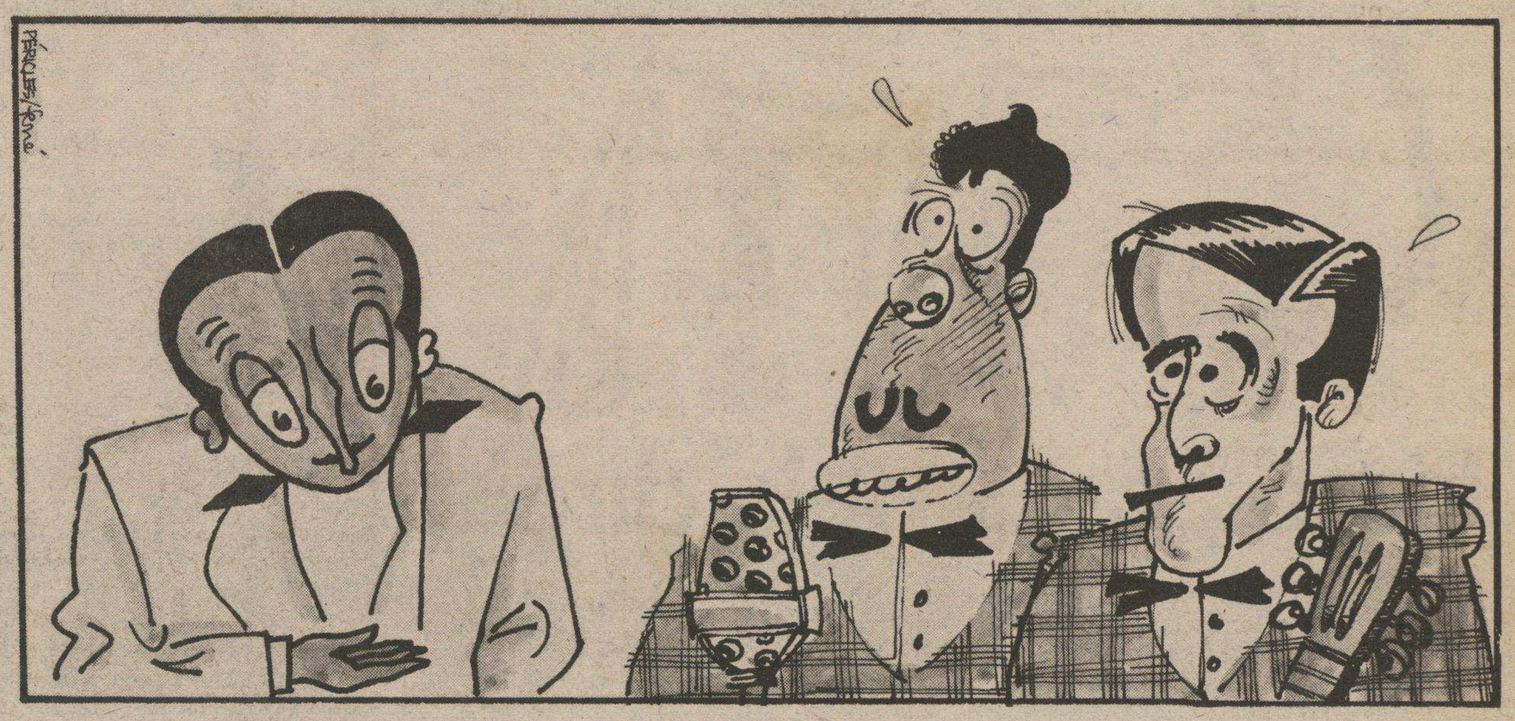
ÚLTIMA CHANCE DE ASSINAR O COOJORNAL POR CR$ 550,00

A partir da próxima edição, o Coojornal estará custando Cr$ 80,00 em bancas e a assinatura anual passará a Cr$ 900,00. Economize Cr$ 350,00 assinando hoje mesmo o Coojornal!

Coojornal Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Porto Alegre — RS

MARCOS REY

Revelado (embora a distância e depois de 30 anos) o escândalo dum festival radiofônico



A Rádio Excelsior de São Paulo, em 1949, trocou de donos e decidiu lutar pela liderança das audiências. Ela, que só tocava discos, reuniu um elenco de rádio-teatro, criou um rádio-jornal e contratou uma orquestra dirigida pelo maestro Spartaco Rossi, autor da *Canção do Expedicionário,* com letra de Guilherme de Almeida.

Mas ela precisava de algo que estourasse, uma bomba para chamar a atenção de todos e fazer tremer as demais emissoras paulistanas. E para isso foi bolado o primeiro Concurso Nacional de Conjuntos Musicais.

Inscreveram-se imediatamente conjuntos de todos os estados, inclusive do Acre, e os jornais começaram a badalação. Três julgadores foram escolhidos: Spartaco Rossi, o maestro, Ricardo Macedo, diretor da programação de discos, e eu, sem nenhum título que justificasse a escolha.

Lembro-me. Ficávamos os três, compenetrados, na diretoria, solitários, a ouvir as eliminatórias pelo rádio. De seis peneiradas sobraram doze conjuntos para a Grande e esperada Finalíssima.

Spartaco, Ricardo e eu ainda não tínhamos favoritos. Reservamos todo nosso poder seletivo, nossa exigência crítica para a última audição. Mas inquietava-nos um pouco saber que aquele era um dos assuntos da cidade e que no ambiente radiofônico não se falava doutra coisa. O próprio destino da emissora estava em jogo.

A fila para a Finalíssima começou antes do meio-dia. O ensaio dos conjuntos, depois do almoço. Ao abrir o auditório havia 400 pessoas sentadas e 800 de pé. Para o início dos anos 50 era um fato estrondoso embora a palavra festival ainda não estivesse em circulação. E a prova da importância do acontecimento era o smoking do animador, Walter Ribeiro dos Santos.

Pouco antes do tiro de partida da Finalíssima, um contratempo: Ricardo Macedo adoecera e não podia comparecer. Falou-se numa substituição de urgência mas o maestro Spartaco Rossi rejeitou as indicações. Apenas ele e eu ficaríamos na sala da diretoria ouvindo o programa pelo rádio, com lápis e papel para as notas.

O primeiro conjunto musical mereceu uma nota razoável. O segundo, que se saira bem numa das eliminatórias, fracassava na Finalíssima. O terceiro, ótimo.

— Já ganhou — disse Spartaco.

Quando o quarto conjunto ia se apresentar pus a mão no bolso: não tinha cigarros. O maestro não fumava. Entrou um contínuo com café. Pedi-lhe um cigarro. Mas ele também não tinha pequenos vícios. Depois do café, já com o quarto conjunto no ar, minha situação de viciado tornou-se insustentável.

— Maestro, posso descer para comprar cigarros?

A emissora era num 13º andar.

— Pode.

— O bar é um pouco longe.

— Não faz mal. Está fácil. O número 3 ganha.

Saí da diretoria com a intenção de voltar antes da exibição do quinto conjunto. Mas o elevador demorava mais que ônibus de bairros operários. Esperei dez minutos. A descida lenta, o ascensorista me explicando que aquela geringonça estava com defeito. Assim que cheguei à rua corri para o bar. Corri é força verbal porque aos domingos, aquela via central da cidade, a 24 de Maio, não possibilitava o excesso de velocidade. No bar, fui pedindo:

— Um maço de Hollywood!

O balconista procurou, procurou, e:

— Serve outra marca?

— Mas com ponta de cortiça.

— Com ponta de cortiça não tem nenhuma.

Saí do bar e da rua. Fui à Praça da República, apressado, boca seca.

— Tem Hollywood?

— Liso ou ponta de cortiça?

— Cortiça.

Enquanto o dono do boteco procurava minha marca, com a ponta preferida, então elegantérrimo, alguém me abraçou. Era Newton Prado, famoso galã do rádio-teatro paulista, e que onde estivesse, inclusive no estúdio, estava bebendo alguma coisa. Newton pegou um copo e generosamente emborcou nele sua cerveja.

— Está geladinha, beba.

— Eu sou um dos julgadores do Concurso de Conjuntos Musicais, tenho pressa.

— Um copo só. Está no ponto.

Acendi um cigarro e tomei o copo de cerveja. Enquanto pagava o maço, Newton enchia o segundo copo. Tinha razão, o galã, a ceva estava na temperatura correta. Quando ele pediu outra garrafa não opus nenhuma resistência notável. Lá em cima, na Excelsior, o maestro julgava os conjuntos. Mesmo se discordasse de suas notas, o resultado seria um empate pois o terceiro jurado não comparecera. E eu não pretendia discordar do compositor de *A Canção do Expedicionário,* que ajudara nossos pracinhas a vencer os alemães na Itália. Minhas notas seriam de vaca de presépio. Autoridade no assunto era o maestro, com seus cabelos brancos, não eu. Além do mais o 3º conjunto nos pareceu tão bom que encerrava praticamente o concurso.

— Cerveja?

— Só mais uma — respondi.

Olhei o relógio. A Finalíssima terminava. Precisava voltar à Excelsior, o que fiz assim que esvaziamos o conteúdo do casco.

Já na emissora segui pelo corredor da diretoria pensando em justificar a demora. Mas antes de entrar ouvi um ruído de serraria. O que era aquilo? Abri a porta e vi a cena temida: o maestro Spartaco dormia numa fofa e confortável poltrona. Seu sono, porém, apesar da sonoplastia, não era tão pesado como me parecera. Assim que sentei, acordou.

— Como é? O número 3 é o melhor?

Ele teria dormido a partir da terceira apresentação?

— Na minha opinião, é.

— Dos demais, não gostei.

— Nem eu.

No mesmo instante entrava um *boy* com um pires onde seriam colocados os votos. Pelo rádio, ouvia-se o zum-zum da expectativa intensificado pelos comentários do apresentador. À chegada do *boy* no palco do auditório o referido zum-zum cresceu ainda mais. Walter Ribeiro dos Santos, anunciou:

— O vencedor é... (reticências e gaguejos) É... Número 3!

O furor da vaia fez tremer o rádio da diretoria. Puseram os comerciais no ar. O anunciador, suado e irritado, a gravatinha do *smoking* fora do lugar, entrou na diretoria.

— Mas o que vocês fizeram??? Votaram num dos piores conjuntos??? O público está ameaçando destruir o auditório!

— São uns imbecis! Não entendem do assunto.

— Como vou voltar ao palco?

— Volte com a consciência tranqüila! Maestro aqui sou eu! Eles são uns ignorantes musicais!

O apresentador, afinal, decidiu-se pelos panos quentes.

— Está certo. Volto ao palco. Mas, pelo amor de Deus, não saiam desta sala.

— Por quê?

— Se aparecerem no auditório vocês poderão ser linchados!

— Linchados?

— Foi o que eu disse! E o que eles dizem.

Nós não éramos covardes mas resolvemos só deixar a sala três horas depois. Medida de precaução. Mas devia ser exagero do apresentador porque apenas vinte e sete cadeiras foram quebradas.

O que as seções especializadas dos jornais e revistas falaram sobre a Finalíssima não foi muito agradável para nós. As palavras incompetência e suborno foram as preferidas. Quanto ao mestre, mesmo muitos meses depois, ainda argumentava que o conjunto número 3 fora o melhor de todos. E eu também era forçado a sustentar o ponto de vista, embora com menos ardor e convicção.

advogados

HELIO ALVES RODRIGUES
oab 3975 cpf 001520800/15
JULIO CÉSAR ALVES RODRIGUES
oab 3408 cpf 001520990/34

RUA ANDRADE NEVES, 155
conjs. 71 e 72
fones: 24-8616 e 25-8035

RONALDO MOREIRA BRUM
PSIQUIATRA

CREMERS 2773
CPF 004705460/34

Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

Lia Colossi
Advogada

CAUSAS CÍVEIS

OAB 11.505 Secção RS
Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

Pergunta: "O que quer o João?"

A imprensa francesa não gostou muito da visita brasileira

"Um operário brasileiro custa quatro vezes menos que um operário francês. Esta é a principal razão pela qual vamos aumentar nossos investimentos no Brasil".

A frase é de Michel Mazerot, assistente geral do poderoso grupo francês *Rhone Poulenc,* uma das maiores empresas estrangeiras instaladas no Brasil, que emprega 16 mil trabalhadores brasileiros e possui 10 empresas, das quais a mais antiga e conhecida (1919) é a Rhodia, de Santo André (SP).

Ele explicou que o grupo *Rhone Poulenc* enfrenta dificuldades na França face à conjuntura econômica internacional e à estagnação da economia francesa e que por isso teve de dispensar quatro mil de seus 65 mil empregados franceses (o plano de demissões deverá chegar a oito mil trabalhadores até 82) e, em conseqüência, aumentará seus investimentos no Brasil. Os entendimentos entre a empresa e o governo brasileiro aceleraram-se durante a visita do presidente Figueiredo a Paris, no início do mês.

Os acordos econômicos firmados pela delegação brasileira com o governo e o empresariado franceses, num total de dois bilhões de dólares, mereceram, aliás, notas de advertência da imprensa francesa. Ela advertiu os empresários sobre a situação atual do Brasil e sobre quem ganha, realmente, com os contratos firmados.

Todos os jornais salientaram o desafio que é investir no Brasil, "um país onde a inflação chegou a 110%, as greves multiplicam-se, os dirigentes sindicais são presos, as reformas agrária e fiscal estão paradas, ou seja, onde todos os ingredientes de uma situação explosiva estão reunidos", escreveu o *Le Progress,* de Lyon. As manchetes dos demais jornais, em geral, não fugiram ao mesmo tom: "Brasil, gigante frágil" (semanário *Investir*); "15 milhões de camponeses sem terra" (*Le Monde*); "Lula, o Walesa brasileiro, a todo o vapor" (*Liberation*); "Chamam-me João" (*Le Monde*). E, após concluídos os contratos: "Um bom negócio para os patrões" (*L'Humanité*).

A postura da imprensa francesa, por sinal, não mudou depois de anunciados e acertados os contratos de cooperação econômica: "Fecham-se indústrias na França para investir-se no Brasil. Mas o único objetivo desse tipo de cooperação é o lucro imediato para grupos financeiros e industriais, com conseqüências desastrosas para a economia francesa", assinalou o *L'Humanité.*

As ambições francesas de explorar o mercado brasileiro são muito antigas. "Nós compramos o nosso primeiro metro quadrado de terras brasileiras em 1914, mas só depois de 64 é que nossa companhia verdadeiramente desenvolveu-se", afirmou Jean-Marc Bruhel, empresário do grupo *Rhone Poulenc,* em entrevista à rádio *France-Inter.*

"SAMBA E COCA-COLA"

O jornal *L'Humanité* diz ainda que "o regime brasileiro já não é mais uma ditadura, mas a abertura política não tem nada a ver com uma real democratização. A repressão contra o movimento popular e sindical parece ter sido muito bem apreciada em Paris".

O *Le Monde,* que vende um milhão de exemplares por dia e é o mais prestigiado jornal da Europa, ao mesmo tempo que falava no encontro e negociações entre Brasília e Paris, publicava notícias sobre várias manifestações de protesto realizadas na França durante a visita de Figueiredo, uma conferência sobre os direitos humanos no Brasil onde foram projetados três filmes sobre "as condições de vida miseráveis de comunidades nordestinas" e sobre a desapropriação de terras de camponeses das margens do Rio São Francisco, e a denúncia, feita por um representante do Comitê de Apoio dos Advogados da Terra, criado em dezembro do ano passado no Brasil, sobre "os métodos sutis de fazer o pessoal deixar a terra".

Sob o título *Chamam-me João,* o *Le Monde* traçou ainda um perfil do presidente brasileiro, sublinhando as diferenças entre "o Figueiredo de óculos escuros que chefiava o SNI, e o Figueiredo popular, que toma cafezinho com o povo, aperta a mão de qualquer pessoa e dá muitas entrevistas". E o jornal pergunta: "O que quer realmente o João? Será apenas convencer os céticos que ainda não esqueceram seu passado de repressão como chefe de polícia em São Paulo?"

O *Liberation,* fundado por Sartre, praticamente ignorou Figueiredo, mas dedicou muito espaço a Lula. *Liberation* deu como matéria principal a chegada de Lula, onde o descreve como o "Walesa brasileiro" e, em subtítulo: "O Brasil de Figueiredo: samba, loteria e coca-cola", abordando o jogo do bicho e a vida do carioca. "Lula é o único ídolo brasileiro depois das estrelas do futebol" disse o jornal, que acredita que a presença de delegações européias no julgamento de Lula, dia 16, "será um grande teste para o regime militar".

L'Observateur e *L'Express,* as duas maiores revistas semanais de informação francesas, ignoraram praticamente a presença de Figueiredo. *L'Observateur* dedicou 20 linhas para Lula, enquanto *L'Express* reservava uma página e meia ao livro *Maíra,* do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro.

Marilena Marasca, de Paris, especial para o Coojornal.

Motim à vista

115 detentos do Jacuí são impedidos de trabalhar

— Olha, meu filho, eu conheço eles. Quando começam a se reunir desse jeito, cheio de bolinho pelo pátio, todo mundo meio agitado, é sinal de que alguma coisa vai acontecer. Eu tenho experiência disso, da outra vez eles me avisaram quando ia acontecer. O negócio tá fervendo.

Dona Ana conhece bem a Penitenciária Estadual do Jacuí, a maior do Rio Grande do Sul, com lotação para 750 presos, localizada no município de Charqueadas, a 60 quilômetros de Porto Alegre. Seu filho esteve preso por duas vezes e agora volta para terminar de cumprir a pena. Ela fez o comentário olhando a fila de mulheres — mais de 100 — formada em frente ao velho prédio da Penitenciária. Todas elas estão também muito agitadas neste domingo, dia 1º de fevereiro.

Na portaria os agentes anunciam uma longa lista de presos que estavam proibidos de receber visitas, tinham sido cortados em função dos últimos acontecimentos dentro do presídio. Eram mais ou menos 200 nomes e seus familiares só ficavam sabendo do corte depois de passar pela longa fila, após esperar algumas horas.

No pátio onde os presos recebem as visitas, cercado por uma tela de arame, o clima era bem mais terrível. Das galerias, os presos se amontoavam atrás das grades. Ficavam cuidando o movimento sem poder falar. No pátio, ninguém podia chegar perto da cerca, jogar um cigarro, estender algum dinheiro para quem estava na galeria e não tinha autorização para receber visitas. Normalmente os presos jogam sacolas, sacos de plástico amarrados por cordões para as pessoas que estão na visita. Só assim conseguem algum dinheiro ou comida.

A agitação entre os detentos começou logo após as festas de fim-de-ano. A direção do presídio resolveu dividir os serviços do pessoal da terceira galeria. Todos os 115 presos dessa galeria trabalham para uma fábrica de bolas de futebol, localizada no município de Charqueadas. Eles fazem o acabamento das bolas, além de outros artefatos, como velas e esfregões de aço. Isso lhes dá uma certa independência financeira e os mantém ocupados, sem muito tempo para pensar em "bobagens" ou ficar criando "bichinhos", como eles dizem.

Os presos da *terceira* não aceitaram a argumentação da direção do presídio, que afirmou estarem alguns detentos explorando o resto do pessoal. E ficaram ainda mais descontentes quando souberam que o trabalho tinha sido transferido para a 1ª e 2ª galerias, nas mãos de presos ligados à guarda do Jacuí.

ALTA TEMPERATURA

Num primeiro momento a direção ainda tentou negociar, prometendo dividir a metade dos serviços. Ninguém aceitou. Os presos resolveram fazer uma espécie de greve: nenhum dos 115 ocupantes da terceira galeria aceitará outro tipo de serviço. (Um pequeno detalhe: durante o mês de dezembro, a terceira galeria costurou 4.500 bolas, trabalhando dia e noite, e as demais galerias não reclamaram. Quando o esquema com a fábrica cresceu, com possibilidades de expandir-se, os agentes penitenciários — que ganham uma comissão sobre o negócio — resolveram trocar os responsáveis.) O clima, obviamente, ficou pesado.

As coisas pioraram quando cinco detentos da terceira galeria — José Otávio, Jucélio Teixeira, Itamar Fernandez, Marino Machado e Walmir Melo — foram transferidos para o Presídio Central, em Porto Alegre, sob a acusação de promoverem agitação. Todos eles já participaram de motins ou movimentos de protesto no passado, e possuem uma certa liderança sobre os demais membros da galeria. No Jacuí, as primeiras notícias vindas do Presídio Central davam conta de que os cinco estavam no castigo — cela solitária, isolada, onde os presos dormem e comem junto com ratos, baratas e percevejos — e que tinham sido espancados. A temperatura subiu mais ainda dentro da prisão.

Segundo denúncia dos presos, os guardas iniciaram uma série de punições absurdas: quem fazia fila dupla no refeitório ia para o castigo, quem dormia de luz apagada não recebia visitas, e assim por diante.

Luiz Abreu

Os presos do Jacuí: revoltados e tensos

Manoel Firmo Vinadé, diretor adjunto do Presídio Jacuí, é apontado pelos detentos como o grande responsável por tudo. De acordo com eles, Vinadé dirigiu a Penitenciária no início dos anos 70, quando montou uma guarda formada pelos presos com grandes condenações, que andavam de facão a vista, para manter a ordem dentro das galerias. Houve revolta, motim e Vinadé acabou sendo transferido. Agora ele está voltando e, ao que parece, quer um acerto de contas.

A tensão dentro da Penitenciária aumentará. Os presos pretendiam divulgar um manifesto contando o que se passa no Jacuí mas, numa revista realizada no início do mês, ele teve de ser rasgado, pois alguém havia denunciado a existência do documento.

WALTER MORAES

Rovílio Antonio Breda
OAB/RS 2583

Abade P. Bulhões
OAB/RS 2835

AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 453
CONJ. 81 FONE: 24.69.23

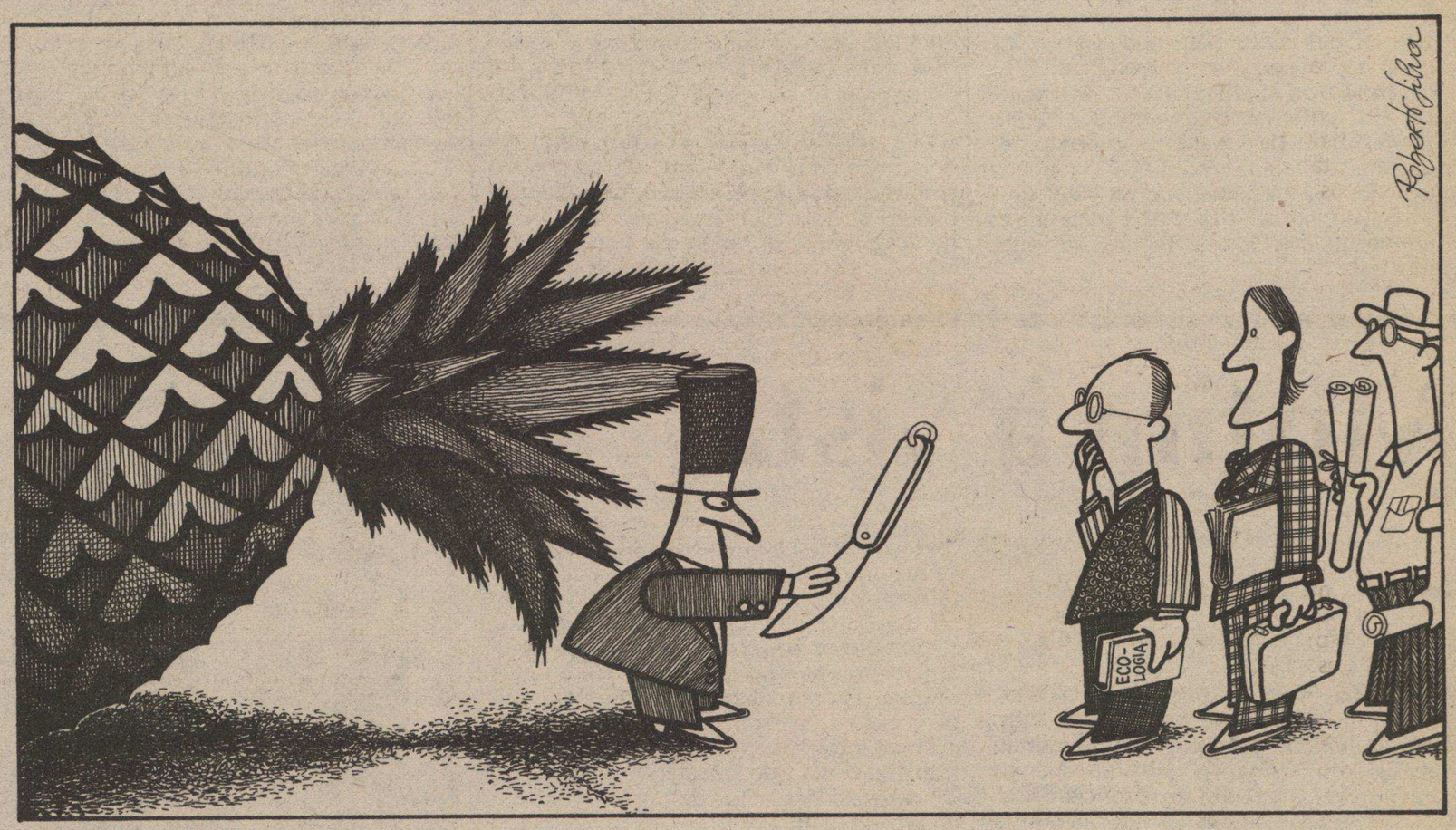
ADVOGADOS

Dr. Marco Túlio de Rose
Rua Uruguai, 335 — s/37
Fone: 25.2687
OAB 9551
CPF 133.646.690/15

Nereu Lima

CPF-MF 082058760-53
Advocacia Criminal
Borges de Medeiros, 410
salas: 509/510
tel: 24-6049 Porto Alegre

"Resolvam a crise, senhores!"



No dia 19 de janeiro passado, alguns dos mais notórios contestadores do atual sistema agrícola brasileiro reuniram-se no 13º andar de um edifício, num dos mais movimentados cruzamentos de São Paulo, onde se encontram as avenidas Rebouças e Faria Lima.

Uns vieram de longe, outros de perto, mas todos estavam imbuídos de um só pensamento: estabelecer linhas de trabalho capazes de mudar o atual modelo agrícola, considerado obsoleto e superado pelo que gasta em insumos sofisticados, energeticamente deficitários, principalmente tóxicos que destroem o solo e comprometem o equilíbrio ecológico.

Lá estavam José Lutzenberger, Ana Primavesi, Luis Carlos Pinheiro Machado, Valter Schimidt, José Pedro Coelho Santiago, Nelson Martin, Eduardo Pires Castanho Filho e outros críticos contumazes da política agrícola brasileira; quase todos estigmatizados oficialmente ora como "subversivos" (porque contestam o *status quo* da agricultura) ora como "sonhadores" (porque propõem as técnicas elementares da agricultura biológica, orgânica ou ecológica).

Essa reunião de marginais da agricultura, num total de 16 pessoas, foi convocada por um órgão oficial, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo escritório paulista funciona no cruzamento da Rebouças com a Faria Lima.

Essa a surpresa: o CNPq queria saber o que esses cientistas, agrônomos e pesquisadores tinham a sugerir para desenvolver técnicas agrícolas poupadoras de combustível. Pelo menos em São Paulo, o CNPq está preocupado com um paradoxo cada vez mais evidente na agricultura brasileira: as lavouras com balanço energético negativo, isto é, aquelas que consomem mais energia (na forma de combustível, fertilizantes, inseticidas), do que produzem energia alimentar.

Naturalmente, será muito difícil levar idéias alternativas para toda a estrutura do CNPq, órgão orientador da política científica brasileira, vinculado diretamente à Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Mas "as contradições do sistema agrícola brasileiro são tão flagrantes que há possibilidade de introduzir algumas idéias novas, mesmo porque elas podem ajudar a resolver a crise do balanço de pagamentos, gerada em grande parte pela excessiva dependência de importações de petróleo, inclusive insumos agrícolas", diz o agrônomo Manoel Baltasar Baptista da Costa, assessor do CNPq em São Paulo.

A reunião do CNPq com os agrônomos, pesquisadores e ecologistas resultou num pacote de sugestões de pesquisas. Eis os principais temas sugeridos:

1 — adubação verde
2 — estudo da biologia do solo e da fertilidade natural
3 — busca de tecnologias rurais energeticamente eficientes
4 — pesquisa de plantas e animais altamente transformadores de energia
5 — controle integrado de pragas
6 — intensificação do uso de resíduos industriais e urbanos para alimentação e adubação
7 — criação de sistemas agrícolas integrados, envolvendo o homem-boi-planta-máquina com o mínimo gasto de energia
8 — estudo do uso do pó de basalto como corretivo do solo
9 — busca de eficiência no uso dos insumos químicos, atualmente aproveitados em apenas 50%
10 — desenvolvimento de "plantas companheiras"/consorciação.

O **Coojornal** publica a seguir um resumo* das principais intervenções de alguns participantes, que expuseram seus pontos de vista e sugeriram linhas de pesquisas para financiamento do CNPq, em prol de uma agricultura energeticamente racional e ecologicamente sensata.

"Mais vale a força do animal que um trator mal guiado"

Walter Schimidt (pesquisador agrícola em São Paulo) — A pesquisa deve preocupar-se com a mecanização da agricultura. Mas é errado pensar que trator é uma máquina agrícola. Não, o trator é uma força de tração. Mecanização compreende o uso do boi, do cavalo. Nas pequenas propriedades agrícolas, é aconselhável empregar o boi-mecanização. O boi é a única força de trabalho que se valoriza trabalhando. O boi existe em qualquer parte do Brasil, mas é necessário ensinar o homem do campo a usá-lo corretamente. No Brasil, usa-se mal o boi e pior o trator. Nos países mais adiantados, um tratorista tem que ter no mínimo o curso ginasial para tirar o máximo do trator. No Brasil, quantos ginasianos temos em cima de um trator? Aqui o que temos são guiadores de trator. As máquinas de adubação vendidas no Brasil são extremamente deficitárias, pois provocam perdas de 20% a 30%.

Há uma técnica de aumentar a produção sem onerar o produtor. Essa técnica é: seguir as leis da natureza. Há outras técnicas que exigem muito dinheiro na aplicação de adubos, herbicidas, inseticidas. Essas técnicas são mal usadas e freqüentemente agem contra a natureza. As pesquisas deveriam preocupar-se primeiro em produzir de acordo com as condições naturais e, suplementarmente, com a aplicação de adubos, inseticidas, etc. Hoje no Brasil o que acontece é que estamos fazendo agricultura com dinheiro, quando deveríamos estar fazendo dinheiro com a agricultura. No Rio Grande do Sul, por excesso de pulverização química na agricultura, estamos fazendo verdadeiros desertos.

Há uma série de técnicas que precisam ser passadas para o agricultor. Não adianta fazer pesquisa e deixar nas gavetas dos institutos. Os agricultores precisam saber de coisas mínimas, elementares, como a época de plantio, o espaçamento correto entre as sementes, a preparação do terreno, a rotação de culturas, a adubação verde, o emprego da tração animal nas pequenas propriedades. Mais vale a força de um animal que um trator mal guiado, que prejudica o solo.

Luís Carlos Pinheiro Machado (agricultor, professor de Zootecnia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul) — Devemos encarar alguns aspectos desconhecidos, não que sejam dúvidas, são apenas desconhecidos. A agricultura alternativa ou biológica oferece vantagens qualitativas inequívocas. Mas a questão é quantificar esse tipo de vantagem de acordo com parâmetros econômicos compatíveis com a sociedade em que estamos vivendo. Nesse sentido, desde logo, é preciso rejeitar o critério de viabilidade econômica como único critério de análise. Em primeiro lugar, devemos considerar o critério de viabilidade biológica, isto é, da conservação e da manutenção da vida.

Se analisarmos o nível de vitamina C que chega aos centros de abastecimento das capitais e compararmos com o nível de vitamina C de uma alface cultivada por meios biológicos, nós encontraremos diferenças por vezes maiores que 10. Isto é, mais de 1.000%. É provável que a alface do Ceasa seja monetariamente mais vantajosa do que uma produzida por métodos biológicos. No entanto, se avaliado o que custa para a nação brasileira a gripe, motivada por carência de vitamina C, veremos que não há forma de comparação entre um e outro critério.

Um dos aspectos básicos a desenvolver através de pesquisas é o relacionado com a biologia do solo. Gostaria de retratar um exemplo. Dizia-se que a província de Buenos Aires era uma área inexpugnável do ponto de vista agrícola, dada a alta qualidade de seu solo, propício para a produção de grãos. Hoje a província de Buenos Aires não tem mais vida. O solo está no seu limite de exaustão. Não é nenhum vaticínio extraordinário dizer que daqui a dez anos começa o deserto na província de Buenos Aires. Isso por causa do uso inadequado de máquinas e da aplicação indiscriminada de agrotóxicos. Portanto, se isso acontece na província de Buenos Aires, o que se dirá do Brasil, onde continuamos a importar tecnologia incompatível com nossa real situação?

Num recente documento, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos recomendou a realização intensa de pesquisas de agricultura orgânica e a preparação dos extensionistas do país para responder à inquietação de inviabilidade dos atuais sistemas de produção. Conseqüentemente, o CNPq entra no assunto numa oportunidade extraordinária.

No Brasil, há uma coisa realmente surpreendente. Se nós procurarmos os órgãos oficiais de financiamento com um processo produtivo baseado na maximização do uso da fotossíntese e num baixo uso de insumos, a receptividade não é muito agradável. No entanto, se nós propusermos um sistema de produção altamente consumista do ponto de vista de insumos e de capital oferecem-nos até incentivos para o seu desenvolvimento.

Como linha de pesquisa, rumo a uma agricultura alternativa, eu diria que devemos nos voltar fundamentalmente para a pesquisa básica e, a partir dela, orientar as pesquisas aplicadas. Achamos que é um problema de segurança nacional, mais que isso, de sobrevivência nacional, a orientação para uma pesquisa básica capaz de gerar tecnologia. E aí teríamos que propor alguns temas, como sejam, na área da zootecnia: melhoramento das espécies vegetais nativas, pois estamos trabalhando hoje com espécies melhoradas no exterior, algumas inclusive nossas, como as leguminosas tropicais, que voltam como espécies de alta necessidade de insumos; determinação do valor nutritivo das diferentes espécies, fugindo inclusive dessa classificação esquemática entre gramíneas e leguminosas.

Seria necessário que toda pesquisa agrícola alternativa estabelecesse uma relação com a política econômica do país. Hoje a política econômica estimula tudo que é insumo consumista, numa contradição com aquilo que o presidente Figueiredo afirma de uma maneira tão clara e leal: nós não temos dinheiro. Precisamos desenvolver tecnologias capazes de produzir maior quantidade e maior qualidade com menores investimentos.

José Lutzenberger (agrônomo, ecologista, presidente da Associação Gaúcha de Proteção à Natureza) — Já não se trata de economizar insumos e energia. Nós temos que salvar a agricultura, que está num caminho suicida. Há pouco tempo estive em Pelotas, no Rio Grande do Sul, região frutífera, especialmente pêssegos. Encontrei em toda parte uma agricultura em declínio, solos dilapidados e gente doente, envenenada. De modo que posso

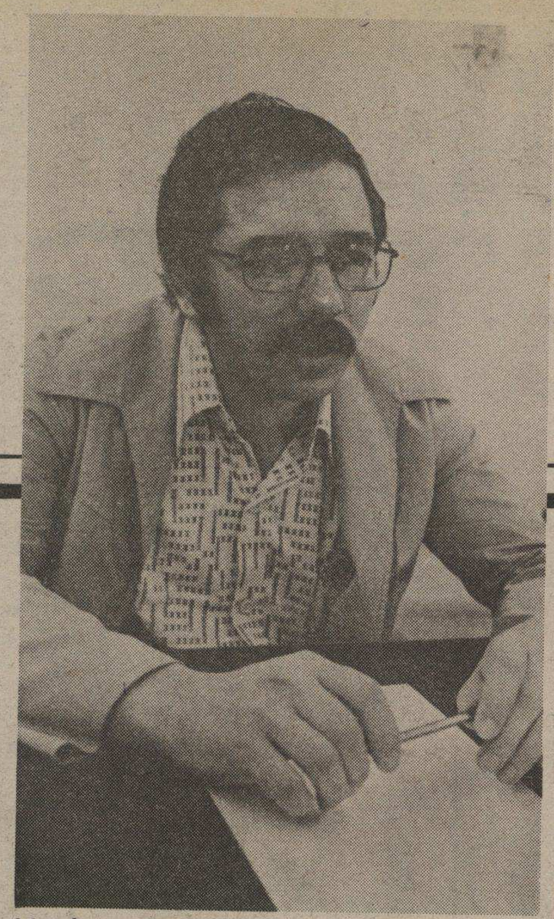
** A gravação das intervenções foi feita pelo repórter rural Renato Moreira, produtor do Globo Rural, da TV Globo, e apresentador de programas agrícolas para a Rádio Globo, de São Paulo, e dezenas de emissoras brasileiras.*

Ecólogos, agrônomos, críticos da agricultura brasileira são convocados para dizer ao Governo como criar um novo modelo agrícola

Jacqueline Joner

Lutz: pela "agricultura ecológica"

Eduardo Simões/Abril



Martin: mais recursos para a pesquisa

recomendar: ninguém compre estes frutos.

Precisamos partir oficialmente para a filosofia da agricultura biológica. Há poucos anos atrás era considerado loucura falar em agricultura biológica. O conceito não era conhecido. Mas agora, com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos já falando abertamente da necessidade de partirmos para o rumo da agricultura biológica, acho que temos que falar em termos mais amplos. Não falar que nós temos que economizar insumos e energia. Nós queremos é fazer a agricultura orgânica. Ela economiza insumos, energia e muito mais. Em primeiro lugar, diminui o trabalho do solo, elimina portanto, todo um capital em máquinas e insumos energéticos. Economiza adubos sintéticos solúveis. Permite o uso de adubos minerais não convencionais que o agricultor sequer conhece.

O agricultor orgânico, se está com seu solo em ordem, com sua microbiologia pululante, ele usa como adubo o pó de basalto, que nós temos aqui praticamente gratuito, trilhões ou quintilhões de toneladas. Estamos importando fósforo da África do Norte ou dos Estados Unidos, quando nós temos uma rocha que funciona maravilhosamente bem como adubo mineral na agricultura biológica.

A agricultura biológica permite e promove a reciclagem de matéria orgânica, hoje posta fora e que constitui tremendo problema de poluição. Os efluentes de curtumes, laticínios, os resíduos sólidos de serrarias, de usinas de açúcar — tudo isso vem sendo posto fora, queimado, sendo que poderia ser usado como adubo mineral. No Paraná, ao lado das serrarias, podem-se ver grandes fornos para queimar a serragem, e até a cinza é jogada fora. De outro lado, o agricultor gastando dinheiro com minerais importados de 10 a 15 mil quilômetros de distância.

Precisamos desenvolver maquinários simples que permitam às pequenas prefeituras reciclar os seus lixos. Por exemplo, uma fábrica de tanino que bota fora 50 mil toneladas anuais de resíduos de casca de acácia, que é um excelente adubo orgânico. Maquinário que permita fazer compostagem em grande escala, fácil, barata. Por exemplo, maquinários ou estações de tratamento que permitam a reciclagem de efluentes líquidos, como os que saem das fábricas de conservas de Pelotas. É incrível o que se põe fora ali. Um total de 50 a 100 mil toneladas anuais de resíduos de frutas. É bem verdade que esses resíduos saem misturados com soda. Mas se podemos usar superfosfatos caríssimos, podemos também neutralizar essa soda com ácido fosfórico e obter um adubo orgânico de alta concentração de fósforos e muito barato nesse caso.

"De 35 a 40% da energia produzida são jogados fora"

A agricultura biológica significa mais produção, em termos quantitativos absolutos e em termos relativos quanto à área de produção. Ela significa mais alimento.

Eu prefiso usar mais o termo agricultura ecológica. Ela significa mais diversidade de produção de alimentos, um alimento mais vigoroso, através da rotação de culturas, de adubação verde, de cultivos de cobertura — outro conceito que é totalmente desconhecido na nossa agricultura. Os agricultores biológicos sabem perfeitamente que determinadas plantas se promovem mutuamente e outras se combatem mutuamente. Exemplo: se plantarmos alho debaixo dos pessegueiros, teremos um pêssego mais saboroso, mais produtivo e sem pragas. São práticas baratas e simples que não se conhecem. Entretanto, a indústria química continua promovendo a aplicação de herbicidas nas parreiras, nos cafezais, nos algodoeiros, em todos os cultivos perenes, onde nunca deveriam entrar herbicidas, porque nós precisamos ali de um solo perpetuamente coberto.

Sugiro a seguinte avenida de pesquisa: primeiramente temos que pesquisar o manejo do humos do solo, que nos trópicos é diferente dos climas frios e temperados. Aqui às vezes é mais difícil manter o nível de humus, mas por outro lado nós estamos produzindo muito mais matéria orgânica. Esse campo de pesquisa está totalmente abandonado pelas escolas de agronomia e pelas estações experimentais.

Precisamos pesquisar métodos de plantio direto, mas sem uso de herbicidas. No Rio Grande do Sul está se fazendo plantio direto de soja, depois da colheita do trigo, através do uso de herbicidas que provocam a hepatização dos pulmões, temos quantidades enormes de gente com seus pulmões arrebentados. Eu conheço gente que faz plantio direto sem herbicidas. Na semeadura de soja, lança um pouco mais de semente, deixando os passarinhos comerem um pouco, pois a semente é mais barata que o herbicida, e obtém um perfeito controle sem usar sequer a capina mecânica.

Precisamos desenvolver pesquisas de cultivos de cobertura, especialmente debaixo de culturas perenes como café, frutícolas, parreiras, onde hoje se pretende o solo totalmente nu, mesmo na encosta. Quem vê as parreiras no Rio Grande do Sul entende logo porque eles fazem até 30 e em alguns casos 60 aplicações de venenos numa temporada. Claro, eles estão sempre com o solo nu, capinando de cima para baixo em encostas de 40% ou 50%. Depois de poucos anos não tem mais solo. A planta está na rocha nua, claro que não resiste às pragas.

Nós precisamos desenvolver sobretudo plantas companheiras, como já mencionei. Em certas regiões do Paraná e Santa Catarina, os agricultores só plantam milho intercalado com soja, os dois se ajudam mutuamente, e dá menos erosão. Para cada cultivo nós podemos desenvolver as suas plantas companheiras.

Isso é toda uma ciência empírica, por ora, porque nenhuma pesquisa está sendo feita nesse campo, mas os agricultores biológicos já têm um acervo enorme de informações nesse campo.

Eduardo Pires Castanho Filho (Instituto de Economia Agrícola de São Paulo) — Para produzir tomates, o Brasil gasta mais em energia de petróleo do que tira em energia alimentar. Para produzir bananas, também se gasta mais do que se produz. Nós precisamos incrementar pesquisas que dêem opções diferentes para esse tipo de problema, de forma que cada caloria gasta na produção resulte num máximo de calorias por alimento produzido. Por exemplo, a soja e o milho são alimentos de alto valor protéico, mas são usados para alimentar animais, que são pouco transformadores de energia. Enquanto isso, uma parcela muito grande da produção agrícola é jogada fora como resíduo e acaba poluindo rios, o ar, etc. Esses resíduos é que poderiam alimentar porcos, aves, ou ser usados para produzir adubos, etc.

Cerca de 35% a 40% da energia produzida na agricultura (e não a energia gasta) são desperdiçados ou jogados fora. Por exemplo, joga-se fora o resíduo da produção de álcool de cana, é uma forma gritante de perda de energia.

Na pecuária, como o bovino é pouco transformador de energia, a tendência a longo prazo é que o boi se tornará produtor de uma carne nobre e refinada, naturalmente mais cara. Mas o bovino tem uma importância muito grande em terras sem vocação agrícola. Ali ele é capaz de transformar uma erva ou capim não aproveitado pelo homem em algo aproveitável pela sua carne. Ao mesmo tempo, o bovino pode ser usado para substituir uma parte de força muscular ou de gastos com petróleo via trator. Finalmente, pode ser usado como produtor de esterco. É irracional o que acontece no Estado de São Paulo, em termos de bovino: gastam-se 19 calorias de alimentos para produzir uma caloria de carne. Por isso é de fundamental importância que se criem animais de ciclo curto, como as aves, os suínos e os caprinos, mas que a sua alimentação seja baseada em alimentos não consumidos diretamente pelo homem — por exemplo, pastagens, resíduos.

Somos o terceiro país na aplicação de agrotóxicos

Nelson Batista Martin (Instituto de Economia Agrícola de São Paulo) — Hoje se espera tudo da agricultura, mas os recursos aplicados na agricultura são muito poucos. O Brasil é um dos países que menos gasta com pesquisa agrícola. Hoje, o país aplica 0,9% do valor de sua produção agrícola em pesquisa. Qualquer país com renda equivalente à nossa está gastando por volta de 1,5% a 2%.

Obviamente, isso limita a área de abrangência da pesquisa e o próprio desenvolvimento da agricultura. E ainda temos que ver que a programação das pesquisas não é feita pelas instituições de pesquisa. Ela está sujeita a uma série de interações dentro da própria agricultura, da política de insumos e fatores políticos da sociedade. Nesse sentido, veremos que a pesquisa no Brasil está voltada para usar produtos das indústrias de insumos agrícolas. Afinal de contas, esses grupos são muito bem organizados para pressionar o sistema nacional de pesquisas. Aliás, frente aos demais sistemas de representação da sociedade, os agricultores são muito frágeis. Por isso, gasta-se muito mais em pesquisa de produtos de exportação do que em pesquisas de produtos de consumo interno.

Não podemos esquecer que, associado a isso, existe toda uma política econômica de apoio aos setores agrícolas exportadores, ditos modernos, e aos setores produtores de insumos.

Também não podemos esquecer que muitas vezes, mesmo que os preços dos insumos subam relativamente mais, utilizam-se mecanismos de subsídios enormes que mudam toda a relação de preço final. Tanto que hoje o setor industrial briga mais pelo subsídio do que o produtor. Todo ano o setor industrial não está preocupado com o volume de consumo do país, mas com o volume de recursos aplicados para financiar fertilizantes, qual o juro, etc. Aí há todo um mecanismo pressionando o Governo. E como os grupos são organizados com um esquema de poder econômico, eles acabam induzindo ao subsídio drástico do consumo químico, a juro zero, enquanto o consumo orgânico tem que pagar juros praticamente de crédito rural.

Então, para mudar a rota do desenvolvimento agrícola, é preciso reorganizar a pesquisa de tal forma que os recursos não sejam canalizados basicamente para os setores modernos de alta tecnologia, como vem acontecendo.

Paulo Kageyama (professor da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba) — O Brasil é o terceiro país na aplicação de agrotóxicos, só superado pelos Estados Unidos e a França. Em 1979, o país aplicou 230 mil toneladas de inseticidas, fungicidas e herbicidas. Para isso se gastam mais de 500 milhões de dólares anuais.

O pior é que não estamos resolvendo o problema da praga no país. Eu realizei pesquisas mostrando que com o uso dos agrotóxicos aumentou o número de pragas no país. Segundo aspecto, estes agrotóxicos não estão aumentando a produção de nossas culturas. Outro estudo realizado em Piracicaba mostra que de 1964 a 1974 a produção aumentou da ordem de 5,8%, enquanto o aumento do consumo de insumos foi da ordem de 523%.

Vê-se por aí que não existe relação de causa e efeito entre o uso de fertilizantes e agrotóxicos e a produção agrícola.

Por que tem se mostrado falho o controle de pragas no Brasil através do agrotóxico? Porque nós estamos num país tropical, onde o mais importante no controle de pragas é o fator biológico e não o químico ou físico. Na realidade, os agrotóxicos são muito mais prejudiciais aos inimigos naturais do que às pragas. Além disso, usam-se esses agrotóxicos 365 dias por ano, enquanto nos países de clima temperado, apenas seis meses.

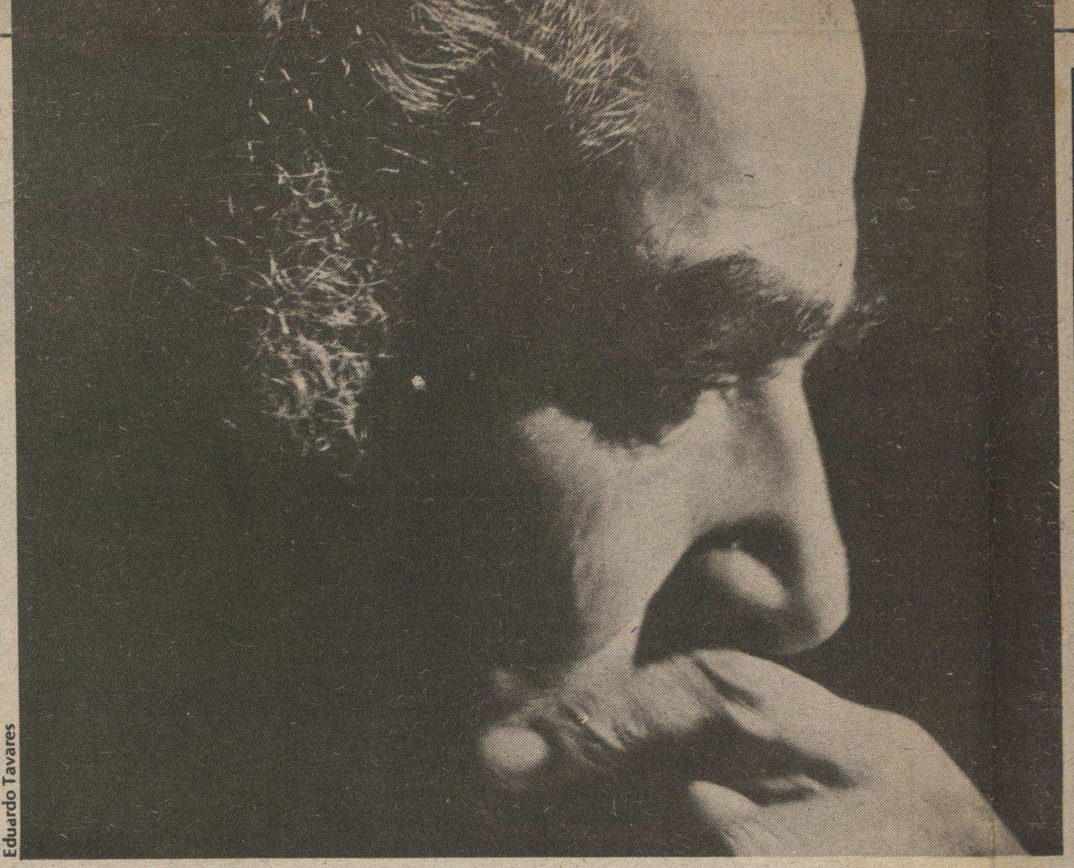
A solução é reduzir o uso dos agrotóxicos e introduzir o manejo controlado de pragas. No Paraná, por exemplo, já se conseguiu a redução de pragas, resultando numa economia que, se aplicada em todos os estados da Federação, chegaria a seis bilhões de cruzeiros. Outro estudo também da Embrapa mostra que se pode reduzir de 11 para quatro aplicações de venenos no controle das pragas do algodoeiro, representando uma economia de Cr$ 3.321,00 por hectare. Isso mostra que o manejo integrado de pragas é uma solução muito vantajosa para um país tropical como o nosso.

As estratégias para colocar em prática esse manejo são várias. Para citar um exemplo, o Rio Grande do Sul reduziu em 50% a aplicação de agrotóxicos com a introdução do receituário agronômico. Outra solução é uma nova legislação, pois a existente no país é muito falha, data de 1934.

Sobre agricultura alternativa, é muito importante tirar do pensamento de muitas pessoas o conceito de que se trata de uma agricultura retrógrada, um retorno ao passado. Também não é verdadeiro que a agricultura alternativa é menos científica. Diante da agricultura dita moderna praticada hoje, a alternativa é ultramoderna. Porque quem aplica esse sistema alternativo tem um perfeito conhecimento de como ele funciona como um todo. Ele não é visto como uma fração do sistema. É o agro-sistema.

Os objetivos da agricultura alternativa são muito mais racionais, porque há também uma preocupação conservacionista, ecológica, social. O objetivo também é econômico, pois reduz o emprego de máquinas, insumos, etc.

A HISTÓRIA DOS VENCIDOS



Eduardo Tavares

"(...) Vou partir para a luta às cinco horas da manhã, dentro de uma hora e cinqüenta minutos, em más condições, portanto, porque serei obrigado a parar no meio do caminho e o Exército inteiro vem contra mim, como aconteceu em São Paulo em 1932 (...)" (Do diário do general Olympio Mourão Filho, madrugada do dia 31 de março de 1964).

Nem mesmo o general Mourão Filho, que deflagrou o golpe de 64, esperava que a vitória fosse tão fácil. Ele acreditava que haveria luta, e luta sangrenta. Mas o que na verdade aconteceu, depois de quatro dias de extrema tensão em todo o país, foi que sem esboçar qualquer resistência, caiu o governo constitucional de João Goulart. No dia quatro de abril, Jango estava exilado no Uruguai, Brizola caía na clandestinidade em Porto Alegre, Miguel Arraes e Francisco Julião estavam presos no Recife, os militares janguistas detidos, Luis Carlos Prestes desaparecido.

Por que o governo João Goulart não resistiu? Por que caiu em poucas horas, sem disparar um tiro, quando tinha a seu lado o I e o III Exército, o grosso das tropas da Aeronúatica e a mais qualificada unidade militar do país, o Corpo de Fuzileiros Navais? Por que os caças da III Zona Aérea, fiel a Jango, não bombardearam as tropas rebeladas do general Mourão Filho? Por que os Fuzileiros Navais não atacaram o Palácio Guanabara, trincheira do governador Carlos Lacerda, como queria seu comandante, o almirante Cândido Aragão? Por que o ex-governador gaúcho Leonel Brizola não voou para o Rio, onde teria as melhores condições para chefiar uma resistência? Por que não havia nada preparado para a defesa do Governo, se as informações sobre a conspiração eram conhecidas de todos?

Hoje, às vésperas do 17º aniversário do regime militar, estas perguntas continuam vivas e intrigantes, indispensáveis mesmo para o pleno conhecimento do episódio mais decisivo da história recente do Brasil.

Depois de muita relutância, o ex-governador Leonel Brizola — que levantou o Rio Grande do Sul na Campanha da Legalidade, armando a população para garantir a posse de Goulart, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros —, concordou em falar ao **Coojornal** sobre o assunto, pela primeira vez e com exclusividade. E o fez num longo e emocionado depoimento, interrompido duas vezes pelas lágrimas.

Ouvimos também a Miguel Arraes, Francisco Julião e Luis Carlos Prestes, todos personagens de primeiro plano na cena política de 1964, e ainda Paulo Schilling, ex-secretário-executivo da Frente de Mobilização Popular, no Rio. Entrevistamos militares janguistas como o ex-almirante Cândido Aragão e o brigadeiro Francisco Teixeira, à época comandante da III Zona Aérea, do Rio.

As respostas, os depoimentos prestados são diversos entre si, até mesmo conflitantes. Não colocam um ponto final na questão. Ao contrário, são o início de um debate. Muitas versões já foram dadas — através de livros, entrevistas e depoimentos — pelo lado dos vencedores, os militares que assumiram o Governo em 64. Faltava, ainda, ouvir os vencidos.

BRIZOLA

"Se estivesse no Rio em 31 de março, não haveria golpe"

Leonel Brizola quebrou um tabu: falou sobre 1964. Desde que voltou do exílio, ele já deu centenas de entrevistas, mas sempre evitou tocar numa questão fundamental para a compreensão da nossa História recente: Por que não houve resistência ao golpe? A essa pergunta, normalmente, ele respondia: "Vamos olhar para a frente".

Mas Brizola, afinal, cedeu e concordou em contar tudo ao **Coojornal.** Na sede do PDT fluminense ele converou quase cinco horas com os jornalistas Dênis de Moraes, Francisco Viana e Mário Augusto Jacobskind. Antes da entrevista, fez, num bloco de papel, um roteiro de seu depoimento. E o seguiu à risca.

Recordou cada cena do passado com a precisão de um memorialista. Mas foi traído pela emoção: chorou duas vezes e, discretamente, passo a palma da mão sobre o rosto para enxugar as lágrimas. Na primeira vez, tinha acabado de contar como organizou a campanha pela posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961. E na segunda, ao referir-se a uma frase do general Ladário Teles, então comandante do III Exército, na última reunião que tiveram, em Porto Alegre, na presença de Goulart e de oito generais: "Quando um militar tem que defender o seu juramento, a sua honra, a sua dignidade e a sua palavra, ele até no milagre confia". Brizola deu um soco na mesa e exclamou: "Que homem extraordinário!"

Ele se confessou arrependido de não ter organizado a resistência ao golpe, depois que João Goulart decidiu deixar o país. Disse que, se tivesse viajado para o Rio, pegaria em armas, mobilizaria a opinião pública e teria evitado que "um regime feroz e brutal humilhasse o país".

Eis o seu depoimento:

— Para tentar explicar por que não houve resistência em 1964 precisaríamos mencionar alguns antecedentes. Antes mesmo da deposição de Getúlio Vargas, em 1945, foi-se desenvolvendo no Brasil uma área político-militar, com vinculações a forças econômicas, que ambicionava o poder.

— Essa área cultivou uma visão diferente do Brasil, contrária ao pensamento nacionalista e favorável ao capital estrangeiro. Como Vargas exercia, até então, um governo autoritário, essa área tomou nas mãos a bandeira democrática, que era o caminho mais fácil para se chegar ao poder.

— Vargas foi derrubado. Elegeu-se o marechal Dutra e houve nova frustração desta área, que apoiara a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. Em 1950, devido a um grande movimento popular, Getúlio foi levado a candidatar-se à Presidência. Vargas ganhou e provocou nova decepção na UDN, que novamente apoiara Eduardo Gomes. Tentaram impedir a sua posse mas não conseguiram. A UDN não chegava ao poder pelo voto e passou a admitir a idéia de que só chegaria lá através de um golpe.

— O primeiro episódio grave ocorreu em 1954, com aquele atentado a Carlos Lacerda. Na minha convicção profunda, o atentado foi forjado.

— Vargas foi levado ao desespero e suicidou-se. Com sua morte, aquela corrente reacionária foi para o Governo. Tomou posse Café Filho, vice-presidente eleito com Vargas, mas que já se passara para o outro lado. Como os golpistas não tinham controle total sobre as Forças Armadas, e também porque houve uma grande reação popular com a morte do Presidente, não tiveram condições para implantar uma ditadura. Nova eleição e nova derrota dos golpistas. Juscelino Kubitschek vence o general Juarez Távora, candidato udenista. Houve outra tentativa de golpe, mas o general Lott, ministro da Guerra, um homem honrado, legalista e que tinha pessoalmente uma posição anti-Vargas, não concordou e garantiu a posse do presidente.

— Veio a eleição de Jânio Quadros, em 61, feito candidato justamente por essas forças golpistas. Na verdade, ele era um populista, sem maiores vinculações com ninguém. Mas aconteceu o que os golpistas não esperavam. O candidato a vice-presidente na chapa de Jânio era Milton Campos mas, para dividir o PTB, resolveram estimular o lançamento de um candidato autônomo, de origem trabalhista, à vice-presidência. Pretendiam com isso impedir uma eventual vitória do nosso candidato, João Goulart. Foi um tiro pela culatra, porque Fernando Ferrari acabou tirando votos de Milton Campos. Eleitos Jânio e Jango, o novo presidente constituiu o seu governo com a integração de toda esta corrente golpista. Em poucos meses, o Governo já dava sinais de deterioração. E eis que Jânio apresenta sua renúncia, surpreendendo os golpistas.

Pensando, inicialmente, que o sr. Jânio Quadros tinha sido vítima de um golpe de Estado, a minha primeira reação, como governador do Rio Grande do Sul, foi em defesa de seu mandato. Consegui uma ligação telefônica com a base aérea de Cumbica (SP), onde ele se encontrava, e falei com o jornalista Carlos Castello Branco, que era o secretário de imprensa da Presidência da República. Através dele, recebi uma mensagem de Quadros confirmando que, de fato, havia renunciado. Passamos, então, a defender a continuidade constitucional, ou seja, que competia ao vice-presidente assumir o cargo de presidente, vago desde a saída de Jânio Quadros.

— Vivemos, a partir daí, a crise de 1961. Assumimos logo o esforço para ganhar a opinião pública, inclusive trazendo para dentro do Palácio Piratini a *Rádio Guaíba*, porque todas as demais haviam sido fechadas pelo Exército.

— Foi um período crítico na vida do país, principalmente porque os ministros militares se negavam a dar posse a Jango. Diziam que ele não estava à altura do cargo, que estava comprometido com o comunismo, enfim, alegações que apenas encobriam a idéia do golpe. Mas não esperavam que pudesse surgir uma reação como aquela que ocorreu no Rio Grande do Sul. Tomamos, através da Brigada Militar — a força pública do Estado —, as medidas de segurança necessárias e iniciamos entendimentos com o comandante do III Exército.

— Finalmente, fomos perdendo esses contatos porque o comandante havia me afirmado por telefone que não podia assumir uma definição, porque era um sol-

Arquivo Coojornal

BRIGADEIRO TE

"Jango pod esmagar o g

Com 78 caças, e jurisdição sobre os estados do Rio, Espírito Santo e Minas Gerais, a III Zona Aérea, localizada no Rio, poderia ter impedido a marcha para

— Não houve resistência porque Jango não quis. Bastava que ele demonstrasse claramente intenção de defender seu governo para que os revoltosos fossem esmagados. Se ele ocupasse militarmente o Palácio Guanabara e ordenasse o bombardeio das tropas do general Mourão, a tendência da maior parte das Forças Armadas era apoiá-lo. O militar geralmente fica ao lado do Governo. São poucos os que conspiram. Ou são ligados a grupos. A Revolução de 30 mostra isso claramente. Washington Luiz foi deposto com praticamente todo o Exército ao seu lado. Nenhum general aderiu ao movimento. Quem comandou o levante no Rio Grande do Sul foi Góis Monteiro, à época tenente-coronel.

Na verdade, Jango nunca acreditou no golpe. Nem se preocupou em montar

Trabalharam nesta reportagem: Mário Augusto Jacobskind, Denis de Moraes, Francisco Vianna, Cláudia Moraes, Suely Caldas (Rio de Janeiro), Lito Cavalcanti (São Paulo), J. Andrade (Recife), e Ayrton Centeno (Porto Alegre).

Arquivo Coojornal

Em 61, na Campanha da Legalidade, Brizola conseguiu o apoio popular...

Arquivo Coojornal

...e organizou a resistência militar no Palácio Piratini, em Porto Alegre

Arquivo Coojornal

"Meu apelo pela Legalidade comoveu Os generais do Sul. Aí ganhamos o Machado Lopes"

dado, preferia ficar com o Exército. Tive a oportunidade de dizer-lhe que lamentava muito, mas que o Governo do Estado não tinha por que conciliar: estávamos defendendo o cumprimento da Constituição. Até que a junta militar que se instalou em Brasília como governo de fato decidiu estabelecer a censura em todo o país, desencadeando uma onda de repressão, principalmente através dos governadores, como aconteceu no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do sr. Carlos Lacerda. Houve prisões e foi adotado o policiamento ostensivo nas ruas.

— Enfim, procuravam criar um ambiente de repressão, de terror, para implantar uma ditadura. O sr. Raniere Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, estava no Governo apenas nominalmente, não tinha qualquer poder decisório. Foi então que a junta determinou ao III Exército e à Base Aérea de Canoas através de mensagens radiofônicas, que silenciassem o Governo do Estado. Que usassem a força, que bombardeassem o Palácio, se julgassem conveniente. O mesmo esquema que as forças fascistas empregaram contra o presidente Salvador Allende, no Chile. Nós conseguimos captar essas mensagens e, pela *Rádio Guaíba,* denunciamos o plano.

— Quando terminei de falar, já havia mais de 100 mil pessoas na frente do Palácio. Distribuímos ao povo as armas de que dispúnhamos. Lembro-me de que demos aos primeiros que apareceram quatro mil revólveres calibre 38, além de caixas de bala. A Brigada Militar mobilizou os efetivos que possuía. Dissemos publicamente, em nome de nossa honra, que poderiam vir tomar o Governo popular do Rio Grande, que encontrariam escombros onde estivéssemos. Apelei a cada cidadão para que, isolada ou conjuntamente, reagisse da forma que pudesse. Essa mensagem comoveu o Estado e, mesmo, o Sul do país, atingindo também as Forças Armadas. A resposta veio logo, com a visita que recebi do comandante do III Exército, general Machado Lopes. Ele me comunicou que os generais sob seu comando haviam decidido não aceitar soluções para a crise que não fossem as previstas na Constituição.

— A partir daí, passou a haver unidade de ação com o III Exército, embora com algumas defecções. No Sul do estado, houve fugas para a Argentina e certas unidades ficaram vacilantes. As tropas do Exército espalharam-se por todo o Estado, com a nossa colaboração, utilizando os serviços ferroviários e uma quantidade imensa de caminhões que requisitamos para o transporte dos soldados.

— O vice-presidente João Goulart estava em viagem oficial à China quando tomou conhecimento da crise e logo iniciou o seu retorno ao país. Nós não podíamos falar com ele porque as comunicações no Rio Grande do Sul estavam bloqueadas pelo Governo Federal. No Uruguai, onde esteve como emissário o sr. Tancredo Neves, Jango mostrava-se receptivo a um acordo geral, através do qual seria instituído no país o parlamentarismo. Foi, afinal, a fórmula que prevaleceu, respondendo às pressões dessas áreas que cultivavam o sonho do poder. Isto porque o parlamentarismo representava um debilitamento do novo governo, diante da impossibilidade de se implantar o golpe.

— Quando Jango chegou a Porto Alegre, fui esperá-lo. Em seguida, na sede do Governo do Estado, realizamos uma reunião. Estavam presentes o próprio João Goulart, o general Machado Lopes, o professor Francisco Brochado da Rocha (que era meu secretário de Justiça) e eu. Antes que qualquer um deles falasse, pedi a palavra. Estava exausto com a campanha pela legalidade, não dormia noites seguidas. Disse-lhes que, a partir daquele momento, passava ao presidente Goulart o comando político que se encontrava sob os meus ombros. É que eu havia assumido o comando político segundo um acordo com

(Continua na pág. seguinte)

TEIXEIRA

oderia o golpe"

e os linas a no para

o Sul das tropas do general Mourão Filho. Seu comandante, o brigadeiro Francisco Teixeira, 65 anos, conta aqui porque não bombardeou os rebeldes mineiros:

O Globo

Teixeira: Goulart errou

lan- ras- seu sem ente bom- ão, a s Ar- ente os os pos. men- com ado. ento. Gran- poca ditou ontar

um dispositivo militar que pudesse garantir o Governo no caso de um confronto com os conspiradores. Da parte das forças populares, também nunca houve essa preocupação. Radicalizaram extremamente o processo sem ter nenhuma garantia para enfrentar uma situação como a que se criou quando o general Mourão botou as tropas na rua, precipitadamente. Sempre se falou muito no dispositivo militar do general Assis Brasil, chefe da Casa Militar. Não acredito que existisse. Eu comandava a III Zona Aérea e nunca fui convidado para discuti-lo. É claro que se existisse o dispositivo, teria de participar. Meu comando era um dos mais importantes do país, envolvendo o Rio, Minas e Espírito Santo. Sob nosso controle estavam todas as tropas da Aeronáutica e os aviões de caça da Base Aérea de Santa Cruz. Muito importantes para o caso de uma resistência. Era um trunfo que o inimigo não possuia.

Politicamente, Jango estava isolado em 1964. A infiltração dos Estados Unidos conseguiu minar todas as suas bases: a classe média, os empresários e parte dos militares estavam contra o Governo. A formação anticomunista das Forças Armadas foi habilmente manipulada, isolando o grupo nacionalista e legalista que desde 1945 vinha dando apoio à sociedade civil para levar à frente o processo democrático. De outro lado, as esquerdas e as forças populares, que respaldavam o Governo, estavam muito divididas, minadas por um radicalismo inconseqüente.

A situação era muito delicada. Mas isto não significava que não houvesse condições de resistir. No Rio, o I Exército, os Fuzileiros Navais e a III Zona Aérea eram muito superiores militarmente aos revoltosos da IV Divisão de Infantaria de Belo Horizonte e do II Exército. No meu comando, por exemplo, até o dia 1º, quando o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Anísio Botelho, me comunicou que Jango não resistiria e, portanto, estava tudo acabado, não houve um gesto de indisciplina. Só o comandante da guarnição de Belo Horizonte (que acabou não tendo sorte com o golpe, a exemplo de todos os seus ponta de lanças, como Mourão, Guedes e Magalhães Pinto) aderiu aos revoltosos. No Rio, a tropa comportou-se muito bem e teria apoiado o Governo.

Juntos, os comandantes do I Exército, dos Fuzileiros Navais (a tropa do almirante Aragão era excelente) e a III Zona Aérea podiam ter resistido. Mas, seria um contragolpe e nós não queríamos isso. Éramos todos legalistas. Depois, havia uma questão clara: resistir para entregar o poder a quem: ao Governo que não quis ser defendido e fugiu? Entregar o poder aos militares? Foi por isso que não resistimos.

Na minha opinião, foi um erro do Jango. Eu compreendo que ele tenha querido evitar a guerra civil. Não queria derramamento de sangue. Nós também não. Agora, se colocarmos a questão sobre condições ou não para a resistência, a resposta tem que ser afirmativa. Em 68 ou 69, quando por contingências políticas me aproximei de Carlos Lacerda — meu inimigo político de 64 — ouvi dele uma história que mostra a confusão reinante entre os revoltosos. Lacerda contou que no dia 31 o general Castello Branco o procurou pelo telefone, preocupado. Pedia que ele fugisse imediatamente para não morrer.

— Castello — contou Lacerda — queria que eu fugisse imediatamente. "Governador, dizia ele, o senhor deve fugir porque a revolução fracassou. O Mourão tomou uma atitude precipitada e pôs tudo a perder. Vamos precisar que o senhor fuja porque o senhor é um político. Vamos precisar do senhor vivo".

Castello se desculpava por falar do assunto por telefone. Mas era a única alternativa. Não tinha sequer um ordenança para enviar uma carta ou um bilhete. E ele era o chefe do Estado Maior do Exército. Isto prova que até Castello Branco, que veio a ser o primeiro presidente da revolução, estava enganado.

Na minha opinião, em 64 se repetiu no país um erro idêntico ao de 35, quando Getúlio colocou a ANL (Aliança Nacional Libertadora) na ilegalidade. Naquela época, as esquerdas se lançaram num golpe puramente militar que gerou o Estado Novo e deu armas à propaganda anticomunista. Em 64, as esquerdas e as forças populares voltaram a confundir tudo. Confundiram o sucesso com o êxito total, radicalizando sem ter forças para radicalizar. A prova é que no dia do golpe não houve greve geral, nem os estudantes foram às ruas para uma grande manifestação no Rio. Não houve resistência alguma. E o resultado foi o afastamento dos militares democratas da vida política, com o retorno do anticomunismo e o controle ideológico nos quartéis.

Arquivo Coojornal

"Éramos ingênuos em relação ao trabalho do Ipes, chefiado por Golbery"

Machado Lopes. A parte militar ficaria sob a responsabilidade dele; tanto que, espontaneamente, passei-lhe o comando da Brigada Militar. Ainda na reunião entreguei um texto em que declarava que, fosse qual fosse a decisão que o presidente tomasse, não pretendia lhe criar problemas.

— Fiz a leitura do texto, que dizia ainda: nem eu nem o presidente Goulart poderíamos aceitar a fórmula do parlamentarismo, que tinha sido uma espécie de golpe branco que atingia os direitos do povo que o havia escolhido para vice-presidente. E mais: que o Congresso não tinha legitimidade para votar a emenda que introduzia o parlamentarismo. Afinal, na calada da noite, foi alterada a Constituição, de uma maneira ilegítima, no meu modo de ver. Achava que tínhamos que subir com o III Exército em direção ao Rio de Janeiro e a Brasília, apoiados também por corpos provisórios que seriam armados com o que o Exército possuía. Como foi feito na Revolução de 1930.

— Entendia que tínhamos um ambiente favorável no país e que podíamos chegar ao poder nessas condições. A minha proposta era esta: João Goulart assumia a Presidência e fechava o Congresso, convocando no mesmo ato uma Assembléia Nacional Constituinte, para dentro de 30 ou 60 dias. Assim, teríamos uma nova Constituição, já que a que estava em vigor havia sido violada. Retirei-me em seguida, exausto. A reunião prosseguiu, e o presidente Goulart depois me explicou que preferiu concordar com a fórmula do parlamentarismo, por achar que era a mais segura para a sua ascensão à Presidência, e que depois, então, no exercício do cargo, iria procurar o retorno à normalidade. Não lhe criei embaraços.

"Os golpistas distribuíam armas livremente"

— Empossado Goulart, seu governo foi se desenvolvendo de maneira instável, porque era um parlamentarismo deformado. O parlamentarismo é um regime que só funciona quando instituído de forma correta. Permaneceu o inconformismo popular contra o tipo de regime. A única coisa que disse ao presidente foi que não abria mão do meu direito de lutar pela restauração da legalidade, porque entendia que ela havia sido violada pelo Congresso, com o patrocínio de todos aqueles que pretendiam golpear as instituições.

— A partir daí, começamos a desenvolver uma campanha em favor de um plebiscito que decidisse como deveria ser o Governo: seguir com aquele parlamentarismo espúrio ou voltar ao regime presidencialista. Enquanto isso, subiam e caíam gabinetes. Veio, finalmente, o gabinete presidido pelo professor Francisco Brochado da Rocha. Antes que ele viajasse para Brasília, nós conversamos longamente e concluímos que esse regime não tinha mais condições de continuar existindo, e que tudo devíamos fazer para a realização do plebiscito. Portanto, ele assumiu o gabinete convencido de que devia trabalhar pelo plebiscito. Depois de muitas discussões — houve, inclusive, inquietação militar —, ganhamos para nossas teses a adesão de muitos chefes militares, que estavam encontrando dificuldades para a manutenção da ordem. E veio o plebiscito, com o povo, maciçamente, votando a favor da restauração do presidencialismo, com todos os poderes ao presidente João Goulart.

— Desde então, o golpismo passou a agir abertamente. A conspiração se generalizou, procurando criar um clima que tornasse o país ingovernável pelo presidente Goulart. Isso se refletiu, inclusive, em áreas que estavam unidas em torno do Governo. Surgiram divergências sobre como nos conduzir naquele quadro. Havia interferências claras de forças internacionais, especialmente da Embaixada americana, subsidiando áreas de contestação ao Governo. Enfim, era a montagem de todo um processo de desestabilização, atendendo a interesses internacionais, sob a coordenação de um organismo que existia no Rio de Janeiro, o IPES (*NR: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais*), que funcionava muito discretamente para se fazer passar pelo que jamais foi: um instituto de estudos econômicos e sociais. No fundo, era um centro de articulação do golpe, visando à implantação de um regime especial no Brasil.

— Não podemos esquecer, evidentemente, da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada no segundo governo de Vargas, por iniciativa de chefes militares que cultivavam essa linha política a que me referi anteriormente. No governo Goulart, a ESG tinha uma grande projeção, trazendo empresários de toda parte para participar de seus cursos, cultivando uma doutrina não apenas para as Forças Armadas, mas também em relação à presença no país do capital multinacional. Uma doutrina sobre o desenvolvimento e a segurança nacional. Ingênuos, nós não nos dávamos conta de tudo aquilo, dos interesses internacionais e das doutrinas exóticas importadas de centros do exterior.

— Esse processo de desestabilização ocorria em todos os setores. Aos proprietários rurais, por exemplo, levavam a mensagem de que o comunismo ia tomar as suas terras, que o Governo ia fazer a reforma agrária. Até os pequenos proprietários foram se assustando cada vez mais. O Governo apenas tomava pequenas medidas de colonização, desapropriando áreas por interesse social. Nunca foi uma reforma agrária. Mas criou-se por parte dos proprietários rurais um ambiente de grande preocupação, de censura contra o Governo. E essa área, sem dúvida, tinha muita influência dentro das Forças Armadas. Eu diria que é uma influência tradicional dentro das Forças Armadas. Nos principais órgãos de imprensa, o clima era de combatividade contra o Governo, que se encontrava realmente num processo de desgaste.

— Um Governo, quando ascende com uma expectativa popular, tem que corresponder desde logo. O presidente João Goulart tinha seus métodos, procurava sempre conciliar, apoiando-se em setores liberais e até conservadores para fazer avançar o processo de desenvolvimento. Chegou a formular alguns projetos importantes, mas o desgaste era uma realidade, devido aos envenenamentos e às confusões que se estabeleciam.

— A essa altura, sabia-se que o processo de conspiração era uma realidade dentro das Forças Armadas. O Governo tinha o que chamava de seu dispositivo militar, e confiava muito nele. Havia chefes militares prestigiosos, em exercício de comandos de tropas. A posição dominante do Governo era esta: nós vamos continuar avançando, com a nossa perspectiva de futuro, defendendo a legalidade constitucional e as liberdades públicas — e eles que ponham a cabeça de fora. Na área popular, onde eu me encontrava, havia divergências. Uma parte estava solidária com essa posição do Governo, incluindo-se aí o Partido Comunista, o PTB do Rio Grande do Sul, o Partido Socialista e o chamado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Nós não impugnávamos a posição do presidente Goulart; só achávamos que o golpe era

Arquivo Coojornal

Brizola e Jango quando eram amigos: em 61, o Parlamentarismo dividiu-os

Arquivo Coojornal

General Assis Brasil, o homem do famoso "dispositivo militar" janguista

ARRAES

"Os generais queriam que houvesse um massacre"

Miguel Arraes, governador de Pernambuco em 1964, entende que hoje, quase 17 anos após a derrubada do governo Goulart, ainda é cedo para discutir 1964. Mesmo assim, concordou em falar, com uma condição: não descer a detalhes, coisa que, segundo pensa, "seria imprudente":

Arraes: "povo desarmado"

"Posso afirmar que, em Pernambuco, houve resistência política, cívica e moral. Tanto que, nas manifestações estudantis, registraram-se duas mortes. Tanto que não renunciei e que fui preso no meu posto. Neguei-me e negociar com oficiais rebelados contra o Presidente da República, preferindo apenas defender as normas constitucionais.

O povo estava desarmado e era ele o principal sustentáculo do Governo Estadual. A Polícia Militar, que era a mesma dos governos anteriores, estava dividida.

Depois do comício de 13 de março, no Rio, conversei com oficias que defendiam a legalidade. Queixavam-se de estarem isolados dentro dos quartéis. De um lado, sargentos que não reconheciam a sua autoridade porque eram oficiais. De outro, oficiais que desarmavam sargentos porque haviam perdido a confiança em todos.

Tais depoimentos mostravam que o esquema militar de defesa do Governo estava ultrapassado. Falei disso ao Presidente. Sua reação foi a de quem tinha pouco controle da situação. Na hora em que lhe fazia o relato, estava sendo impedido de falar em São Paulo o presidente da Supra (Superintendência para a Reforma Agrária), e o general Amaury Kruel, comandante do II Exército, recusava-se a assegurar a liberdade de palavra àquele representante do Governo Federal. Kruel alegava que não podia interferir nos assuntos do Estado, da competência exclusiva dos governadores. O quadro geral, portanto, já estava definido: o Governo Federal contava com poucos governadores e, militarmente, não tinha mais o comando nas mãos.

Não havia, assim, condições para resistência armada. Mais de uma vez e em circunstâncias diferentes, pessoas ligadas ao golpe perguntaram por que eu não havia resistido. Queriam que houvesse resistência para justificar um massacre."

uma realidade em curso, e que era necessário tomar medidas que denunciassem à opinião pública esse plano de desestabilização. Precisávamos mobilizar o povo para uma posição de defesa da legalidade. Ganhá-lo, principalmente, com um programa de governo mais conseqüente aos interesses populares. Esta era a divergência, mas, no fundo, estávamos unidos em torno dos princípios gerais.

— Em sua opinião, existia mesmo esse dispositivo militar fiel ao Governo?

— Eu não tinha condições de fazer uma avaliação correta. Entendia que havia chefes militares que poderiam perfeitamente garantir a estabilidade e a segurança do Governo. Era uma questão apenas de mobilizar essas forças militares legalistas. Essencialmente, a nossa confiança estava na mobilização da opinião pública, não apenas para promover as transformações econômicas e sociais que o Brasil reclamava, mas também como uma precaução contra o golpismo que se desenvolvia abertamente. Havia, inclusive, distribuição de armas pelo país. Claro que os responsáveis por isso eram os que depois viriam assumir o poder.

— Nessa época, como funcionava o sistema de informações do Governo?

— No final do governo Goulart, eu já me encontrava ausente dos ambientes oficiais, porque havia assumido posições de discordância em relação à permanência de alguns ministros, mais especificamente, a determinadas decisões governamentais. Foi o caso, por exemplo, das negociações com a *Amforp* (*American Force and Power*). Foi um processo que se iniciou quando, à frente do governo do Rio Grande do Sul, decidimos encampar a subsidiária local da *Bond and Share* — a filial brasileira da *Amforp*. Sabia que, diariamente, eram levadas informações ao presidente, através de serviços oficiais e de políticos. Ouvi dizer que eram informações muito precárias e algumas até procurando indispor o presidente com áreas populares.

— Como era o entendimento do Governo Federal com o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas? Havia algum acordo para resistir ao golpe? Prometiam resistir?

— O governador Miguel Arraes e o deputado Julião não atuavam inteiramente identificados. Julião tinha maiores ligações com a Frente de Mobilização Popular, que era um organismo que procurava compor aquelas estruturas que se alinhavam no trabalho de mobilizar a opinião pública. Nela, também se encontrava o Grupo dos Onze, que foi uma tentativa desesperada de desenvolver a organização popular para a resistência ao golpe. Embora tenha sido uma iniciativa só posta em prática poucos meses antes do golpe, atingiu um nível bem razoável de organização: tínhamos, em todo o país, 24 mil Grupos de Onze. Não tinham caráter paramilitar. Convocávamos as pessoas através do rádio. Eram o que se poderiam chamar de clubes de resistência democrática, ou de comunidades de defesa da democracia. Mais tarde, o próprio regime militar verificou que não eram organismos paramilitares.

"Eu e Lott estabilizaríamos o Brasil"

— Quanto ao governador Arraes, tinha sua própria visão da situação. Não era fácil um entendimento mais claro com ele, porque discutia com muitas áreas. Sabíamos, com certeza, que ele estava firme na defesa da democracia e disposto a agir contra o golpe. Creio que ele foi surpreendido com o golpe, embora estivesse consciente de que a situação estava se deteriorando muito.

— Todos sentíamos que o golpe estava sendo preparado. Analisando tempos depois o que ocorreu em 1964, convenci-me de que a conspiração golpista soube esperar que duas coisas acontecessem: a saída do general Osvino Ferreira Alves do comando do I Exército e o término do meu mandato de governador. O general Osvino foi um chefe militar muito eficiente, legalista, que tinha perfeita compreensão dos problemas do país. Lutamos muito para que ele continuasse à frente do I Exército. Mas, de acordo com o Regulamento do Exército, ele havia atingido o tempo máximo de carreira na ativa. Poderia também ter assumido o Ministério da Guerra, mas, enfim, era um quadro complexo e muitas forças se confrontavam dentro do próprio governo.

— Lembro-me de que meses antes do golpe o presidente João Goulart me convidou para assumir o Ministério da Viação. Disse-lhe que, como governador, já havia construído muitas pontes e estradas, e que, àquela altura, não tinha mais fascínio por esse tipo de atividade. E mais: disse-lhe que o Governo não resistiria com a minha presença no Ministério. Ainda discutimos um pouco e eu resolvi dizer-lhe: há uma

Arquivo Coojornal

"Pelo rádio convocamos os Grupos de Onze numa tentativa de resistir ao golpe"

PAULO SCHILLING

"O populismo caiu porque era uma podridão total"

Paulo Schlling, homem de confiança de Leonel Brizola em 1964, quando era secretário executivo da Frente de Mobilização Popular, encontra várias razões para explicar a apatia dos legalistas, a começar pelo fracasso econômico do governo Goulart, que "desiludiu o povo". Para ele, "a culpa é múltipla" e inclui, além de Goulart — "conciliando sempre com as classes dominantes" — também Brizola, Arraes, Julião e o Partido Comunista Brasileiro. Seu depoimento:

Arquivo Coojornal

Schilling: "Culpa múltipla"

"Jango frustrou, ou melhor e mais duramente, traiu o seu compromisso com as massas populares. Seu governo fracassou em todos os sentidos, deixando o Brasil, na época, à beira da bancarrota internacional. Dificilmente o povo sairia às ruas para defender um governo fracassado, que deixou a inflação chegar a mais de 80%. O povo estava muito mais identificado com Brizola, que expropriara a *Bond and Share* e a *ITT* no Rio Grande do Sul e assumiu posições revolucionárias. Esta divergência de posições causou a separação entre Jango e Brizola, outro fator fundamental para a inexistência de resistência em 1964.

Houve outras causas. Houve também responsabilidade nossa. Quando digo nossa, me refiro ao setor nacionalista popular, ou seja, o de Brizola. Ele achava que seria tudo muito fácil, como em agosto de 61 (*NR: Campanha da Legalidade que garantiu a posse de Goulart*), quando funcionou a espontaneidade, o povo veio para a rua e conseguiu derrubar o esquema militar. Ao Brizola — como a todo caudilho — não agradava a organização. Ele resistiu à organização de um partido revolucionário. Com todo o prestígio que lhe deu o episódio de 25 de agosto de 1961, ele poderia ter lançado um partido revolucionário e a história do País seria diferente. Somente no fim de 1963, foi que o Brizola resolveu lançar os Grupos de Onze, que seriam as bases de massa de um futuro partido revolucionário. Eu era secretário executivo da Frente de Mobilização Popular no Rio. Também tenho uma grande responsabilidade nesse sentido. Digamos que a gente radicalizou demais, sem contar com uma organização estruturada. Cometemos o erro capital de assustar demais o imperialismo e a classe dominante nativa, principalmente com nosso plano de reforma agrária.

"EGO LATIFUNDIÁRIO"

De parte do Jango há uma traição ao povo. Ele prometeu fazer um determinado governo e fez coisa completamente diferente. Vejo o Jango como a versão brasileira de *O Médico e o Monstro, Dr. Jeckill e Mister Hide*, de Robert Louis Stevenson. Dr. Jeckill seria o líder populista. Acredito que o Jango gostaria honestamente de ter feito algumas reformas. Mas, nos momentos decisivos, sempre surgia em cena Mister Hide, o Monstro, o Jango latifundiário. Como o carro-chefe das reformas de base era a reforma agrária, ele pensava nos seus amados latifúndios e embromava.

Essa posição do Jango explica muita coisa. Jango, por exemplo, não só manteve todos os generais golpistas, os que se opuseram à sua posse, como colocou os políticos mais conservadores como ministros de seu governo.

O grande medo do Jango era o Brizola, muito mais que a classe dominante. Durante o efêmero governo do Brochado da Rocha*, apenas dois meses, a gente tinha todo o esquema para tomar o poder. A gente tinha o general Osvino Ferreira Alves comandando o I Exército, na Guanabara; tinha o general Jair Dantas Ribeiro, comandando o III Exército no Sul. Ambos eram brizolistas e suas forças representavam 80% do Exército. Então o Jango reformou o Osvino e transferiu o Jair para o Ministério da Guerra, isolando-o entre os golpistas.

Assim chegamos a março de 1964. Na avaliação das Forças Armadas, o quadro mostrava um setor esquerdista que não passava de 20%. Havia também de 10 a 20% de oficiais ideologicamente de direita. E havia um enorme centro, de 60 a 70%, em cima do muro, os militares cumpridores de ordens. No período de 30 de março a 1º de abril, Jango teve o futuro do País nas mãos. Como a soma de poderes do Presidente é enorme e suas ordens executadas por estes militares profissionais sem discussões, Jango poderia mudar tudo. O brigadeiro Francisco Teixeira, que comandava a Zona Aérea do Rio, pediu a autorização para bombardear as tropas do Mourão e o Jango negou. Jango também impediu o almirante Aragão de atacar o Palácio da Guanabara. Teríamos liquidado o Lacerda, que era um pouco o símbolo da contra-revolução naquele momento, e tudo viria abaixo.

Havia todas as condições para resistir, só dependia do Jango querer. Mas então deve ter havido uma luta tremenda entre os dois egos do Jango, o populista e o latifundiário. E, mais uma vez, o ego latifundiário venceu. Foi às 14 horas do dia 1º de abril. O Comando Nacionalista do Rio estava no Departamento de Correios e Telégrafos, o único setor do governo de Jango ainda em poder dos brizolistas, porque o coronel Dagoberto Rodrigues era seu diretor. Recebemos um aviso do Miguel Arraes. Ele tinha recebido um ultimato para entregar o governo, e nos pedia desesperadamente para localizarmos o Jango. O Presidente já havia saído do Palácio das Laranjeiras, dizendo a seus ministros, colaboradores e amigos que ia ao seu apartamento em Copacabana e logo voltava. Tinha ido para o aeroporto, iniciando a primeira etapa de sua fuga, Brasília.

Quando tentamos transmitir o SOS do Arraes, nos informaram que o Jango já estava voando. Aí ocorreu o inevitável: os 60% indefinidos das Forças Armadas em todo o país, menos no Rio Grande do Sul, desceram do muro do lado da contra-revolução. Já não havia o problema da lealdade e da legalidade porque o Presidente estava fugindo.

Estas são as causas maiores mas evidentemente houve responsabilidades enormes de outros setores. Pode-se citar especificamente o caso de Francisco Julião que, em abril de 1964, já estava completamente desmoralizado. Suas Ligas Camponesas sempre foram, 90%, fantasia. Só existiam na cabeça dele. Cinco dias antes da renúncia de Jânio Quadros, Julião — um megalômano a um passo da loucura total — dizia no Palácio Piratini, em Porto Alegre: "Eu tenho 100 mil camponeses armados. Em seis dias, ocupo quatro estados do Nordeste".

Então, quando veio o golpe, nossa preocupação foi botar o Julião no Nordeste. O homem tinha 100 mil homens armados e nós estávamos encurralados no Piratini. Armamos todo o esquema para levá-lo, com oficiais da Brigada Militar, e não conseguimos botá-lo mais longe que São Paulo. Chegou em São Paulo e, aí sim, se viu um caso de covardia.

"PC DIZIA BESTEIRA"

Também houve grande responsabilidade de Arraes. Miguel Arraes teve, em abril de 1964, todas as condições de Brizola em agosto de 1961. Tinha um Governo Estadual nas mãos, um povo muito politizado e radicalizado. Eu diria até que Arraes teve condições melhores que Brizola. O Rio Grande do Sul era um estado de pequena burguesia, não aquele barril de pólvora social que é o Nordeste. Ele teve tudo para resistir, porque o IV Exército, em sua base de Pernambuco, tinha seis ou oito mil homens, uma insignificância. Eu fui intermediário e sei que o almirante Aragão, que comandava os Fuzileiros Navais, propôs ao Arraes colocar à sua disposição os mil fuzileiros que tinha em Pernambuco. Os fuzileiros são soldados profissionais com os mesmos métodos de treinamento dos Marines americanos. Esses mil homens valiam tanto quanto os seis mil homens do Exército, mas Arraes recusou a oferta do Aragão, dizendo-se muito amigo do almirante que comandava a base do Recife. Pouco tempo depois ele recebe o ultimato, cuja primeira assinatura era desse amigo dele, o almirante.

Também há o caso do PCB. Durante este período ele esteve totalmente a cabresto do Jango, que conseguiu ganhar o Luiz Carlos Prestes e o PCB de maneira absoluta, enchendo o pessoal do partido de empregos. E o PC dizia besteira. Prestes declarou, em São Paulo: "Já estamos no poder. Só falta tomar o Governo". Isto serviu de pretexto para a reação apressar o golpe. E era mentira. Não tinha nada de nada estruturado.

Então a culpa é múltipla. Mas o fundamental foi a derradeira decomposição do estado populista. Os militares, o imperialismo, a igreja mercenária da época não fizeram mais que dar o empurrão final. Bastava o Jango permitir o bombardeio das tropas do Mourão e que o Aragão liquidasse o Lacerda para aquele surto de rebelião cessar. Mas também não significaria o fim do problema, porque a podridão do estado populista era total. Mais uns meses e surgiria outra coisa. Estava condenado."

Arquivo Coojornal

"Jango queria me colocar no ministério. Só iria se Lott fosse ministro da Guerra"

maneira de eu ir para o Ministério. Goulart levantou os olhos e ouviu a minha argumentação. Nós — continuei —, de comum acordo, chegaríamos a uma conclusão sobre o nome que deveria ocupar o Ministério da Guerra. Uma vez nomeada esta pessoa, eu aceitaria ser indicado para o Ministério da Fazenda. Isto traria estabilidade para o governo. Goulart deu uma risadinha e disse: "Brizola, quem seria o nome para o Ministério da Guerra?" Respondi-lhe que ainda não havia pensado nisso, mas seria capaz de, naquele momento, lembrar de uma pessoa: o marechal Lott, um homem acima de qualquer suspeição, honrado, digno e correto. Com ele, teríamos cobertura militar para executar o programa econômico que nós iniciaríamos no país. Eu e Lott, trabalhando juntos, teríamos dado estabilidade ao país. Infelizmente, o presidente Goulart preferiu não aceitar a minha sugestão.

"O III Exército tinha armas para 110 mil homens"

— Foi então que surgiu em Minas Gerais o movimento de rebeldia contra o Governo. Eu não o costumo chamar de golpe. O general Mourão e o governador Magalhães Pinto — que, aliás, sempre manteve as relações mais cordiais possíveis com o governo Goulart — assumiram o controle das comunicações e do combustível, e, segundo soubemos mais tarde, fizeram até entendimentos internacionais.

— O presidente encontrava-se no Rio. Foram cortadas as comunicações com Brasília, já que as linhas de microondas passavam por Minas. Quando as tropas começaram a se deslocar para o Rio, caracterizou-se o estado de rebeldia. Pouco antes, eu me encontrava no Rio, de passagem para Porto Alegre. Havia aquele clima tenso, mas de certa forma não se dava muita importância, já que o presidente desejava solucionar o problema politicamente. A rebeldia em Minas ainda não estava configurada. Antes de retornar ao Sul, fui visitar o general Jair Dantas Ribeiro, então ministro da Guerra, que estava hospitalizado. O Governo não tinha ministro da Guerra, e o cargo era ocupado interinamente pelo chefe do gabinete, o recém-promovido general Bontempo. Portanto, quando surgiu o problema em Minas, estávamos sem ministro da Guerra. Naturalmente, o Governo começou a tomar providências, tanto políticas como militares, para enfrentar aquela situação. Sempre foi intenção do presidente Goulart — e isso ele me contou depois — procurar resolver a crise politicamente.

— O general Assis Brasil teria dito ao presidente que havia um esquema militar pronto para sufocar o golpe. É verdade?

— O general Assis Brasil era o chefe do Gabinete Militar e, por isso, estava capacitado para dar sustentação ao Governo. Eu creio que o esquema que pudesse existir era o de qualquer governo democrático. Não havia um aparato militar a serviço do Governo. Naturalmente, os comandos militares eram de alguma confiança do Governo, mas não havia uma estrutura montada dentro das Forças Armadas para a resistência. A verdade é que se confiava em que esse esquema militar, normal em qualquer democracia, pudesse sustentar a legalidade.

— Do Rio Grande do Sul, procurei acompanhar o quadro que se formava no país. Mas, à medida que o presidente optava por uma solução política, deixando de tomar medidas concretas, a situação ia se deteriorando cada vez mais, especialmente diante da audácia de alguns políticos e militares que conduziam a conspiração, num momento em que não havia ministro da Guerra.

— Antes de viajar para o Sul, consta que o senhor esteve reunido com o almirante Cândido Aragão, então comandante dos Fuzileiros Navais. Foi traçado algum plano para a resistência ao golpe?

— Realmente, o almirante Aragão era nosso amigo, mas com outros chefes militares também tive a honra de conversar sobre a situação do país. Rigorosamente, falávamos muito sobre a possibilidade do golpe, discutíamos como proceder, mas foram só muitas palavras. Nunca se organizou um esquema concreto para a resistência. No fundo, ninguém esperava que pudesse se desenvolver tão rapidamente a conspiração. Estou convencido de que o presidente, aos poucos, foi perdendo o controle da situação. Quando se deslocou do Rio de Janeiro para Brasília, nós entendemos que a situação estava muito difícil, senão praticamente perdida.

— Houve um episódio — não me recordo se foi no dia 30 de março — muito marcante. Eu me encontrava em Porto Alegre, ao lado de meus companheiros, e muitos insistiam para que eu viajasse ao Rio, dada a gravidade da situação. Eu me encontrava com um pé no avião, já havia me despedido da minha família. Na minha casa, estavam reunidos vários amigos, entre eles alguns oficiais do Exército, que escutavam o pronunciamento do presidente aos sargentos, aqui no Rio. Todo mundo concluiu que o Governo estava numa situação favorável, estável, e que não havia problema algum. E me disseram que eu não precisava mais viajar para o Rio, principalmente porque iria tomar posse no comando do III Exército o general Ladário Telles. Não conhecia o general Ladário e acabei concordando em permanecer lá.

— Às vezes penso que se eu tivesse me deslocado para o Rio, não teria acontecido o golpe. Talvez a minha presença pudesse ter servido como um fator de reação mais efetiva contra aquele quadro de ameaças à democracia. Eventualmente, eu poderia ter levado o Governo a uma reação concreta, firme e vigorosa. Evidentemente que armada, mas também de opinião pública. O outro lado já havia assumido uma atitude de agressão armada contra o governo legítimo e constitucional. Não vim e lá no Rio Grande do Sul desenvolvi a ação possível de defesa da ordem democrática. A verdade é que o deslocamento de Jango para Brasília incentivou o golpismo, valeu a sua deposição.

— Por que o movimento popular não reagiu?

— O movimento popular, como disse, se encontrava muito dividido. Houve a idéia de se fazer uma greve geral, que afinal não houve. Creio que a própria orientação do Governo foi no sentido de não exacerbar os ânimos, dada a sua esperança de resolver pacificamente a crise.

— Como foi, de fato, a famosa reunião que o senhor teve com o general Ladário?

— O general Ladário assumiu o comando do III Exército 24 ou 48 horas antes — não me recordo bem — do desencadeamento do golpe. Todos nós, do PTB gaúcho, fomos ao quartel-general levar a nossa solidariedade. Fui convidado pelo general a ir até o seu gabinete, para que, juntos tomássemos algumas providências, já que o governo do Estado (na época, chefiado por Ildo Meneghetti) estava articulado com o movimento de deposição do presidente Goulart. Pensou-se em requisitar a Brigada Militar, embora fosse uma medida de força, dada a lealdade tradicional da Brigada ao governador. Sabíamos, no entanto, que a maioria de sua oficialidade estava solidária com a defesa da Constituição.

— De Brasília, o presidente conseguiu comunicar-se conosco, informando que pretendia se deslocar para Porto Alegre. Lá chegou. Esperávamos por ele no aeroporto e, em seguida, seguimos para a residência do general Ladário. Inicialmente, havia uma certa confusão sobre o que fazer. O III Exército havia recebido a comunicação de que o general Costa e Silva tinha assumido o Ministério da Guerra, por ser o general mais antigo na ativa. Na verdade, ele simplesmente mudou de andar, já que, curiosamente, desempenhava uma função de confiança no Ministério. Portanto, ele só assumiu o cargo porque não havia ninguém no Ministério da Guerra, a começar pelo titular, que estava hospitalizado.

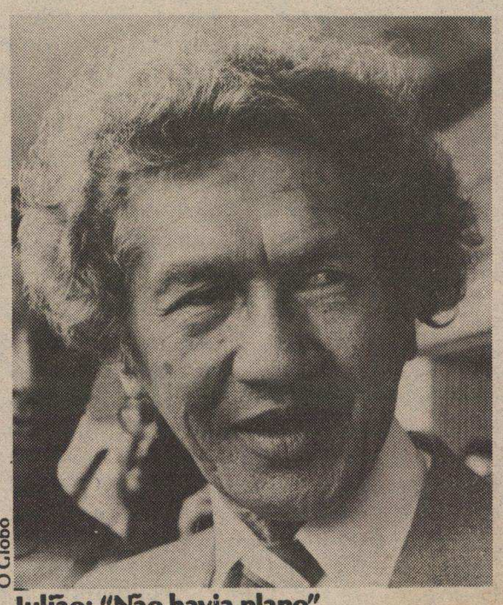
— Após duas horas de reunião na casa do comandante do III Exército, eu cheguei a um entendimento com ele. O ambiente em Porto Alegre era de exaltação: milhares e milhares de pessoas estavam concentradas no centro da cidade, exigindo uma ação contra o golpismo. Tudo acertado com Ladário, resolvi procurar o presidente e propus que nos reuníssemos para avaliar o quadro geral do país.

— A reunião foi realizada numa sala fechada. Lá estavam eu, o presidente João Goulart, o general Ladário e mais oito generais, entre os quais Assis Brasil. Tomei a iniciativa de fazer uma proposta concreta ao presidente. Os militares se colocavam na mesma posição de sempre: cumpriam ordens, embora estivessem a favor da legalidade constitucional. Propus o seguinte: o presidente se deslocaria para São Borja, onde ficaria hospedado sob a garantia de uma unidade do Exército, cujo comandante estava ali presente. Antes de seguir para lá, nomearia o general Ladário ministro da Guerra, e eu pediria que me nomeasse ministro da Justiça. Nós dois

JULIÃO

"Não sabíamos nada sobre a conspiração"

Líder das Ligas Camponesas e deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro em 1964, Francisco Julião não imaginava que havia um golpe em andamento no País. Ele não esperava uma ditadura militar, como conta em seu depoimento:



O Globo

Julião: "Não havia plano"

"Denunciava-se que fazendeiros nordestinos estavam se armando. O Adhemar de Barros mandou muitas armas para os usineiros, metralhadoras e fuzis. Mas achávamos que eram coisas isoladas. Não se presumia que setores das Forças Armadas, aliados com grandes latifundiários e empresários ligados ao capital multinacional, estavam preparando um golpe. Havia a suspeita, a denúncia de que havia uma conspiração, mas não pensávamos que se chegasse a este extremo de liquidar a Constituição e instaurar no Brasil uma ditadura militar.

Esta confiança provinha do fato de que outras tentativas de golpe haviam falhado na época de Juscelino e, depois, na renúncia de Jânio.

Havia uma grande mobilização das massas em todo o país, mas que se desenvolvia no sentido de uma solução pacífica, eleitoral, para a conquista do poder. Ninguém se preparou para uma resistência armada. Resistência implicaria numa logística, em preparação prévia e treinamento com armas sofisticadas. Hoje não se pode fazer guerrilha como no tempo de Emiliano Zapata ou Lampião. E, no Nordeste, as armas que existiam eram foices, enxadas e espingardas *pica-pau*, para matar passarinho. Não havia um camponês sequer com fuzil ou metralhadora.

O próprio Gregório Bezerra fez uma tentativa de mobilizar os camponeses de Palmares, onde ele tinha um sindicato muito poderoso, para marchar contra o Recife e viu que era impossível. Percebeu que seria um genocídio. Então preferiu desmobilizar toda a gente e acabar preso como foi.

Não havia plano, não havia nada preparado para uma resistência armada qualquer. Se alguém no Brasil tomou esta iniciativa, ela foi tão oculta, limitada e restrita que eu não tenho conhecimento".

PRESTES

"Nossa retirada foi correta e consciente"

Luiz Carlos Prestes, 83 anos, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro em 1964, assegura que, caso houvesse resistência, as forças que defendiam o governo Goulart seriam massacradas. Para Prestes, o PCB cometeu vários erros, tanto de esquerda como de direita. É o que ele conta a seguir:

"Com a abertura dos arquivos do ex-presidente norte-americano Lyndon Johnson, comprovou-se que os Estados Unidos tinham petroleiros prontos para abastecer os revoltosos na eventualidade de uma guerra civil. Além disso, tinham preparado greves nas refinarias.

O que os generais brasileiros esperavam é que houvesse resistência para virarem heróis e fazerem do Brasil o que o imperialismo conseguiu fazer na Indonésia em 1965, quando milhares de comunistas foram assassinados. Na análise que fez na noite de 31 de março, a direção do PCB percebeu que a classe operária estava isolada e a burguesia nacionalista já havia se passado para o lado do imperialismo. Resolvemos então que a decisão mais acertada seria recuar em ordem.

Tivemos erros de esquerda que contribuíram para facilitar o golpe militar: levantamos palavras de ordem que não correspondiam às limitadas forças que possuíamos; o movimento sindical era débil, de cúpula, sem raízes nas empresas; o movimento sindical no campo era muito novo e existia mais no papel do que realidade. Um dos maiores erros de esquerda foi de não lutar com firmeza contra as manifestações de ultra-esquerda, que

iríamos, em conjunto, tomar as medidas para a resistência em defesa da ordem democrática. Aí o general Ladário pediu a palavra e disse que havia conversado comigo e que estava de acordo com a minha proposta. Ele considerava a situação difícil, mas jamais perdida. Informou que havia algumas defecções na área do III Exército, mas que isso não tinha maior importância. Disse possuir armamentos para 110 mil homens, e que comigo iria organizar, para colaborarem com as tropas do Exército, corpos provisórios de resistência. Mas afirmou que, para desenvolver essa ação militar, ele necessitaria de uma ordem do presidente da República, porque era um general legalista.

— Nesse momento, levantou-se um general, de cujo nome não me recordo, com a mão na cabeça, dizendo: "Ladário, isso é uma loucura. Presidente, eu lhe faço um apelo. Militarmente, a situação está perdida". E continuou com a sua manifestação irracional, afinal interrompida pelo general Ladário, que disse: "General, quando um militar tem que defender o seu juramento, a sua honra, a sua dignidade e a sua palavra, ele até no milagre confia".

— Foram palavras emocionadas, até com raiva. Guardei do general Ladário uma impressão profunda. Que homem extraordinário! A partir daí, a reunião ficou confusa, com conversas paralelas.

— A certa altura, chegou na sala um auxiliar do presidente, com uma comunicação que havia captado pelo rádio, segundo a qual o Governo dos Estados Unidos havia reconhecido o governo que se estabelecera em Brasília, porque — dizia a mensagem — quando Jango se deslocou para Porto Alegre, considerou-se que a deposição estava consumada. Apressadamente, o deputado Mázzilli, presidente da Câmara, assumiu a Presidência da República. Esqueceu-se ou fingiu esquecer-se de que o presidente ainda se encontrava em território nacional.

— A reunião prosseguiu, mas não se chegou a nenhuma decisão, embora o presidente tenha dito que não queria assumir a responsabilidade de desencadear uma guerra civil. Achava que o derramamento de sangue seria grande e que, por conseguinte, seria um tributo demasiadamente pesado para o povo brasileiro. A essa conclusão, estou convencido, ele chegou depois que recebeu o comunicado de que o governo Johnson havia reconhecido o novo governo. É de se perguntar: agiu certo o presidente? Eu lhe confesso que, com o conhecimento que tenho hoje sobre a preparação do golpe, àquela altura o presidente João Goulart agiu corretamente. Era uma situação extremamente difícil, embora considere que, havendo resistência, como era possível, talvez o povo brasileiro tivesse sido poupado da permanência, por tão longo tempo, do regime autoritário. Estou certo de que foi a audácia de grupos minoritários, que levou à deterioração do governo, especialmente diante do clima de desinformação que existia em todo o país.

— O presidente João Goulart seguiu para São Borja, talvez convencido de que lá poderia permanecer, a exemplo do que ocorreu com Vargas. O general Ladário foi ao QG do III Exército passar o comando, porque desejava voltar ao Rio de Janeiro para se apresentar ao ministro da Guerra. Eu me retirei da reunião e fui descansar numa pequena chácara nas vizinhanças de Porto Alegre. Dormi uma noite, possivelmente um dia, porque estava exausto. Quando despertei, eu e um grupo de amigos comemos um arroz carreteiro e só então tomamos conhecimento dos acontecimentos, através do rádio. Não imaginávamos que, mesmo com o golpe, pudesse ser desencadeada uma repressão tão generalizada e brutal. Aliás, eu acho que ninguém no Brasil poderia imaginar que isso iria acontecer. Eram prisões em massa.

"No exílio, Jango me disse que estava arrependido"

— O governo Meneghetti, que havia fugido para o interior, voltou à capital. A polícia estadual, colaborando com as Forças Armadas, fez prisões incalculáveis. Achei que devia me deslocar para Porto Alegre. Por que fiz isso? Para decidir o que fazer. A minha idéia era ir até a Assembléia Legislativa denunciar o golpe e de lá tomar um avião para Brasília e reassumir a minha cadeira de deputado. Que ingenuidade! Quando cheguei em Porto Alegre, soube que minha casa havia sido invadida. Felizmente, lá não se encontrava a minha família, que estava em casa de parentes. Tratei de afundar na clandestinidade. Busquei refúgio onde pudesse ter alguma comunicação, e até fiquei num local muito próximo do Palácio Piratini, dentro da chamada área de segurança. Aliás, para chegar a esse local, tive que passar por algumas barreiras, sem precisar mostrar documento algum. Fui para casa de gente civil — e bem civil. Logo soube que Goulart havia partido para o exílio. Reuni-me com um grupo de companheiros que ainda não haviam sido presos e concluímos que, em face das prisões, não havia condições para permanecermos na cidade por muito tempo.

— Fiquei mais de um mês na clandestinidade. Saí de casa muitas vezes, com disfarces simples. Era um período confuso e ninguém tinha condições de exercer um controle maior. Tratei de providenciar a viagem de minha mulher e meus filhos para o Uruguai. Depois, fizemos um esquema para que eu também deixasse o país. A polícia estava atrás de mim. Sabia que havia contingentes armados da polícia estadual e do Exército me procurando por toda a cidade. Saí sem nenhum problema. Tomei um avião num determinado lugar — era uma praia.

— O senhor acabou de contar a sua história. Então por que não houve resistência ao golpe?

— Bem, eu tenho uma série de conclusões sobre isso. A mais clara: o governo procurou resolver a crise politicamente, através da negociação. Houve várias ligações telefônicas do presidente aos comandantes militares. Jango falou com o Kruel, em São Paulo, com o Justino Alves Bastos, em Recife, o mesmo que enquanto falava com o presidente, tratava de imobilizar o governador Arraes. Resistência, naquele momento, teria que haver de forma organizada, partindo do Governo Federal. Quanto à resistência civil, creio que não havia a menor condição de ser feita. A sociedade civil estava desarmada. Só tinham armas os setores civis que apoiavam o golpe.

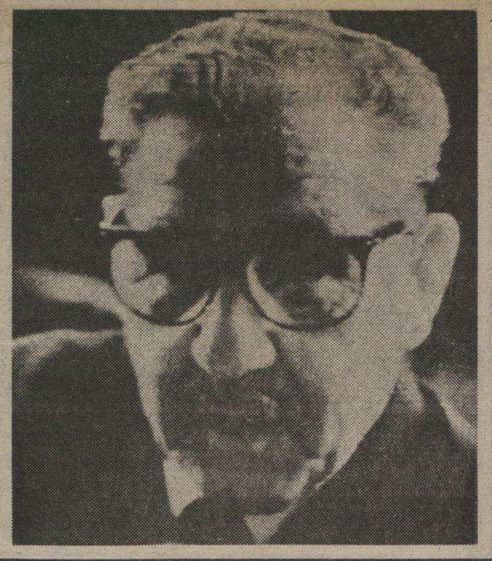
— Outra conclusão: o movimento mineiro não tinha, absolutamente, características de golpe, a não ser do ponto de vista legal. Foi um levante político-militar, que tinha o apoio generalizado do Estado contra o poder maior. Foi apenas uma insubordinação do senhor Magalhães Pinto e do general Mourão. A maioria dos que estavam solidários com a deposição do presidente constitucional jamais imaginou que poderia cair num tipo de regime como o de 1964.

— Era um movimento político militar de deposição de governo tipicamente latino-americano. A idéia dos setores civis que apoiaram o golpe — e aí se incluíam os governadores Lacerda e Magalhães Pinto — e mesmo de alguns setores militares era de apenas substituir o governo por outro, com algumas medidas de restrição, mas mantendo a continuidade constitucional. Embora tivessem dado a arrancada inicial, os golpistas mineiros não tinham plano político. Quando chegaram às portas do Rio de Janeiro, eram a vanguarda do movimento de contestação, mas — insisto — não tinham um plano político. Como outros militares já haviam assumido o controle da situação no Rio de Janeiro, disseram aos mineiros: parem aí. Nessa altura, o general Costa e Silva já havia assumido o Ministério da Guerra. Ele próprio deu uma direção aos mineiros: mandou que o general Mourão se dirigisse ao Maracanã e lá mandou distribuir coca-cola. Foi aí que o movimento de 64 tomou outro rumo. Os mineiros perderam a parada, pois deveriam ter vindo para o Rio de Janeiro e assumido o Ministério da Guerra, que era politicamente um direito do Mourão, assim como o senhor Magalhães Pinto deveria ter assumido logo o comando político do movimento.

— Veja que em 1930, quando Vargas e seus quadros políticos chegaram às portas de São Paulo, houve a deposição do presidente Washington Luís e formou-se uma junta militar, que mandou dizer aos gaúchos: parem aí, que nós agora vamos restabelecer a ordem no país. Como havia um plano político no movimento revolucionário, Vargas respondeu: saiam da frente, e prosseguiu sua caminhada até o Rio de Janeiro. Tanto que essa questão de amarrar os cavalos no Obelisco, tinha o simbolismo de chegar até o fim, que era a posse do governo. O movimento vitorioso de 30 não deu confiança a essa gente que gosta de falar mais alto. Essa é a diferença fundamental em relação a 64. Enquanto as forças que arrancaram em direção ao Rio foram tomar coca-cola no Maracanã, outras áreas golpistas assumiam o controle do governo.

— Esse novo regime implantado com o golpe foi como uma pescaria em águas turvas. Havia um plano muito inteligente e nele devem ter trabalhado especialistas da

(Continua na página seguinte)



"Costa e Silva mandou Mourão tomar coca-cola. Aí, os mineiros perderam a parada"

Arquivo Coojornal

Mourão e Magalhães no Rio, já vitoriosos

Jorge Meditsch

Prestes: o PCB errou

davam armas aos reacionários e se individualizavam principalmente nas posições de Julião, Brizola e Grupos de Onze.

Além disso, não tomamos posição firme contra uma possível candidatura de Goulart para novo mandato. Com isso cedemos aos golpistas a bandeira de defesa da Constituição contra um pretenso governo sindicalista ou comunista. Mas, se cometemos erros de esquerda, também cometemos outros de direita ao nos iludirmos com a burguesia nacional e a fração nacionalista das Forças Armadas, principalmente no esquema defensivo que Jango dizia possuir."

ARAGÃO

"Ninguém venceria meus fuzileiros navais"

Desde que chegou do exílio, em dezembro de 1979, o vice-almirante Cândido da Costa Aragão, 74 anos, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais em 1964, silencia sobre os acontecimentos que antecederam o golpe militar. Sua figura cresce de importância na medida em que os Fuzileiros Navais eram considerados a unidade militar melhor adestrada do País. Aragão afirma que nenhuma unidade da Marinha teria condições de enfrentar os fuzileiros caso o governo Goulart resistisse. Este é um de seus raros comentários sobre o assunto. Geralmente, Aragão limita-se a criticar a omissão do presidente Goulart:

O Globo

Aragão quis prender Lacerda

"Eu não prendi o governador Lacerda porque não tinha ordens nesse sentido, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara. O Comando dos Fuzileiros Navais era um instrumento de força militar a serviço do presidente Goulart. E, às duas horas da madrugada do dia 1º de abril, fui convocado para uma reunião no gabinete do general Âncora, que respondia pelo Ministério da Guerra interinamente. Lá recebi ordens do Presidente para não atentar contra a integridade física do governador Carlos Lacerda. Ao sair da reunião, já no elevador, comentei com dois outros militares que estávamos sendo traídos."

Um dos últimos militares a serem anistiados, o almirante Aragão ficou quatro meses preso na Fortaleza das Lajes, onde perdeu um olho e foi obrigado a comer alimentos podres. Hoje, ele entende que a história poderia ter sido diferente:

"Fui senhor absoluto do Rio durante quase dois dias. Esperei pelas lideranças políticas, mas ninguém apareceu. Por isso, não resisti. Goulart errou não coordenando a ação militar. Até o fim ele achava que o levante das tropas do Mourão Filho era um ato político e não militar. Se as lideranças políticas não desaparecessem o golpe teria sido vencido."

primeira ordem. Aproveitaram-se daquela confusão para consolidar o regime. Lembro de um editorial de Assis Chateaubriand que dizia: *Todo poder ao Exército.*

— O centro de elaboração do golpe, sem dúvida, era o IPES, cujo chefe era o senhor Golbery do Couto e Silva. Certamente, havia órgãos de comunicação articulados com esse IPES. Se se pregava que todo o poder deveria ser dado ao Exército, as coisas, naturalmente, iam se conduzindo para o estabelecimento de um regime que envolveria as Forças Armadas na prática de atos irreversíveis.

— Com o Ato Institucional nº 1, que rasgou a Constituição, veio uma repressão terrível em todo o país, humilhando milhares e milhares de brasileiros, cerceando liberdades e envolvendo as Forças Armadas em atos com os quais nada tinham que ver. Isto sem falar na cassação dos direitos políticos de muitos cidadãos. O novo governo passou a depender de uma série de fatores diante da ameaça de resistência popular.

— Primeiro, foi o suprimento de armas e munições. Quem as podia fornecer? Evidentemente que o governo americano e as empresas multinacionais. Segundo, apoio financeiro. Quem poderia dar? Essas mesmas forças. Terceiro, o reconhecimento internacional, o status da existência de um governo legal. Quem poderia dar? Claro, os americanos e também os grandes órgãos de divulgação, daqui e do mundo inteiro. Ora, tudo isso implicava em que o novo governo teria que adotar algumas políticas, a da repressão, através do estabelecimento de um regime de força, era um desdobramento natural. Por isso, resolveram calar todas as vozes que se opunham à abertura do país aos interesses econômicos internacionais.

— Era, enfim, a derrubada do muro, das resistências à penetração das multinacionais. Nos primeiros dias do novo regime, a *Amforp* foi indenizada pelos prejuízos que sofrera, inclusive com o pagamento de uma multa de dez milhões de dólares. E assim por diante, usaram de todos os artifícios para comprometer as Forças Armadas.

— Estou convencido de que a frustração foi generalizada entre os que colaboraram com o golpe, não só dos mineiros, mas também do senhor Lacerda. Não havia mais interesse de eleger ninguém para a Presidência da República. Lacerda era candidato lançado pela UDN, e as eleições estavam marcadas para dentro de um ano e pouco. A partir daí, começaram os processos de aniquilamento de Lacerda e Juscelino Kubitschek, que não foi cassado na primeira leva, mas ficou sob a mira do regime. Acho que Carlos Lacerda venceria as eleições. Naquele quadro de desgaste do governo, ele era o candidato em que as forças de oposição iriam se apoiar, sobretudo a classe média. Tinha mais chances de vencer as eleições de 65 do que Juscelino.

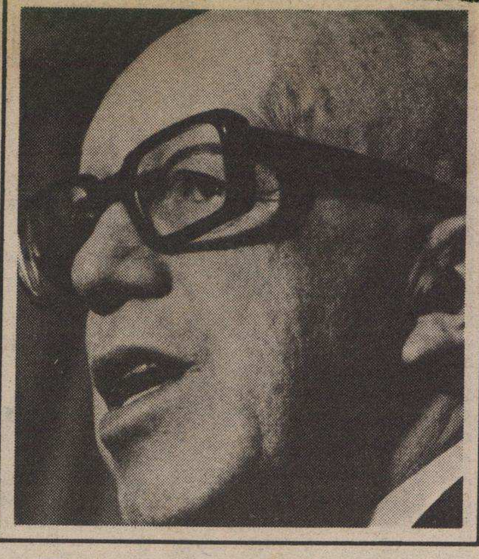
— O golpe, portanto, não foi apenas contra nós, que, bem ou mal, estávamos no Governo, mas contra a maioria do país. Foram atingidos os liberais e todos aqueles que se articularam para depor o Governo, mas que pretendiam assumi-lo e continuar com uma ordem democrática mais restrita, pelo menos sem perder as posições que possuíam dentro do país. Veja o que aconteceu com as classes rurais, do Rio Grande do Sul ao Norte. Apoiaram o golpe, com medo da reforma agrária. E, com o golpe, perderam até mesmo a influência que sempre tiveram nas Forças Armadas. Foi aí que ocorreu a grande mudança: a influência nas áreas do poder passou para as mãos do empresariado.

— O movimento popular perdeu, é óbvio, mas como uma coisa episódica. Embora João Goulart fosse um homem sensível aos reclamos populares, rigorosamente os trabalhadores brasileiros jamais estiveram no poder. Sinceramente, acho que se o presidente pudesse imaginar a natureza do regime que se instalaria no país, seu procedimento teria sido outro. Ele agiu com muito boa fé. Ninguém tinha idéia da ferocidade do regime que se estabeleceria após toda aquela confusão. Os interesses internacionais criaram a confusão e aplicaram uma técnica científica, testada em outros países, para envolver as Forças Armadas.

— Forjaram a idéia de que o país estava frente à ameaça de uma guerra civil, com a derrubada do governo. A derrubada, isto sim, foi feita através de outros argumentos. Diziam: o Governo está conspirando contra a democracia. Quer alterar a Constituição para fazer reformas. Sim, o Governo queria mudar a Constituição, mas eles insuflavam a opinião pública dizendo que nós queríamos ferir a Constituição. Derrubado o Governo, induziram os chefes militares à prática daqueles atos.

— Hoje, estou certo de que alguns desses chefes não tinham consciência do que estavam fazendo. E o fizeram por pura ambição ou vaidade pessoal. Rasgaram a Constituição, eles que diziam que ela era intocável. E promoveram a repressão por simples rancor, já que nunca conseguiram chegar ao poder pelo voto. Eram uns frustrados, e por isso tiveram a coragem de reprimir um povo desarmado. Não tinham a solidariedade, o apoio nas urnas de seu próprio povo. O seu elitismo e a sua intolerância foram os responsáveis por todo esse processo. Na verdade, Jango me confessou no exílio que a sua reação teria sido outra, se tivesse condições de prever o que aconteceria com a sua deposição. Nós todos ficamos com essa convicção. Teríamos atuado de outra forma, pegaríamos em armas, faríamos tudo para resistir. Não entregaríamos o Brasil sem luta. Infelizmente, a história foi outra.

●



Arquivo Coojornal

"Magalhães Pinto perdeu a parada. Deveria ter assumido o comando"

Fatos e nomes citados nesta reportagem

Atentado contra Carlos Lacerda — Episódio que precipitou a queda de Vargas, em 1954. No atentado morreu o maior Rubem Vaz. O chefe da guarda palaciana do presidente, Gregório Fortunato, foi acusado de ser o autor intelectual do assassinato. Lacerda foi ferido num pé.

Marechal Henrique Teixeira Lott — Ministro da Guerra, garantiu a posse de Kubitschek em 1955. Candidato a presidência pelo PTB em 1960.

Fernando Ferrari — Fundador do Movimento Trabalhista Renovador. Dissidente do PTB, disputou a vice-presidência contra Goulart em 1960.

Tancredo Neves — Ex-primeiro-ministro durante o governo parlamentarista de Goulart. Atual senador do Partido Popular.

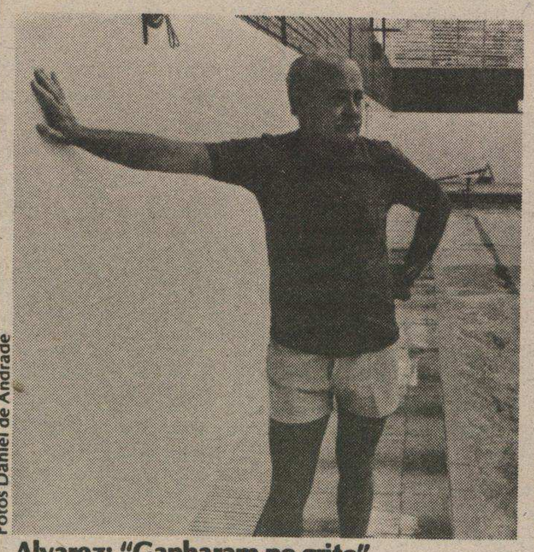
Parlamentarismo — Sistema de governo que dá maiores poderes ao Congresso e ao primeiro-ministro, deixando o presidente em posição secundária. Implantado no Brasil como condição dos ministros militares para a posse de Goulart em 1961.

Frente de Mobilização Popular — Organização sob o comando de Leonel Brizola, que reunia grupos nacionalistas e de esquerda, como o PCB, UNE, sargentos e marinheiros.

Junta militar de 1961 — Marechal Odylio Denis, ministro da Guerra; brigadeiro Sílvio Heck, da Aeronáutica; e almirante Grum Moss, da Marinha.

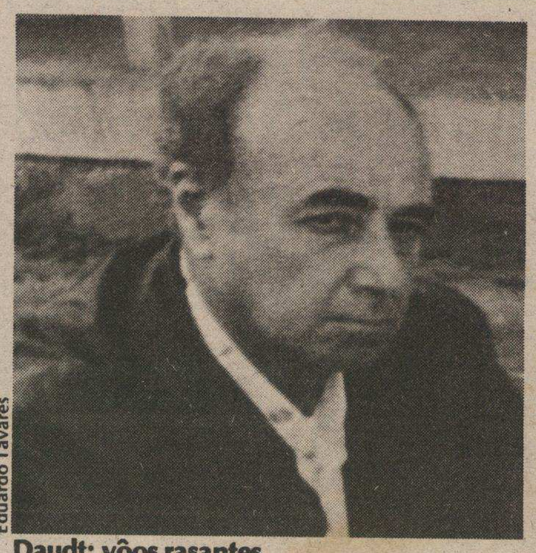
Junta militar de 1964 — General Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra; brigadeiro Francisco Correia de Melo, da Aeronáutica; e almirante Augusto Rademaker, da Marinha.

Paschoal Ranieri Mazzili — Assumiu a Presidência da República interinamente em 1961 (renúncia de Jânio Quadros) e 1964 (deposição de Goulart). Nas duas ocasiões, era presidente da Câmara Federal.



Fotos Daniel de Andrade

Alvarez: "Ganharam no grito"



Eduardo Tavares

Daudt: vôos rasantes

O Rio Grande estava pronto para a guerra

A voz do locutor da Rádio Piratininga, de São Paulo, ressoa na sala: "O governador Adhemar de Barros declarou que está para cair uma tempestade e quem tiver guarda-chuva que se abrigue..." Perto da sala de rádio-escuta do estratégico III Batalhão Rodoviário, de Vacaria, seu comandante está preparado para a tempestade. Falta apenas uma ordem que logo chegará: dinamitar todas as pontes e balsas que ligam o Rio Grande do Sul a Santa Catarina, caminho certo dos generais sublevados neste 31 de março de 1964.

Feito isto, o Rio Grande do Sul ganhará mais quinze dias para planejar sua resistência. Leonel Brizola já está em Porto Alegre organizando a população. A qualquer momento, desembarcará o presidente João Goulart para transformar a cidade em capital do governo legal. Trabalhadores, camponeses e estudantes estão dispostos a pegar em armas. Novamente, como aconteceu em 1961, o III Exército vai segurar o golpe e garantir a Constituição.

Durante 48 horas, acompanhado por seus 700 soldados, o coronel João Guerreiro Britto aguardou a ordem que nunca chegou. Na tarde do dia 2 de abril, o rádio trouxe-lhe outra notícia: a sua exoneração. Hoje, 17 anos depois, o ex-comandante do Terceiro Batalhão Rodoviário não gosta de recordar o passado. Apenas murmura: "Fiquei decepcionado". Hoje, 17 anos depois, continua intrigando-o uma pergunta: Por que o Rio Grande não resistiu?

"Faltou criar uma situação de fato", responde o próprio Guerreiro Britto. E acrescenta: "Todo o país ficou esperando uma reação do III Exército. Soube disso em contato com os demais presos, vindos de todo o país, que estavam na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio".

"Sabíamos que o golpe vinha e havia condições para resistirmos, até mesmo sem o Jango", assegura o ex-vereador e tenente do Exército José Wilson da Silva, um dos homens do esquema de resistência de Brizola. Silva exemplifica: "Tínhamos o XII Regimento de Cavalaria Mecanizada (REC-MEC), um superesquadrão que possuía 18 carros de combate, capaz de tomar conta de Porto Alegre, o VI Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, com seis tanques, e o VI Batalhão de Engenharia, terceira unidade em potência de fogo dentro da cidade. Tudo somando cerca de três mil homens. No interior tínhamos a adesão da Base Aérea de Canoas e de tropas de São Leopoldo, Bagé, Ijuí, Dom Pedrito, Vacaria, Santiago, Santa Rosa e Santa Maria, sem contar a Brigada Militar".

Um gesto de ousadia seria capaz de mudar a história? Para o coronel do Exército Pedro Alvarez não há nenhuma dúvida: "Foi o que o Mourão fez. Se bombardeassem suas tropas o negócio seria diferente. Isto não ocorreu e acabaram nos ganhando no grito."

Nesta casa, no dia dois de abril de 64, Jango optou

Mas foi por muito pouco que os legalistas não tiveram o seu Mourão. A reclamada *situação de fato* quase surgiu por obra do capitão Aécio Kaufmann, comandante do VI Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, de Porto Alegre. Kaufmann, na época um jovem oficial de 32 anos, recém completando três meses de comando, estava decidido a prender o Presidente, arredio a qualquer idéia de resistência. Iria trancá-lo numa sala da sede do III Exército e o Rio Grande se levantaria em defesa da constitucionalidade ironicamente mantendo preso o próprio presidente constitucional.

"Quando soube que o Presidente pretendia fugir achei uma grande covardia", conta Kaufmann. Ele acabou desistindo de prender o Presidente e provavelmente conseguiu evitar a prisão de Jango pelos revoltosos na noite de 1º de abril. Quando o golpe já entrava na sua fase de consolidação, o VI Batalhão de Reconhecimento Mecanizado e uma companhia de Engenharia, chefiada pelo capitão

A versão de Jango

João Goulart, ex-vice-presidente de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, chegou ao governo no dia 7 de setembro de 1961, após uma crise institucional provocada pela renúncia de Jânio Quadros. Derrubado no dia 31 de março de 1964, refugiou-se no Uruguai. Morreu doze anos depois, ainda no exílio. Jango — apelido da infância que trouxe para a vida política — deu sua versão dos acontecimentos de 1964 em entrevista ao historiador Moniz Bandeira:

"Se houvesse um ponto onde resistir objetivamente, eu permaneceria na estacada para, no mínimo, com o meu sacrifício, marcar o meu protesto. Isto nem como hipótese é mais possível".

Antes de enviar este bilhete ao deputado Doutel de Andrade, do PTB, no dia 4 de abril de 1964, Goulart pensara em permanecer no país. Iria para uma de suas fazendas, no Mato Grosso. Acabou concluindo que sua presença em nada alteraria a "situação de fato", criada com a sua deposição e a "posse ilegal e inconstitucional" do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

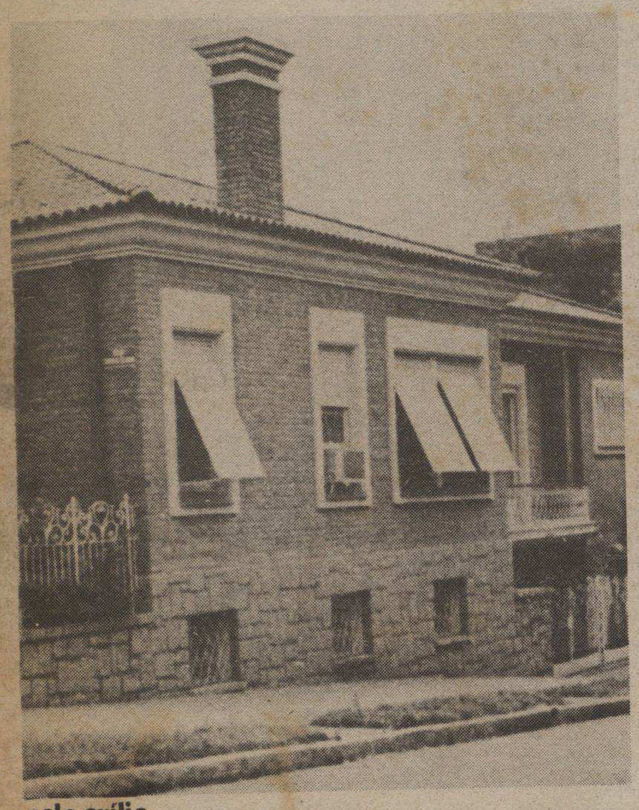
Goulart também imaginou resistir em Porto Alegre. Logo, porém, perdeu esta esperança: ..."Ao fim de algumas horas tudo foi se tornando cada vez mais difícil pela inconsistência do esquema militar e pela rapidez com que o povo foi surpreendido".

1 — Rio de Janeiro
2 — São Paulo
3 — Porto Alegre
4 — Juiz de Fora
5 — Belo Horizonte
6 — Base Aérea de Santa Cruz
7 — Fuzileiros Navais
8 — Palácio Guanabara

1 — I Exército — legalista
2 — II Exército — indefinido
3 — III Exército — legalista
4 — IV Divisão de Infantaria, general Olympio Mourão Filho
5 — General Carlos Luis Guedes, conspirador
6 — Brigadeiro Francisco Teixeira, legalista
7 — Almirante Cândido Aragão, legalista
8 — Carlos Lacerda, conspirador

ATAQUE E DEFESA

Mourão sai com a IV Divisão de Infantaria de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro (linha cheia C). O general Carlos Luis Guedes, de Belo Horizonte, ruma em direção a Brasília (linha cheia B). O contra-ataque dos militares janguistas foi planejado assim: os bombardeiros da Base Aérea de Santa Cruz atacariam Mourão (linha tracejada A), dispersando suas tropas e contendo a pressão mais imediata. Enquanto isso, os fuzileiros navais de Aragão assaltariam o Palácio Guanabara (linha tracejada D) e prenderiam o governador Carlos Lacerda. Com isso, Jango ganharia tempo para negociar uma solução política para a crise. Se tal fosse possível, a questão seria militar.



pelo exílio

Hélio Kochobado, foram designados para receber o Presidente no aeroporto Salgado Filho. João Goulart chegava de Brasília para tentar alguma coisa em Porto Alegre, onde o III Exército, comandado pelo general Ladário Teles, ainda lhe era fiel.

Logo que chegaram, Kaufmann e Kochobado farejaram uma surpresa preparada para Goulart. Apenas cinco generais o esperavam e havia rumores de que, ao desembarcar, ele receberia voz de prisão. Às duas unidades caberia executar a ordem. Os dois decidiram desmanchar o esquema e retirar as tropas deixando os generais sós. "A prova de que Jango seria preso é que, à vista de todos, nós ignoramos uma ordem de permanecer no local e ninguém sequer nos advertiu. Kochobado até comentou: "Ou entramos na história ou pelo cano".

Pouco antes de sair do aeroporto e espalhar suas tropas no trajeto presidencial até a casa de Ladário Teles, na Rua Cristóvão Colombo, Kaufmann chamou o motorista de Jango e lhe disse para levar o Presidente rapidamente para o carro e daí só parar no destino. Quando Jango desceu do avião, na madrugada do dia 2 de abril, o aeroporto estava deserto.

Porém, Goulart saiu de uma arapuca para cair noutra. "Quando chegamos à casa do General — recorda Kaufmann — ela estava cercada por um pelotão da companhia de guardas, comandada pelo capitão Washington Bermudez, que conspirava". Kaufmann agiu depressa. Em vez de retornar ao quartel ordenou aos seus homens que armassem outro cerco em torno da casa. Ninguém entrava ou saía. "Surgiu uma boataria. Falava-se que, a qualquer momento, haveria um ataque. Caso isto acontecesse não tínhamos maiores chances. O esquadrão tinha 150 soldados, seis tanques com metralhadoras pesadas e 50 veículos diversos, mas a munição só seria suficiente para 20 minutos de combate"

Dentro da casa Jango hesitava. "Os contatos com Brasília e Rio não eram de entusiasmar e Jango estava deprimido", conta o tenente José Wilson da Silva. "Aí fiz um relato sucinto da situação no Sul e ele ficou mais otimista. Queria organizar um ministério e reunir as tropas fiéis". Logo surgiram alguns nomes para a reorganização ministerial: Brizola seria o ministro da Justiça, Ladário Teles ficaria com o Ministério da Guerra. Na Aeronáutica, ficaria o comandante da III Zona Aérea, brigadeiro Francisco Teixeira, enquanto ao chefe da Casa Militar da Presidência, general Argemiro de Assis Brasil, caberia o comando do Terceiro Exército.

Com Goulart momentaneamente inclinado a resistir, Silva saiu para contatar com militares constitucionalistas. Neste meio tempo, chegou um grupo de generais com notícias que alarmaram o Presidente. Um deles disse que Jango só teria duas horas para deixar o país pois tropas de Curitiba já desciam rumo a Porto Alegre. Eram quatro da manhã. Jango quis fugir mas Dona Neusa, sua irmã, argumentou: "Não podes fazer isso, Janguinho. Tens que reagir". Silva acabara de chegar e com alguns companheiros, entre eles o coronel Pedro Alvarez, tentou bloquear a saída do Presidente. Jango pegou-o pelo braço: "Mas vai haver derramamento de sangue. Eu não sou revolucionário, revolucionário é o Brizola aí..." O tenente observou que não se tratava de revolução mas de uma questão legal, diante do que Jango sugeriu: "Tu aí com o Brizola e o Alvarez assumam os comandos". Brizola chegou a distribuir missões aos dois, mas Silva e Alvarez protestaram: "Em nome de quem vamos fazer isso?"

Na Base Aérea de Canoas — 26 caças, equipados cada um com quatro canhões de 75 milímetros, mais bombas, dois mil homens e 1.100 metralhadoras, tanto portáteis como ponto 50— os capitães Alfredo Daudt e Jônatas Ferreira estavam prontos para a reação. "Poderíamos tomar a base", explica Daudt, "e com alguns vôos rasantes sobre os quartéis, deixar os golpistas em pânico".

Isto no Rio Grande do Sul porque, segundo Jônatas Ferreira, um caça que saísse da Fortaleza de Santa Cruz "acabaria com a revolução do general Mourão Filho". Para Ferreira, o coronel Rui Moreira Lima, que tinha sob seu comando 76 caças, apenas não derrotou o golpe no nascedouro porque "não quis brigar, preferindo se entregar". Aliás, o capitão — que recusou, assim como Alfredo Daudt, a ordem de bombardear o Palácio Piratini durante a crise da Legalidade em 1961 — não tem ilusões sobre a participação das esquerdas nos dois episódios. "Nunca ganhamos, nem mesmo em 1961. Desobedecemos a ordem golpista de atacar o Piratini, a Legalidade venceu e Jango assumiu. A primeira providência do novo Presidente foi nos mandar prender..." Para Ferreira, houve muita despreocupação — "o próprio ajudante de ordens do comandante da Região Sul, brigadeiro Otelo Ferraz, era um conspirador e todos sabiam" —, vacilações e até medo — "chefes militares, como o general Assis Brasil, recuaram". E sentencia: "Nós fomos uns covardes. Não houve beleza".

Para efeito formal, o comando da Base estava com Goulart. "Quando Jango chegou a Porto Alegre, o coronel Leonardo Collares reuniu oficiais e sargentos e leu uma ordem, anunciando que seria mantida a legalidade, prestigiando-se o Presidente e o ministro Anísio Botelho. Acontece que o tal Collares é hoje brigadeiro e chefia o Comando Geral do Ar (Comgar)..."

Desde o primeiro momento mantida em segredo, a Base assistiu ainda à morte do coronel *Alceu Monteiro*, provavelmente a única baixa, de qualquer dos lados, causada pelo movimento de março de 64 no Rio Grande do Sul. "Acusado de comunista, coisa que não era, o coronel Monteiro morreu na sala do coronel Collares. Levou sete tiros nas costas, todos saídos de um Colt 45", revela Jônatas Ferreira. "Eu mesmo vi, mais tarde, cinco marcas de bala calibre 32 no teto, o mesmo da arma que Monteiro sempre carregava. O negócio foi abafado na hora. Pelo que sei, Monteiro ficou indignado com a acusação, protestou e recebeu voz de prisão. Em seguida, ouviram-se os estampidos. Estavam na sala, além do coronel Leonardo Collares, o comandante da Base, coronel Paulo Pereira Pinto, um coronel de nome Hipólito, mais dois majores, Pirro e Ludwig. Na hora do atestado, os dois médicos da Base simplesmente sumiram".

A manhã do dia 2 de abril de 1964 surpreendeu Goulart pronto para partir. Lá fora, o capitão Kaufmann já pensara em unir suas tropas às da Base Aérea de Canoas e de São Leopoldo, formando um Exército Legalista. Acabou desistindo. Pouco depois recolheu seus soldados e foi para casa dormir. À noite foi preso.

Nas ruas de Porto Alegre o clima também era de desânimo. O coronel do Exército Peri Cunha e o líder sindicalista Dulphe Pinheiro Machado haviam conseguido reunir centenas de pessoas e levá-las até o Palácio Piratini. O Palácio estava deserto, o governador Ildo Meneghetti fugira para Passo Fundo, e seria fácil tomá-lo. "Mas aí — afirma Pedro Alvarez — quando até a guarda do Palácio era nossa, apareceu o prefeito Sereno Chaise e esfriou a massa. Argumentou que não era a hora, que tinham de fazer tudo de forma legal."

Acompanhado pelo general Assis Brasil, Goulart sobrevoava o Rio Grande, rumo à sua estância de Santa Cecília, em São Borja. Hesitando até o fim entre ficar no país ou buscar asilo no Uruguai, Jango só chegou a Montevidéu no dia 4 de abril. Leonel Brizola caíra na clandestinidade e só chegaria ao Uruguai na segunda semana de maio, depois de jogar todos os seus trunfos no Rio Grande. O mesmo fez José Wilson da Silva. Em Canoas, Alfredo Daudt e Jônatas Ferreira estavam presos.

Em Vacaria, o coronel Guerreiro Britto ouvia a *Rede da Liberdade*, formada por emissoras de São Paulo, Paraná e Minas Gerais para apoiar os governadores rebelados Adhemar de Barros, Ney Braga e Magalhães Pinto: "O governador Ildo Meneghetti chegou a Porto Alegre na frente das tropas do Exército. O presidente Goulart fugiu para local ignorado. O general Cordeiro de Farias assumiu o comando do III Exército. O povo gaúcho está nas ruas festejando a grande vitória...

Caminho inverso

A rota do seqüestro de Lilian e Universindo é agora um corredor para os perseguidos uruguaios

A missão que Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz desempenhavam no Brasil, antes de serem seqüestrados, em novembro de 78, era a de reunir informações sobre a violação dos Direitos Humanos no Uruguai. Ambos estão presos há dois anos em Montevidéu — em janeiro foram condenados a cinco anos de prisão por um tribunal militar — mas seu seqüestro desencadeou uma avalanche de denúncias contra o regime uruguaio. Mais do que isto: o caminho que oficiais uruguaios e policiais brasileiros usaram para levar Lilian e Universindo ao Uruguai, a fronteira do Chuí, transformou-se num corredor para a evasão de perseguidos políticos uruguaios que buscam proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), com sede no Rio de Janeiro.

É incalculável o número de refugiados uruguaios que passaram pelo Rio Grande do Sul nos últimos dois anos. O único organismo que teria condições de fazer este levantamento é o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), sediado em Porto Alegre, que tomou depoimentos de todos eles. Mas seus integrantes não se sentem suficientemente seguros para reunir estes depoimentos num grande arquivo porque vários dos depoentes ainda aguardam resposta do Acnur.

Criado em março de 1979, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos funciona nos moldes da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, mas não está ligado à Arquidiocese de Porto Alegre nem conta com a simpatia do cardeal Vicente Scherer. Reúne aproximadamente 100 pessoas, entre militantes e colaboradores, e dedica-se a organizar comunidades de base, prestar assistência jurídica, denunciar atentados aos direitos humanos e defender a ecologia.

Por circunstâncias geográficas e conjunturais, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos acabou se especializando no tema repressão no Uruguai. "Temos o material mais completo sobre o assunto", assegura o presidente do MJDH, Jair Lima Kritschke. As informações partem basicamente de familiares de presos políticos e dos próprios depoimentos dos refugiados que, invariavelmente, fazem escala no 22º andar do Edifício Santa Cruz, no centro de Porto Alegre, onde funciona a sede do movimento.

Cada informação é checada minuciosamente antes de ser tornada pública, o que dá condições aos integrantes do Movimento de fazerem acusações arrojadas. Em meados do ano passado, por exemplo, eles reuniram a imprensa e denunciaram um plano das Forças Conjuntas para eliminar 64 prisioneiros políticos do Penal Libertad:

— Várias das pessoas que estavam na lista estão hoje desaparecidas e um já sabemos que foi morto — afirma Kritschke. — Trata-se de Hugo Dermit, que em agosto do ano passado foi posto em liberdade, após cumprir pena de seis anos, dois meses depois, foi novamente detido e, no dia 29 de dezembro, os jornais uruguaios anunciaram sua morte através de um convite para enterro.

"AGÊNCIA DE VIAGENS"

São os extensos depoimentos dos refugiados políticos, porém, que revelam as informações mais detalhadas sobre a repressão no vizinho país. Todos eles seguem o mesmo roteiro: prisão arbitrária, muitas vezes na rua e em plena luz do dia, torturas bárbaras com choques elétricos, ameaças, perseguições e fugas apressadas.

É bem verdade que nem todos os que passaram pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre são perseguidos políticos. Há o caso do sargento Hugo Garcia Rivas que, encaminhado ao MJDH, declarou: "Sou um dos uruguaios que seqüestraram Lilian e Universindo". E, em troca de asilo político na Noruega, forneceu preciosas informações sobre a remoção do casal para o Uruguai, incluídas no processo que condenou dois policiais gaúchos por participação no seqüestro.

Ou como o caso de um comissário de polícia que apresentou-se como amigo do temido coronel José Gavazzo, um dos principais nomes da repressão uruguaia, e disse que estava desiludido com o alto nível de corrupção existente nos principais escalões do Governo. Após três noites consecutivas de interrogatório, os membros do MJDH concluíram que a história contada pelo comissário não era convincente e o uruguaio, que pretendia viajar para a Europa, teve que voltar a Montevidéu com a advertência: "O Movimento de Justiça e Direitos Humanos não é agência de viagem".

— Tenho um método infalível de descobrir se a pessoa esteve realmente presa — revela Kritschke. — Pergunto o presídio onde esteve e o nome de quem estava nas celas ao lado e defronte. A quantidade de informações que armazenamos permite que se tenha um mapa dos presídios, o local onde está cada preso, os nomes dos torturados e assim por diante.

Existem casos que beiram o ridículo, como o do tenente-coronel do Exército Rodolfo Gonzalez Diaz, que passou por Porto Alegre em agosto e atualmente está na Europa. Ele estava sendo processado por ter cometido duas "faltas gravíssimas", apontadas no boletim disciplinar.

As faltas: ter colocado o nome de Líber em seu filho nascido em 1973 (o candidato à presidência da Frente Ampla, apoiada pela esquerda, nas eleições de 1971, era o general Líber Seregni) e não haver expressado sua adesão ao golpe militar de janeiro daquele ano. Em seu depoimento, ele revelou o nome dos militares uruguaios presos e os respectivos presídios.

DROGAS E RACISMO

Cada depoimento serve para ampliar a já extensa pilha de denúncias, incluindo novos nomes de torturadores, novas formas de tortura e novas facetas do regime uruguaio. Um estudante de medicina, que cumpriu pena dos 17 aos 24 anos, revelou pela primeira vez o nome das drogas aplicadas em presos políticos. O líder bancário Luiz Muro Vita chamou atenção, em julho do ano passado, para a discriminação racial contra presos políticos judeus, "os mais perseguidos e maltratados". Esta observação foi confirmada pelo depoimento recente de outra refugiada, que ainda está aguardando a tramitação jurídica no Alto Comissariado — em geral, o refugiado tem que esperar de 30 a 60 dias. Ela disse:

— Nasci no Uruguai e em 38 anos de vida ninguém havia me chamado de "judia". Quando fui presa, em frente da minha casa, a primeira coisa que o policial disse foi: "Judia". Quando cheguei na sala de torturas, tiraram minha roupa e pintaram uma cruz suástica em cada perna.

Segundo Jair Kritschke, os responsáveis pela repressão no Uruguai costumam dizer que os grandes males do mundo são o comunismo e o judaísmo.

— Existe um torturador muito conhecido em Penal Libertad, chamado Santino, que conhece profundamente a história dos alemães na II Guerra, em que batalha esteve tal general e assim por diante — diz ele. — Isto é uma ironia da História: na II Guerra, os judeus vieram para a América do Sul, para escapar do nazismo e agora estão voltando à Europa para fugir do Cone Sul.

PARANÓIA

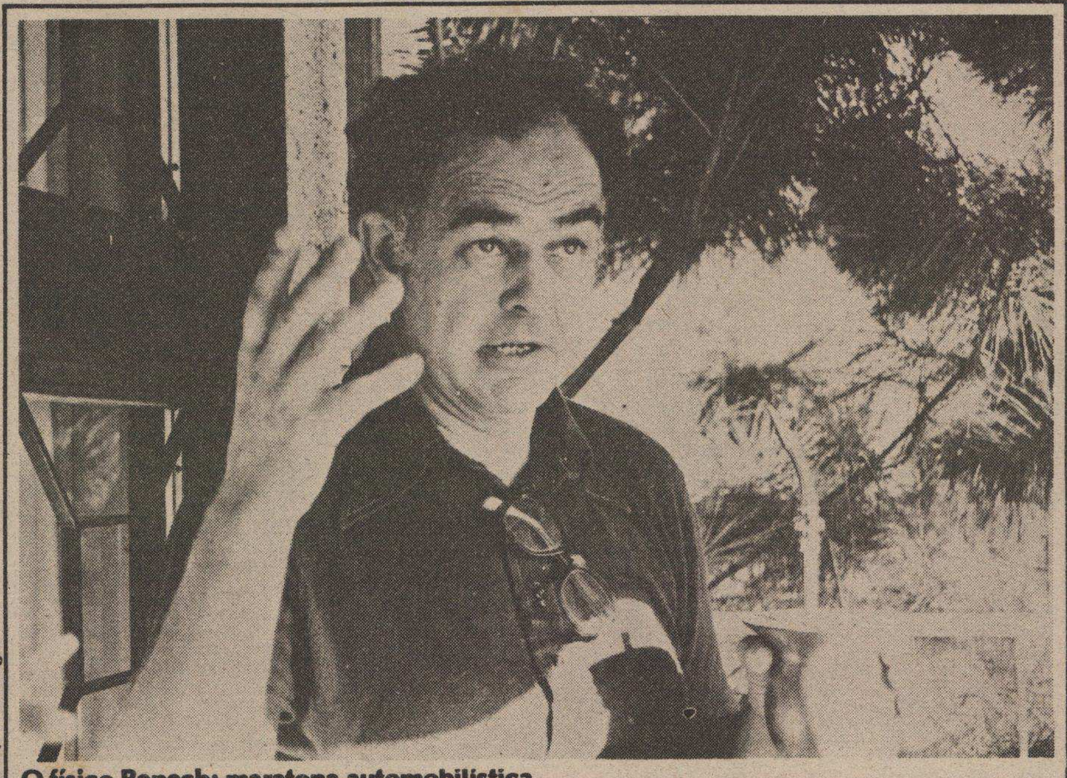
A fuga mais arrojada foi a do biofísico Claudio Benech, que estava detido desde agosto passado, sem condenação ou processo, sob acusação de pertencer ao Partido Comunista Uruguaio. Sob a promessa de aparecer na TV para desmentir os boatos de que teria sido morto, Benech recebeu licença do Serviço de Contra-Informações do Exército para passar o ano novo em casa, devendo se apresentar às cinco horas da manhã. Neste curto espaço de tempo, ele pegou a mulher e dois filhos e empreendeu uma dramática maratona automobilística até cruzar a fronteira com o Chuí, exatamente às cinco horas.

O caso do ex-preso político Antonio Ariel Cantoni é bem diferente. Acometido de uma paranóia que fazia com que ele visse, a todo o momento, seus torturadores, ele resolveu seguir para o Brasil com a mulher Marta, grávida de oito meses. Comprou uma passagem Montevidéu-Porto Alegre mas, na hora de embarcar, cismou que estava sendo seguido e optou por seguir pelo interior do país; trocando de ônibus a cada cidade.

Ao chegarem em Porto Alegre, após quase dois dias de viagem pelas esburacadas e empoeiradas estradas uruguaias, Marta esteve ameaçada de perder o filho. Mas recuperou-se enquanto Antonio tentava obter, juntamente com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o visto de entrada no país. Quando deveriam buscar a documentação na sede do MJDH, ele mandou que a mulher subisse. Quando ela voltou, Antonio havia desaparecido.

— Depois ficamos sabendo que ele assustou-se com o vigia de um banco e fugiu — conta Kritschke. — Só apareceu uma semana depois em São Paulo, onde está atualmente internado numa clínica.

RAFAEL GUIMARÃES

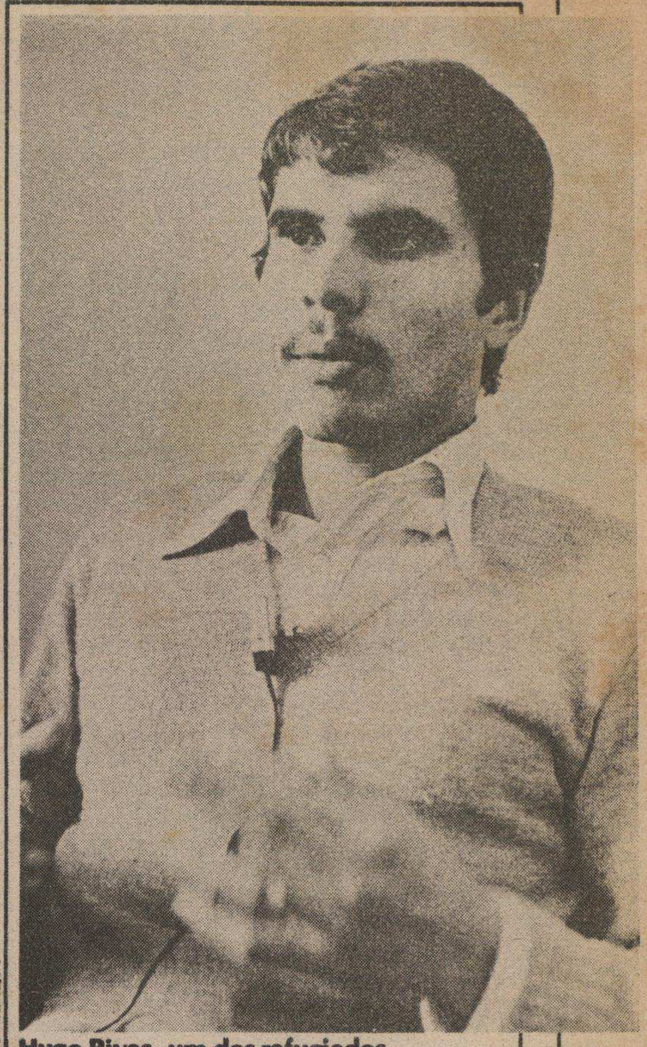


MJDH/Porto Alegre

O físico Benech: maratona automobilística

Luiz E. Achutti

Kritschke (ao centro, de barba) e uma família de refugiados uruguaios: método infalível



Ricardo Malta/F4

Hugo Rivas, um dos refugiados mais famosos

A terra fértil, o solo rico e as promessas oficiais atraem 50 mil migrantes por ano. Mas o que eles encontram em Rondônia é a violência, a corrupção e a morte

Território de ninguém

Por FRANCISCO RIBEIRO e NELSON JOBIM

Em Vilhena, a primeira parada

Fotos Nelson Jobim

Construção de casa em uma área invadida, processo que o Incra não consegue controlar

Quem chega a Cacoal, a 480 quilômetros de Porto Velho, pela BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), tem a impressão de estar num cenário de filme de faroeste. A cidade tem o ritmo febril das zonas pioneiras. As pessoas se movem agitadas por ruas sem calçamento. O pequeno comércio oferece suas mercadorias — tecidos, utensílios domésticos e instrumentos agrícolas — do lado de fora das lojas. Um sistema de alto-falantes anuncia barbadas e melhores preços entre o som de rancheiras e discoteca. Cavalos e carroças cruzam por automóveis, jipes, ônibus e caminhões.

Os primeiros contatos são difíceis. A maioria dos habitantes não é da cidade e nem mesmo nasceu no território federal de Rondônia. Cacoal, que em 1970 era um pequeno agrupamento de casebres perto da aldeia dos índios suruís, chega à década de 80 com mais de 90 mil moradores. As amizades são poucas e o medo faz parte do dia-a-dia.

Homens de botas e com armas de grosso calibre à mostra circulam tranqüilos. Ninguém encara jagunços e pistoleiros. As histórias dos crimes são conhecidas mas o medo inibe os comentários.

Nos bares há muitos tiroteios e brigas de faca. E os padres italianos da paróquia de Cacoal dão um conselho:

— Não é bom sair na rua depois da meia-noite, hora em que apagam a luz. Podem confundi-lo com outro e vão atirar primeiro para depois ver quem é.

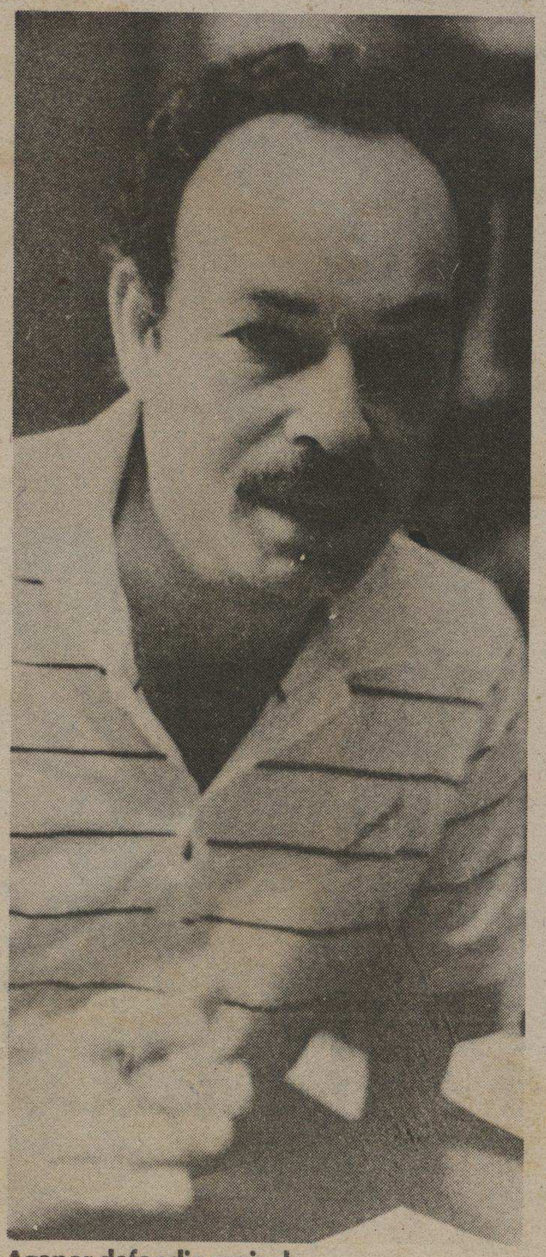
A vida realmente parece não valer muito em Rondônia. A morte, sim, está cotada na média de Cr$ 50 mil por cadáver. Até poucos anos, uma pessoa era assassinada por dia em Cacoal e Ji-Paraná, as maiores cidades do território depois da capital. Hoje este recorde passou para Espigão do Oeste, Colorado do Oeste e Rolim de Moura, zonas de ocupação mais recente.

Na madrugada de 9 de novembro de 80 foi morto em Porto Velho o advogado Agenor Martins de Carvalho, secretário-geral do PMDB e procurador da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em Rondônia. O criminoso deu duas batidas na janela. Apesar de já ter sido vítima de dois atentados, Agenor foi ver quem era. Abriu a janela do quarto e levou dois tiros, morrendo logo depois.

Um dos maiores especialistas em Direito Agrário na Amazônia, Agenor Carvalho defendia mais de 600 causas a favor de pequenos agricultores — em processos contra o INCRA, Funai e grandes grupos econômicos. Este crime, como quase todos, continua sem solução. O território tem apenas 350 policiais, e as arbitrariedades são freqüentes. Na sua última entrevista o advogado dizia que processos por abuso de autoridade e "habeas-corpus" eram atividades comuns no seu escritório.

A comarca de Porto Velho, com 30 mil processos em andamento, ficou sem juiz de janeiro a novembro do ano passado. Só há juízes em Porto Velho e Guajará Mirim, e o tribunal do júri não se reuniu na capital em 1980, apesar dos inúmeros crimes de morte.

A própria história de Rondônia se confunde com a violência. As primeiras vítimas foram os índios, com a entrada de bandeiras no século 18, depois da descoberta de ouro em Cuiabá. A agressão aos índios aumenta a partir de 1880, com as expedições punitivas do ciclo da borracha. Hoje a Fundação Nacional do Índio (Funai) fecha o cerco em torno dos uru-eu-uau-uau, última tribo em estado primitivo do território. Estes, até agora, repeliram todos os contatos, pois as experiências com brancos no passado não foram boas.



Agenor defendia mais de 600 causas e foi assassinado

O interesse de Patiño, o "Rei do Estanho"

Restam apenas 19 mil índios na área da 8ª Delegacia Regional da Funai, que inclui também o Acre e parte do sul do Amazonas. Além de morrerem facilmente com as doenças da civilização — como gripes, tuberculose e sarampo — seus três milhões de hectares de reservas em Rondônia são freqüentemente invadidos por fazendeiros, posseiros e empresas multinacionais à procura de minérios. Os índios, que habitam o território desde tempos imemoriais, vêem sua cultura ser destruída. Florestas são derrubadas e descendentes dos orgulhosos guerreiros suruís e cintas-largas mendigam ao longo da BR-364.

A presença do branco é definitiva com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912) para escoamento da produção boliviana da borracha. Milhares de trabalhadores morreram nesta obra, que ficou obsoleta com a inauguração do canal do Panamá, um ano depois, sendo abandonada em 1926.

Na mesma época, a histórica Comissão Rondon descobre — nos planaltos onde nascem os rios Machado, Urupá, Aripuanã, Jamari, Candeias, Jacy, Paraná a Martum — diamantes, ouro, estanho e outros minérios. O levantamento dos recursos naturais da região, publicado em 70 volumes, é encontrado com maior facilidade na Alemanha do que no Brasil.

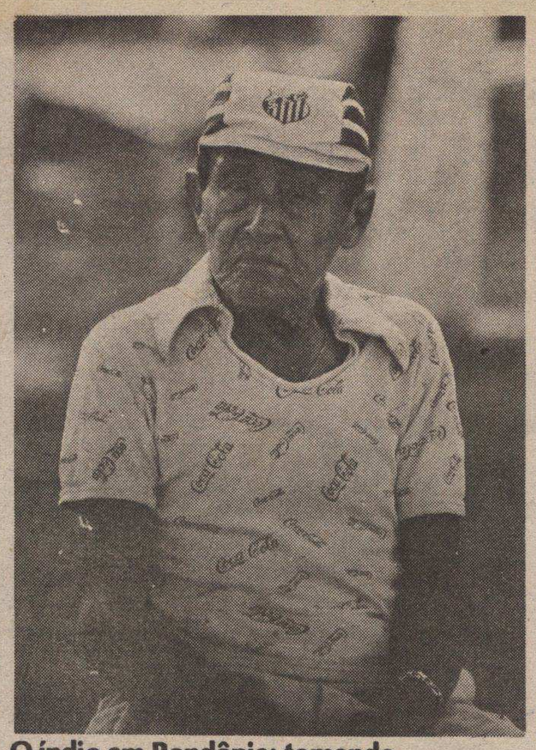
Com a decadência da borracha, a mineração, principalmente de cassiterita, torna-se a principal atividade econômica. Será a maior força de atração populacional até 1970, quando o governo proíbe o garimpo individual, por ser "predatório e ineficaz", devendo dar lugar a uma "exploração racional do minério por empresas de grande porte". Seis mil garimpeiros e 30 mil dependentes ficaram na miséria.

Com a mineração franqueada aos grandes grupos, chega ao Brasil em 1972 o bilionário boliviano Antenor Patiño, conhecido como *Rei do Estanho,* pois controla mais de 50% da produção mundial deste metal. Patiño financiou e amparou o governo do general Hugo Banzer e agora apóia a ditadura de Garcia Meza. Para explorar o subsolo brasileiro, associou-se à Companhia Estanífera do Brasil (Cesbra), do grupo paulista de Antônio Sanchez Galdeano, acusado de caçar índios cintas-largas com cães e metralhadoras.

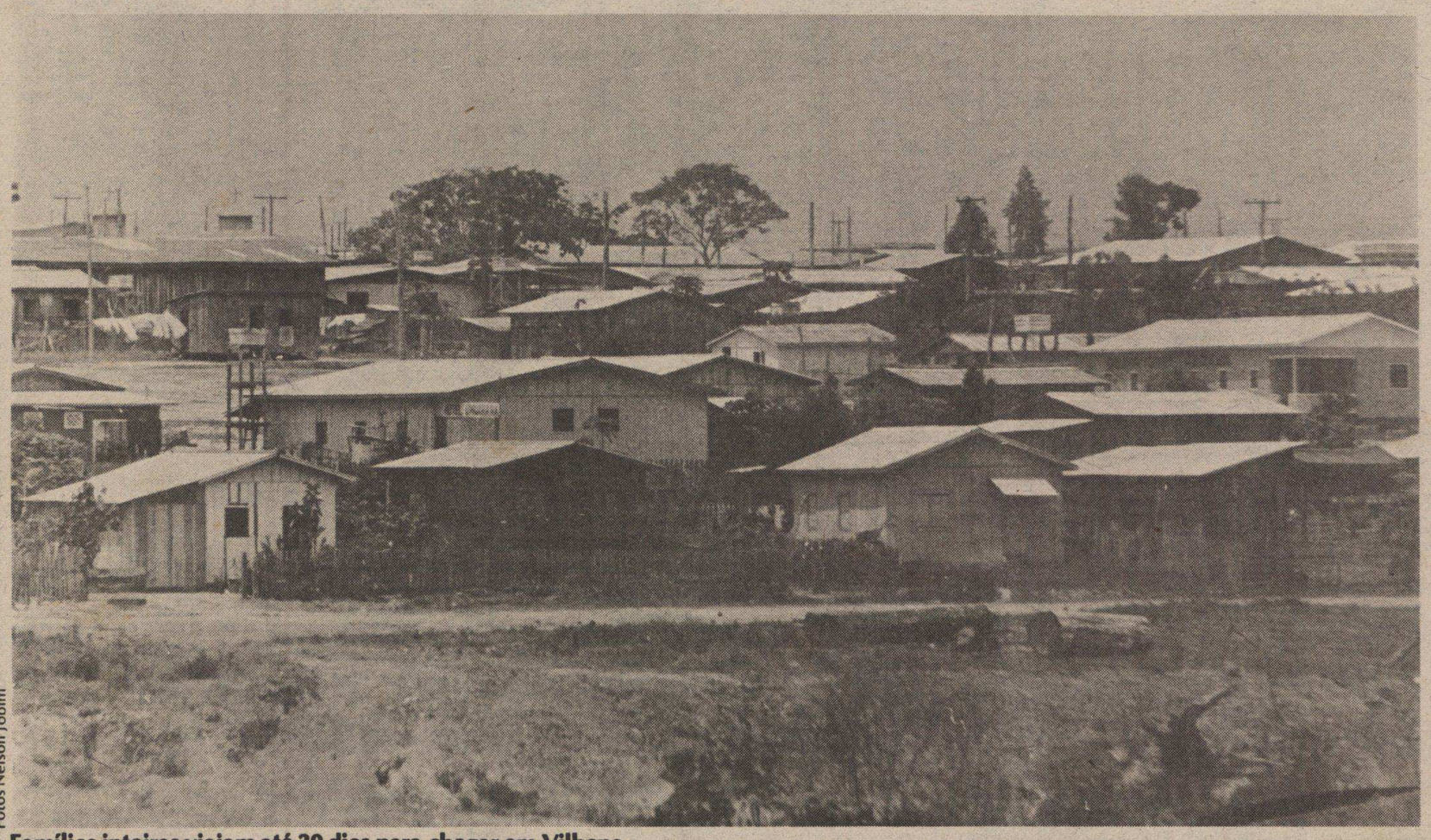
É fácil compreender o interesse do *Rei do Estanho.* As jazidas de cassiterita de Rondônia, de cinco a oito milhões de toneladas, equivalem ao total das reservas mundiais conhecidas. E o teor do minério brasileiro é superior: de cada metro cúbico se pode extrair até três quilos de cassiterita, enquanto na Ásia obter 500 gramas é considerado um excelente resultado. Entretanto, o Brasil, que poderia ser o maior produtor mundial do minério, considerado de valor estratégico, está importando. As empresas mineradoras preferem vender no mercado internacional, que paga melhores preços.

Proibido o garimpo individual, a ocupação do território se faz em função da terra. A boa qualidade do solo fez com que muitos agricultores chegassem a Rondônia

Só em 80, entraram em Rondônia 10 mil migrantes



O índio em Rondônia: tomando Coca-Cola e torcendo pelo Santos F.C.



Fotos Nelson Jobim

Famílias inteiras viajam até 30 dias para chegar em Vilhena

com a abertura da BR-364 em 1963. Mas o fluxo migratório só ganhou impulso em 1970, quando o governo Médici cria o Programa de Integração Nacional (PIN), prometendo total apoio a agricultores que se transferissem para a Amazônia.

Em 10 anos, a população cresceu 300%

De todas as regiões do Brasil, agricultores sem terra seguiram para Rondônia. Em 10 anos a população cresceu de 120 mil para 520 mil habitantes. Só no ano passado, chegaram 50 mil migrantes. Famílias inteiras viajam até 30 dias, na época das chuvas, em caçambas de caminhões, na busca do "novo eldorado". Levam trouxas com todos os seus pertences, móveis, utensílios domésticos e pouco dinheiro, suficiente apenas para os primeiros meses.

A primeira parada é em Vilhena, a 12 quilômetros da divisa do Mato Grosso. Todos os veículos são obrigados a parar no Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (Cetremi) onde a placa "Bem-vindos a Vilhena, a mais linda e promissora cidade de Rondônia" parece não impressionar muito os viajantes. Ali, funcionários do Ministério do Interior realizam a rotineira tarefa de separar migrantes de não-migrantes.

Nem mesmo o forte calor consegue alterar a expressão daqueles tipos magros e tristes. Longe de seus lugares de origem, desenraizados, eles já fizeram outras viagens semelhantes atrás de terras. Os dados do Centro revelam que 48% saíram do Paraná, 19% do Mato Grosso, 7,4% do Mato Grosso do Sul e o resto de outros estados e do exterior, caso de brasileiros vindos do Paraguai. A maioria, portanto, acompanha o movimento da frente pioneira que coloniza o norte do Paraná nos anos 50, o Mato Grosso na década de 60 e depois penetra na Amazônia. São agricultores empurrados pela mecanização das lavouras e expansão do latifúndio.

O primeiro projeto oficial de colonização começa em 1972, com o assentamento de 682 famílias. Mas logo há muito mais gente à procura de lotes e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é incapaz de atender a todos. Seus próprios funcionários aconselham os colonos a ocuparem áreas livres para depois obterem o título de posse.

É o suficiente para dar início a uma verdadeira guerra pela posse de terras. Casas incendiadas, assassinatos, destruição de lavouras, roubo de instrumentos agrícolas — tudo no melhor estilo dos filmes sobre a conquista do Oeste norte-americano. Grileiros e jagunços passam a "limpar" áreas para vendê-las a grupos econômicos ou mesmo para agricultores com algum dinheiro.

Até armas privativas das forças armadas são utilizadas. Em outubro de 1979 o capitão-de-exército da reserva Antônio Domingos Sanson usa metralhadoras e pistolas automáticas para expulsar 64 famílias da gleba Prosperidade, no município de Cacoal. Os posseiros saem apenas com a roupa do corpo. Alguns ainda são levados para a delegacia de polícia de Pimenta Bueno, onde ficam três dias sem comer.

Em junho passado é morto João dos Santos Filho, gerente da Calama, uma das colonizadoras mais denunciadas por grilagem de terras. O pistoleiro profissional Walmar Meira Barreto, apontado como suspeito, circula tranqüilamente pelas ruas de Porto Velho. Ele "trabalhava" para a Calama e teria sido dispensado sem indenização.

Como a luta é desigual, a maioria dos agricultores prefere trabalhar como empregado enquando aguarda a chamada do INCRA. É o caso de Adão Vitorino, que chegou a Rondônia em 1976. Filho de mineiros, Vitorino nasceu no interior de São Paulo há 65 anos. Sempre trabalhando como empregado, foi para o Mato Grosso, onde ficou 21 anos. Quando veio para o território, Adão imaginou que sua situação iria melhorar, que finalmente teria sua terrinha. Mas se passaram quatro anos e ele continua esperando. Com idade avançada e netos para cuidar, não quer saber de brigas:

— **Se for para lutar por causa de terra eu fico a vida inteira trabalhando como empregado. O que eu tenho visto de mortes aqui por causa de terra não é mole.**

Deputado Santana, descrente do Governo

Em 79, foram perdidos 40% da produção de grãos

Vitorino afirma que um funcionário do INCRA lhe pediu Cr$ 5 mil para "apressar" a aquisição de um lote. Só que essa importância era tudo o que tinha e sua família não podia ficar sem comer. A única alternativa que lhe restou foi invadir uma área devoluta da União na linha 184 de Cacoal. Ali fez sua própria marcação e quando lhe sobra tempo faz algumas derrubadas de mata junto com os filhos. Mas já está assustado. Há muita gente indo para a linha 184 e as picadas não costumam ser respeitadas. Aí colono briga contra colono.

A prática de suborno para rápida concessão dos lotes é negada pelo executor do INCRA em Cacoal. José Lopes garante que isso é coisa do passado:

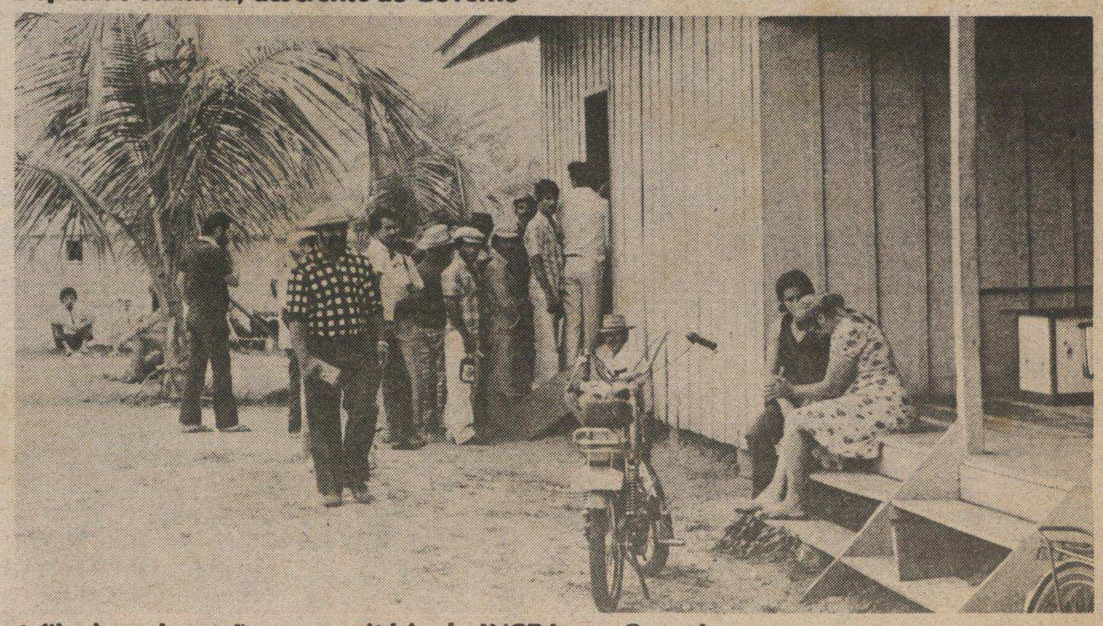
— **Eu estou aqui desde 77. Antes houve denúncias. Se foram comprovadas, eu não sei. O inquérito policial está na Justiça e os suspeitos foram desligados do órgão.**

Na verdade, o INCRA não consegue controlar o processo de colonização. O agricultor entra com o "cacaio" nas costas, abre a picada, demarca o lote e constrói a casa. Só depois os funcionários do INCRA aparecem. O próprio subcoordenador regional, Ernani Carvalho Coutinho, reconhece que a migração tem aumentado num ritmo que não permite ao órgão acompanhar com os trabalhos de topografia, demarcação, pesquisas em cartório e titulação.

Em 1979 foram cadastradas 18 mil famílias pretendendo terras. Depois de triagem, foram assentadas 13 mil famílias, já em 1980. Mas como não criou novos projetos, o INCRA dividiu lotes já titulados de 100 hectares em dois de 50 hectares. A explicação é que o módulo rural para a Amazônia foi reduzido.

A determinação causou muita revolta. O advogado assassinado Agenor Carvalho tinha 1.500 procurações de famílias inconformadas. Houve até casos de prisões de colonos, que não aceitaram a divisão, pois o INCRA não quis esperar pela Justiça. Enquanto os agricultores estavam presos, funcionários do órgão faziam a nova demarcação.

O certo é que os 24.283 lotes dos 11 projetos de colonização existentes estão distribuídos. Ernâni Coutinho acha que mesmo criando três novos projetos este



A fila de reclamações no escritório do INCRA, em Cacoal

ano o INCRA não poderá resolver o problema dos sem terra em Rondônia:

— A nível nacional, há necessidade de desviar um pouco o fluxo migratório, com redirecionamento para Amazonas ou Roraima, não deixando acumular numa mesma região, tantas famílias sem terra.

Propaganda do Governo: Cr$ 21 milhões em 3 meses

Mas a área destinada ao pequeno agricultor ainda é pequena se comparada aos 24 milhões de hectares do território, quase do tamanho do estado de São Paulo. Rondônia foi dividida pelo INCRA em quatro grandes projetos fundiários. Do Projeto Fundiário Corumbiara, de 5.990.900 hectares, que inclui os municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, apenas 500 mil foram reservados para fins sociais. No Projeto Fundiário Jaru-Ouro Preto, de 5.698.900 hectares nos municípios de Ariquemes, Cacoal e Ji-Paraná, os quatro projetos integrados de colonização não ocupam um milhão de hectares. Nos projetos Alto Madeira (Porto Velho) e Guajará Mirim, as áreas são ainda menores.

Para quem possui terra, a falta de estradas e armazéns é o maior problema. O solo é fértil e não falta comida. A BR-364, estrada de terra, fica em péssimas condições nos meses de novembro a março, período das chuvas na Amazônia. A viagem de Cuiabá a Porto Velho leva até 30 dias, formando-se filas de caminhões atolados. Em 79, de uma produção de 233.500 toneladas de grãos, 40% pereceram.

Agora o Governo Federal está negociando um empréstimo de Cr$ 9 bilhões com o Banco Mundial para asfaltamento da BR-364. Mas o banco condiciona o financiamento à execução de projetos de desenvolvimento paralelos. Desta exigência nasce o Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), pelo qual Cr$ 40 bilhões serão aplicados na região nos próximos cinco anos, sendo 35% desse dinheiro do Banco Mundial.

Com estes recursos, o governo do território pretende criar o Sistema Agrícola para o Pequeno Produtor. A idéia é fazer com que os próprios agricultores abram e conservem as estradas interiores, através do Projeto Mutirão, e criar núcleos urbanos de apoio rural. Cada núcleo, atendendo um máximo de 700 parcelas, terá armazéns da Cobal ou Cibrazem para 3 a 5 mil sacos, posto médico, assistência técnica, centro administrativo e escola até 4º ano do 1º grau.

Assim a Secretaria da Agricultura de Rondônia pretende desenvolver culturas permanentes — café, cacau, pimenta-do-reino, seringueira e guaraná — numa mesma área, facilitando as operações de crédito, transporte, assistência técnica e fornecimento de insumos, de modo a reduzir os custos.

Na opinião do deputado federal Jerônimo Santana (PMDB), isso só funciona no papel:

— Eu acho um plano no modelo dos demais, como o Polamazônia. O governo aqui fala em amparar o pequeno produtor e dá todo o apoio aos grandes grupos. O grupo De Zorzi tem uns jagunços para limpar uma área de 100 hectares e para esse o Governador enviou uma carta-consulta à Sudam para beneficiá-lo com financiamento. E eu não vejo o Governador e o Governo Federal amparando essas milhares de famílias que estão aí. Essa é a diferença.

Outra denúncia apresentada por Santana na Câmara Federal envolve a atuação do grupo Pantoja, no setor Curralinho, em Ji-Paraná:

— Lá havia colonos com posses de 50 a 100 hectares. Mas o INCRA, em vez de regularizar as posses desses colonos, deu um título definitivo de seis mil hectares ao grupo Pantoja. Agora o grupo quer que os agricultores lhe devolvam a terra ou a comprem novamente. A solução oficial foi arranjar financiamento pelo Proterra para que os colonos comprem a terra pela segunda vez. É o INCRA fazendo papel de corretor, e até ajeitando uma verba dentro da repartição para beneficiar o grupo.

Estes fatos não são revelados porque o Governo do Território exerce um rígido controle sobre os meios de comunicação. A imprensa está censurada pelo grande volume de verbas destinadas a matérias pagas e propaganda. A CPI da Amazônia quis saber por que Rondônia gastou Cr$ 21 milhões e 800 mil em publicidade no primeiro semestre de 1980. Em resposta, o ministro do Interior, Mário Andreazza, revelou que constam do orçamento do território Cr$ 248 milhões no item *Outros Serviços e Encargos*, que "permite a aplicação em gastos desta natureza". A agência de propaganda Oaua, de Manaus, cita o governo de Rondônia e a prefeitura de Porto Velho entre seus maiores clientes.

Sem poder legislativo, não há fiscalização da aplicação do dinheiro público. A tarefa caberia ao Congresso Nacional, que esbarra nos Decretos-Leis com que o Estado Novo criou os Territórios Federais, em 1943, até hoje não regulamentados. Existe o Conselho Territorial, mas os membros são os secretários da administração. E o Tribunal de Contas da União não possui delegacia ou representação regional.

Os convênios com órgãos federais, como Sudam, Sudeco, INPS e BNH, não são publicados no Diário Oficial. O contrato para asfaltamento da capital, no valor de Cr$ 1 bilhão e 500 milhões, foi firmado diretamente pelo Governo do Território com a Construtora Andrade Gutierrez. Assim não precisou ser aprovado pela Câmara Municipal de Porto Velho.

As denúncias de gastos desnecessários não param aí. Santana cita a reforma na residência oficial do Governador, coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que custou Cr$ 7 milhões. Durante as obras, o Governador mudou-se para o conjunto Cujubim, onde mora o secretariado, para uma casa também reformada, por Cr$ 12 milhões.

A vila de Costa Marques, no meio do rio Guaporé, está sendo elevada a cidade. Lá faltam estradas, luz elétrica, escolas e serviços de saúde. Mas a administração do Território está gastando Cr$ 10 milhões na construção de um centro administrativo. Aplicou Cr$ 12 milhões na Praça da Matriz, em Porto Velho, e Cr$ 1 milhão e 700 mil nas obras do ramal turístico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de 30 quilômetros de extensão. E a reclassificação do funcionalismo não saiu.

Em vez de construir hospitais públicos, o Governo aluga vagas em hospitais particulares. Num município pobre como Cacoal, o médico Antônio Hildevar Munin, dono do hospital, fatura Cr$ 1 milhão e 500 mil líquidos por mês. O mesmo acontece com equipamentos tipo retroescavadeiras. Em vez de adquirirem máquinas para abrir e conservar estradas, as prefeituras de Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena as alugam de particulares. Em Ji-Paraná, o prefeito Assis Canuto é sócio da Topografia Plantop, que "por coincidência" vem demarcando a área urbana do município.

O Diário do Congresso Nacional registra a compra ilegal de terras por prefeitos e secretários territoriais. Apesar da proibição da Lei 411, de 1969, o secretário de Obras, Aldemir Guerreiro Villar, adquiriu o lote 017 do Projeto Burareiro, em Ariquemes, de um milhão de hectares, por Cr$ 1 milhão e 270 mil. O prefeito nomeado de Porto Velho, Francisco Lopes Paiva, ficou com o lote 018, de mesma área e preço. Já o delegado de polícia de Ariquemes, Ângelo Geraldo Pitianni, pagou Cr$ 609 mil e 90 pelo lote 115, também de um milhão de hectares.

Em ofício de 1 de agosto de 80, a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea), confirma que o secretário da Agricultura, William Cury, está financiando o plantio de seringueiras numa área de 250 hectares através do Banco do Brasil. Trata-se da maior área financiada para seringueiras em Rondônia, diz Santana.

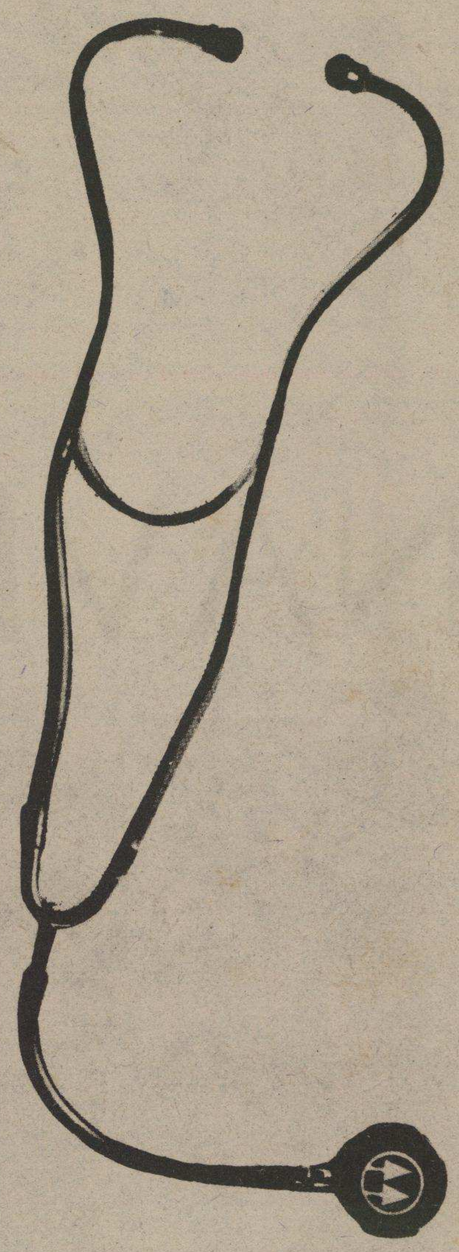
— É a Secretaria da Agricultura a serviço do secretário.

48% dos migrantes vêm do Paraná, 19% do Mato Grosso

Fotos Francisco Ribeiro

O restante vem de outros estados e até do exterior, segundo o Centro de Triagem de Vilhena

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS



A segurança de um atendimento com cobertura em todo o território nacional.
A qualidade do *Sistema Unimed* com atendimento no próprio consultório particular do médico escolhido.
O custo mais baixo, conseqüências de um sistema sem intermediários.
Estes são os fatores que fazem do *Sistema Unimed* o melhor para a Assistência Médico-Hospitalar da sua empresa ou família.

UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 345
Fones: 31-1162 e 31-1677

NAVEGANTES

Texto e fotos de Eduardo Tavares

A tradição se repete há mais de 100 anos. O andor com a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, a padroeira de Porto Alegre, sai da Igreja do Rosário, no centro da cidade, e vai até o cais do porto, seguindo de barco pelo Rio Guaíba até a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes.

São quase 300 mil pessoas que a cada dia dois de fevereiro acompanham a procissão, a pé ou de barco, transformando-a na maior festa religiosa do Rio Grande do Sul. E, apesar do cardeal dom Vicente Scherer não admiti-lo, ano a ano aumenta o número de adeptos da umbanda que acompanham o ritual adorando Iemanjá, a rainha dos mares, na figura da Virgem Maria.

Para comprovar isso não faltam vestes brancas, hortênsias, velas azuis, pessoas que entram em transe e desmaiam com a profundidade da crença. A cada segundo da festa pode-se visualizar diferentes manifestações de sentimento, calor humano e religiosidade que expressam a riqueza de uma cultura autenticamente popular.

OAB/RS 939 CPF 001783570/49
fones: 24-2796 e 25-6305

Helio Carlomagno
ADVOGADO

Dr. Carlos Salzano Vieira da Cunha

Rua Riachuelo, 1521 — Conj. 5 e 6
Fone: 21.8282

OAB — 2927
CPF — 007648680-04

FOTOGRAFIA

Vendo tudo para laboratório P&B. Ampliadores DURST M-601 e A-300 (profissionais), equipados com lentes Schenaider Componar. Secadora rotativa HANSA — 50x60 —, tudo em perfeito estado de conservação, novo. Falar com Daniel pelos fones 33.5099 ou 24.0652.

Lançamentos

CUBA: ANOTAÇÕES SOBRE UMA REVOLUÇÃO, de Eric Nepomuceno. Eduardo Galeano diz: "Chega em boa hora este livro, agora que o doce encanto do desânimo entrou em moda entre certos intelectuais de esquerda". Editora Alfa-Omega, 152 páginas, Cr$ 320,00.

POSIÇÕES 2: LOUIS ALTHUSSER. Trata-se de um volume inteiramente dedicado ao pensador francês, trazendo, em língua portuguesa, alguns de seus trabalhos como **Os aparelhos ideológicos de Estado** e artigos sobre **Como ler O Capital, Marxismo e luta de classes,** etc. Editora Graal, 170 páginas.

OS MILITARES E A DEMOCRACIA, de Eurico de Lima Figueiredo. Ao intervir na política do país, como pensa e justifica o militar o seu papel social? Indagações como essa tenta responder esse cientista político, professor da Universidade Federal Fluminense. Editora Graal, 140 páginas.

A ECONOMIA AO ALCANCE DE QUASE TODOS, de John Galbraith e Nicole Salinger. Nicole faz as perguntas, com a agudez e precisão indispensável, e leva o professor Galbraith a explicar, passo a passo, e com a maior clareza, as idéias econômicas. Editora Pioneira, 156 páginas.

O ACROBATA PEDE DESCULPA, E CAI, de Fausto Wolf. É a segunda edição de uma narrativa povoada de "uma terrível angústia que se passa em porões podres, antros grã-finos eticamente delinqüescentes, e em pesadelos que se confundem com a realidade o tempo todo", no dizer de Millôr. Codecri, 110 páginas.

NICARÁGUA LIVRE: O PRIMEIRO PASSO, de Frei Beto. O autor procura seguir os passos da revolução nicaragüense, seus impasses e vitórias. Editora Civilização Brasileira, 128 páginas, Cr$ 250,00.

ARAGUAIA: O PARTIDO E AS GUERRILHAS, com documentos inéditos, de Pedro Pomar. O conteúdo dessa obra vai reacender a polêmica ainda viva sobre a experiência da luta armada no campo, dessa vez com um enfoque de uma organização. Editora Brasil Debates, 312 páginas, Cr$ 600,00.

ESTADO, CORPORATIVISMO E AUTORITARISMO, de Alfred Stepan. Professor de Ciência Política na Universidade de Yale, Stepan, entre outras publicações, é autor de **Os militares na política: mudança de padrões no Brasil.** Editora Paz e Terra, 380 páginas.

AS ONDAS, de Virgínia Woolf. A própria escritora afirmou tratar-se de um dos seus romances mais difíceis na concepção e execução. A tradução é de Lya Luft, Editora Nova Fronteira, 224 páginas, Cr$ 350,00.

CARTAS DA MÃE, de Henfil. Essa obra enfeixa grande parte das cartas à mãe, publicadas na última página da revista *IstoÉ*, onde, com ironia, ele vai contando as graças e desgraças brasileiras. Editora Codecri, 224 páginas, Cr$ 350,00.

TERROR POLICIAL, de Rivaldo Chinem e Tim Lopes. Mais um volume dos numerosos livros-reportagem aparecidos recentemente no Brasil. São 10 reportagens de polícia, cinco perfis e cinco retratos de cidades violentas do Rio e de São Paulo, vistos sob a ótica do povo marginalizado. Editora Global, 88 páginas, Cr$ 150,00.

CRIME NA BAÍA SUL, de Glauco Rodrigues Correa. É uma novela policial. A trama se desenrola aos poucos mas acaba envolvendo todos os habitantes de Santo Anastácio do Rocado, até então uma pacata cidade. Editora Ática, coleção Autores Brasileiros, 80 páginas, Cr$ 140,00.

ONDE ESTIVESTES DE NOITE, de Clarice Lispector. Finalmente a reedição dessa obra de uma das maiores escritoras brasileiras de todos os tempos. Editora Nova Fronteira, 130 páginas, Cr$ 220,00.

AS FILHAS DO ARCO-ÍRIS, de Eulício Farias de Lacerda. Afirmam os editores: "Nesse livro, as marcas regionais são tratadas, não com o sentido pitoresco de apenas retratar a vida no interior, mas com o sentido de captar a relação entre as pessoas, e dos homens com a natureza." Editora Ática, 96 páginas, Cr$ 150,00.

ALUCINAÇÕES EM ESPASMOS DE LUCIDEZ

SANGUE DE COCA-COLA, de Roberto Drummond, Editora Codecri, 220 páginas.

O que você estava fazendo no dia 1º de abril de 1964? Entre as questões postas por Roberto Drummond no romance **Sangue de Coca-Cola,** esta é a principal. Porque naquele dia começava a mudar o destino de todos os brasileiros e o sonho de muitos se transformava em pesadelo, o mais longo pesadelo de nossa história. E é justamente num 1º de abril, num país já emaciado sob o jugo de cinco generais presidentes, que a ação delirante do livro se desenrola.

O Brasil tomou LSD com Coca-Cola e entrou numa *bad*. Um ex-guerrilheiro, com identidade falsa e um microfone sem fio, acumula pontos no Ibope tentando entrevistar a morte. O General Presidente, possuído pelos espíritos de Lamarca e de Frei Tito, está confuso e faz confidências ao Cavalo Albany, a eminência parda que só espera o momento certo para assumir o poder ("Afinal, eu sou Humberto, Artur, Emílio, Ernesto ou João? Ou sou todos eles?"). Um redator de publicidade com Coca-Cola nas veias, conhecido como Camaleão Amarelo, procura saber por que lhe cortaram 12 dias de salário e descobre-se acusado por atos e pensamentos, condenado à morte pelo computador sagrado e seus asseclas.

No *Divino Inferno do Som,* loja de discos, uma mulher (avisada pela vidente M. Jan, enterrada viva por homens do delegado Fleury) espera o Libertador que chega em forma de urso para salvar o que pode ser salvo. O helicóptero nº 3 segue os NSNs (nocivos à segurança nacional) indicados pelo sargento da Central de Comando cujas angústias acerbadas se misturam aos gritos de carnaval e ao barulho da Guerra Civil. A Borboleta Verde da Felicidade, indiferente a tudo, voa no céu da pátria.

Este livro de Drummond chega a ser, em certo sentido, um bestiário. A Hiena, o Sapo Diretor, o Urso Cristo, Ouriço Caixeiro e outros tantos personagens conferem-lhe tal qualidade. O imaginário e o real se fundem a ponto de tornar alucinações em espasmos de lucidez. O mito retoma dimensões humanas, a memória é desapropriada, distribuída. Os personagens são dissecados vivos da mesma maneira asséptica com que o comentarista com "coragem para dizer a Verdade" descobre a paixão de Marcelino por Esther Williams (ou Camaleão Amarelo) durante um confronto de boxe entre os dois. Aquele 1º de abril, dia da Revolução da Alegria, é o dia em que as consciências são tomadas de assalto pelo Bem-Te-Vi. Eis um diálogo entre o General Presidente e o Cavalo Albany:

— Sabes, Albany, quem é o verdadeiro líder da oposição no Brasil

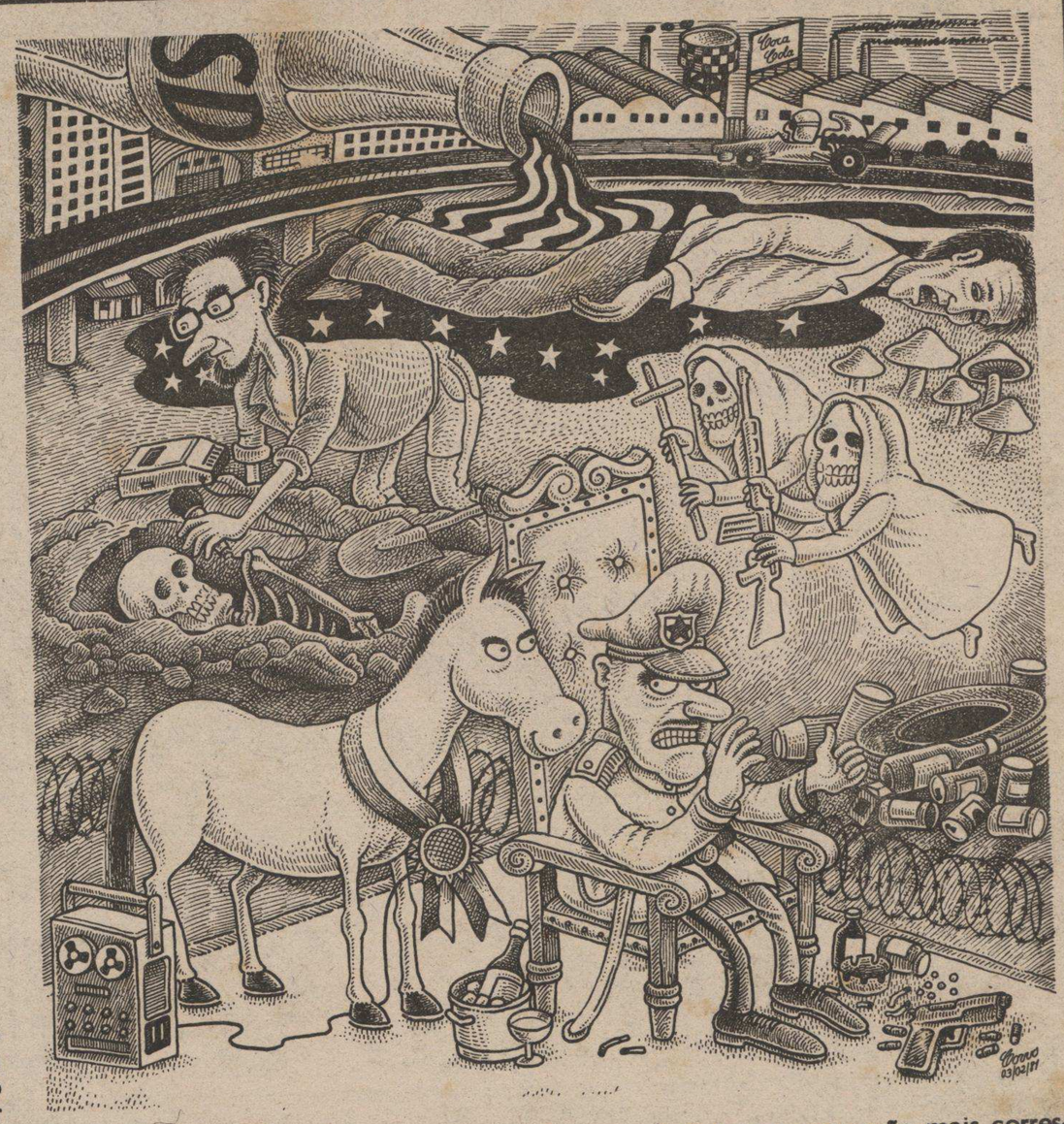
— Dom Paulo Evaristo Arns? — pergunta Albany.

— Não — tu respondes, e olhas desalentado para o Bem-Te-Vi que continua a cantar — o verdadeiro líder da oposição no Brasil é esse maldito Bem-Te-Vi!...

Pela apaixonada acusação da ditadura, por relembrar os requintes da tortura e do extermínio promovidos pelos revolucionários de abril, por mexer em feridas e expor os absurdos de seu tempo, pelo reconhecimento da fragilidade e da resistência humanas, **Sangue de Coca-Cola** é um exorcismo e um ato de fé. Se André Breton reescrevesse hoje seu manifesto diria, Drummond é surrealista na fé. "Salve Virgem gloriosa/ Doce Santa Milagrosa/ .../ Oh Santa Coca-Cola/ Padroeira dos impossíveis..."

Para a Ática foi um lançamento feliz. O livro sumiu das livrarias em cinco dias, edição esgotada, e a capa provou ser fascinante, principalmente entre as crianças.

JOSÉ FONSECA



CONTOS DE VIOLÊNCIA E ANGÚSTIA

PAIXÃO ROXA DOS GATOS NO ESCURO — contos de Clóvis Malta, Editora Codecri, Rio de Janeiro, 1980, 92 páginas.

Desde a publicação de **Paixão Roxa dos Gatos no Escuro,** o Rio Grande do Sul tem um novo escritor: Clóvis Malta. Se a leitura de Antônio Carlos Rezende, principalmente a do *Rapaz que suava só do lado direito,* mostrava que a literatura gaúcha não estava paralisada e que prosseguia na linha criativa de Moacyr Scliar, Malta é uma grata e surpreendente revelação. Os contos de **Paixão Roxa dos Gatos no Escuro** não trazem para o contato com o público leitor um principiante. Ao contrário, toda a estrutura do conto em Clóvis Malta revela a familiaridade com a construção literária, seja na criação dos personagens, seja na produção de situações, seja na linguagem direta, que é simples sem deixar de ser atrativa e bem elaborada.

De imediato, somos atraídos pelo clima violento de seus contos. A violência praticamente está presente em cada linha, em cada frase, em cada contato dos personagens. O clima de decadência que perpassa praticamente todos os contos, envolvendo personagens bem situados na vida e os marginais que se manifestam aqui e ali, acaba aprisionando o próprio leitor, obrigado a refletir sobre a angústia que o autor habilmente transmite com a maestria de um veterano. Com isso, Clóvis Malta é um escritor de seu tempo: o social, por exemplo, está presente apenas como pano de fundo. O drama de seus personagens não sofre o mal tão comum na literatura brasileira contemporânea de um esquemático reducionismo sociológico. A angústia dos personagens reprimidos — como indiscutivelmente o foi sua geração — é uma angústia que se dá ao nível do psíquico, nas relações sexuais insatisfeitas, na vida irrealizada, no artificialismo do comportamento quotidiano.

O toque surrealista de alguns dos contos de Malta, porém, reverte a aparência das vidas em seu quotidiano, revelando o absurdo da gratuidade. E aí que se insere a violência, particularmente no conto que abre o livro e lhe dá o título, **Paixão Roxa dos Gatos no Escuro,** satisfeito e trasto... um cenário barroco que não mais corresponde ao seu tempo. Aliás, o livro tem uma manifesta influência do cinema e se presta magnificamente, por isso mesmo, para servir de roteiro, inclusive pelo colorido mineralizado descrito muito bem por Clóvis Malta.

O conto **Querendão,** outra jóia do absurdo, constitui uma magnífica e concisa ficção sobre a violência imprevista, sobre a gratuidade de uma vida provinciana, abalada pela morte repentina, enquanto **Morte e Roubo das Muletas de Maria Glassy** explode a violência marginal do submundo, em contraste com a impotência de um velho que se apaixona no ocaso da vida por uma garota de uma só perna, sublimando o sexo no fetiche da muleta, uma irônica combinação do trágico e do grotesco.

São, para meu gosto, os três grandes contos da obra de estréia de Clóvis Malta. Os outros, especialmente **A Culpa,** têm atrativos indiscutíveis, mas os três citados mais acima prendem e fazem pensar. Com **Paixão Roxa dos Gatos no Escuro,** Clóvis Malta está a nos dever mais contos do peso destes que foram editados pela Codecri. Levando-se em conta a juventude do autor, é de se esperar que a literatura do Rio Grande do Sul vá ficar bem mais rica.

LUIZ PILLA VARES

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

QUERIDA FAMÍLIA
Um drama nosso tempo. As cartas enviadas da brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr$ 100,00

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

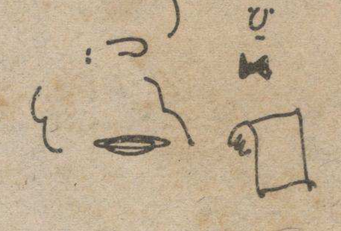
RÁPIDO! POR QUE VIVEMOS, PARA ONDE VAMOS E QUAL O SEGREDO DA FELICIDADE ETERNA?

GARÇOM, TEM UMA MOSCA MORTA NA MINHA SOPA

E O SENHOR SUSPEITA DE ALGUÉM?

GARÇOM, TEM UMA MOSCA MORTA NA MINHA SOPA

ACHO QUE ELA MORREU DE FRIO

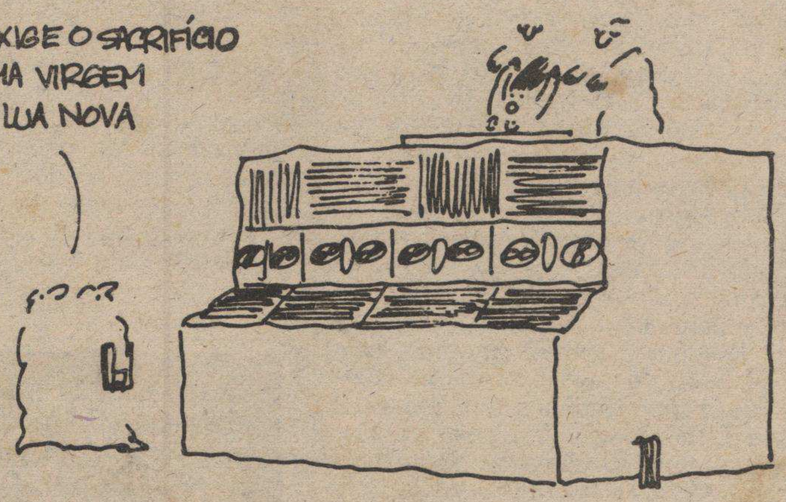


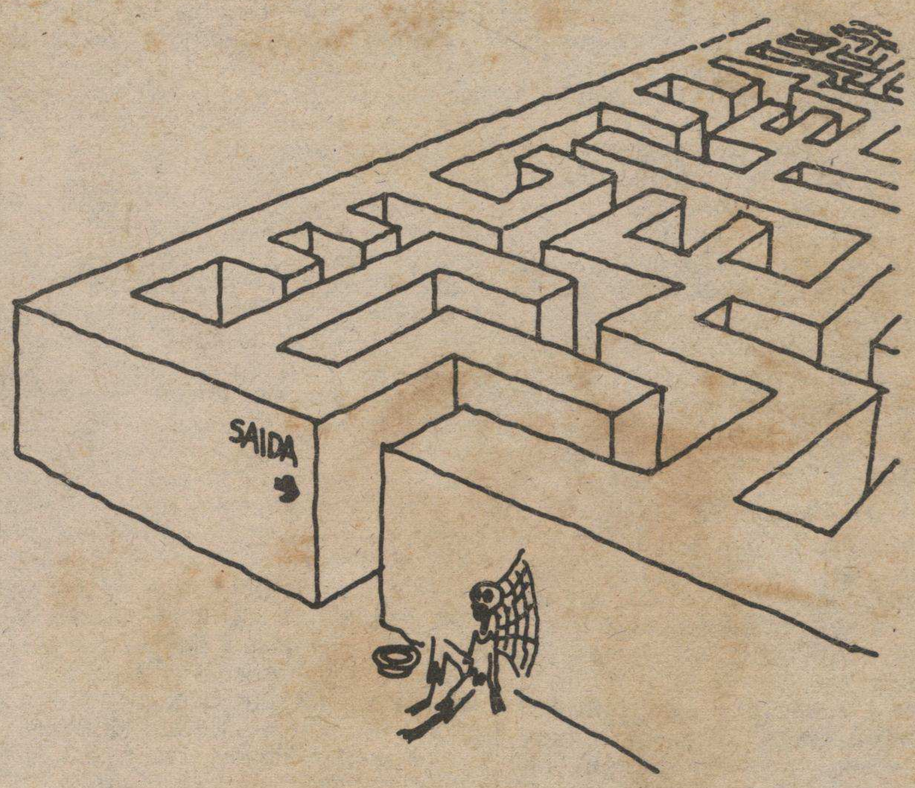
GARÇOM, TEM UM "DÍPTERO VULGARIS" MORTO NA MINHA SOPA

EPA, ISSO É COM A GERÊNCIA!

DOUTOR, É ESSA MINHA IMPRESSÃO DE ESTAR SEMPRE SENDO ENGANADO...

ELE EXIGE O SACRIFÍCIO DE UMA VIRGEM TODA LUA NOVA





As três coisas que você precisa saber sobre o Macroatacado Ughini S.A.

1 É lá que você encontra a maior variedade de tecidos com marcas de qualidade e padrões de beleza internacional;

2 Os calçados, sociais ou esportivos, que enfrentam todas as situações do dia-a-dia estão lá;

3 Confecção é artigo também muito encontrado, seja em abrigos, calças, pijamas, camisas, jeans ou outros. Em padronagens modernas e na quantidade que você quiser.

MACROATACADO
UGHINI S.A.
O macroatacado brasileiro.
Voluntários da Pátria, 346/352
Com. Tavares, 361/371.

Depois de saber tudo isto [illegible] Macroatacado Ughini S.A., só falta você comprovar.